UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO JANE VANINI**
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SIMONIA SOUZA DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERFACES DIGITAIS: REDES SOCIAIS E SALAS DE AULA EM MATO GROSSO

CÁCERES-MT
2023

SIMONIA SOUZA DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERFACES DIGITAIS: REDES SOCIAIS E SALAS DE AULA EM MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a) professor(a) Dr.(a) Paulo Alberto dos Santos Vieira

CÁCERES-MT

2023

© by Simonia Souza do Nascimento, 2023.

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

NASCIMENTO, Simonia Souza do.

N244e Educação Antirracista e Interfaces Digitais: Redes Sociais e Salas de Aula em Mato Grosso / Simonia Souza do
Nascimento – Cáceres, 2023.

218 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Paulo Alberto dos Santos Vieira

1. Educação Antirracista. 2. Youtubers Negros. 3. Ambiência Formativa. 4. Interface Digital. 5. Sala de Aula Híbrida. I. Simonia Souza do Nascimento. II. Educação Antirracista e Interfaces Digitais: Redes Sociais e Salas de Aula em Mato Grosso.

CDU 94(07):004(817.2)

SIMONIA SOUZA DO NASCIMENTO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

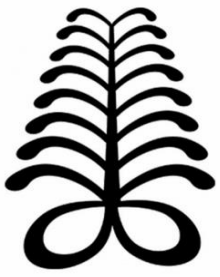
Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira - PPGEdu/UNEMAT

Dra. Thaís Regina de Carvalho – UFG

Dr. Fernando Cezar Vieira Malange - PPGEdu/UNEMAT

APROVADA EM: 30/08/2023

Dedico esta dissertação às forças humanas e espirituais que zelam por mim.



Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a todas aquelas e aqueles que vieram antes de mim, pois sem sua luta a minha existência não seria possível. Espero contribuir com os que virão.

Aos meus pais, Francisco Pereira do Nascimento e Zeni do Nascimento, que sempre primaram pelos meus processos educativos. E aos meus irmãos, irmã, sobrinho e sobrinhas que acompanharam todos os passos dessa trajetória.

Sou grata ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Alberto Vieira dos Santos, um imatável e imorrível, que realiza mudanças no espaço/tempo, desloca configurações de poder e ensina com seu rito de viver. Com ele aprendi que a pesquisa também é UBUNTU, porque conforme um provérbio africano, "até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça sempre glorificarão o caçador".

Não posso deixar de agradecer, carinhosamente, há duas grandes incentivadoras e amigas, que me impulsionaram a realizar a seleção de mestrado, Juliane Chaneiko e Daniele Trevisan.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Educação, especialmente Alessandra Ferreira Mota, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos. Uma amiga é como uma fonte de água durante uma longa viagem, Alê e eu foi esse tipo de encontro, daqueles raros que levamos para a vida toda. Fico feliz por isso.

Por fim, agradeço ao meu amor eterno, meu Filho Artur Nascimento Fontanelle. Concluir o mestrado significou, por muito tempo, abdicar da presença do meu pequeno. Sou feliz por ser sua mãe e aprender tanto contigo.



Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.

(Ditado Iorubá)

RESUMO

A pesquisa analisa os conteúdos compartilhados pelos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago (2007)* no ano de 2020, como ferramenta potencializadora de promoção da educação antirracista. O estudo apresentou abordagem qualitativa de natureza descritiva, caracterizando-se como estudo de caso. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com aplicação da técnica grupo focal e de questionários mistos (abertos e fechados) elaborados por meio do *Google Forms*. Os sujeitos da pesquisa foram 8 alunos da Escola Estadual José Alves Bezerra em Porto dos Gaúchos, selecionados mediante os seguintes critérios: estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio, grupo misto, ou seja, sexo masculino e feminino, bem como de diferentes pertenças étnico-raciais e classes sociais, a fim de efetivar seis encontros de duas horas cada, no formato presencial, no espaço físico da escola. Para análise do conteúdo das mensagens originadas na coleta de dados, utilizou-se a técnica categorial proposta por Bardin (1977). Os resultados demonstram que, os canais, por suas configurações políticas, estimulam a aprendizagem, logo, constituem-se ambiência formativa por alinharem-se aos principais documentos que regem o ensino para a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-Chave: Educação antirracista. Ensino Médio. Lei Nº 10.639/2003. Interface digital. Youtubers negros.

ABSTRACT

The research analyzes the contents shared by the Papo de Preta (2015) and Spartakus Santiago (2007) channels in the year 2020, as a potential tool to promote anti-racist education. The study presented a qualitative approach of a descriptive nature, characterized as a case study. As for the data collection procedures, they were carried out through bibliographical and documentary research, with the application of the focus group technique and mixed questionnaires (open and closed) prepared using Google Forms. The research subjects were 8 students from the José Alves Bezerra State School in Porto dos Gaúchos, selected according to the following criteria: students regularly enrolled in High School, mixed group, that is, male and female, as well as from different ethnic-racial belongings and social classes, in order to carry out six meetings of two hours each, in face-to-face format, in the physical space of the school. For analysis of the content of the messages originated in the data collection, the categorical technique proposed by Bardin (1977) was used. The results show that the channels, due to their political configurations, stimulate learning, therefore, they constitute a formative environment for aligning themselves with the main documents that govern teaching for the education of ethnic-racial relations in Brazil.

Keywords: Anti-racist education. High school. Law Nº. 10.639/2003. Digital interface. Black Youtubers.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABdC – Associação Brasileira de Currículo

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

COVID-19 – Doença do coronavírus

CETIC.BR – Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação do Comitê Gestor da Internet Brasil

ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FNB – Frente Negra Brasileira

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IA– Inteligência Artificial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LABIN – Laboratórios de informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-grossenses: uma análise discursiva da realidade educacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LI – Laboratórios de informática

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDF – Portable Document Format

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TDIC – Tecnologias digitais da informação e comunicação

TEN – Teatro Experimental do Negro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas de Educação

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa 19
Quadro 2 - Vídeos e canais selecionados para a pesquisa 20
Quadro 3- Encontros no grupo focal 21
Quadro 4 - Relatório *YouTube Vibes* de maio de 2021 71
Quadro 5- Relatório *YouTube Vibes* de maio de 2021 71
Quadro 6- Três vídeos selecionados do canal *Spartakus Santiago* (2007) 89
Quadro 7 – Vídeos selecionados do canal *Papo de Preta* (2015) 92
Quadro 8 - Linguagem Corporal 96
Quadro 9 - Métricas dos vídeos selecionados do canal *Spartakus Santiago* 97
Quadro 10- *Feedbacks* dos internautas 98
Quadro 11- *Feedbacks* dos estudantes 99
Quadro 12- Métricas dos três vídeos selecionados do canal *Papo de Preta* 100
Quadro 13- *Feedbacks* dos internautas 101
Quadro 14 - Definição de racismo 124
Quadro 15- Negação do racismo 125
Quadro 16 - Reflexão sobre o racismo 127
Quadro 17 - Canais e vídeos selecionados para a pesquisa 147
Quadro 18 - Configurações políticas promovidas por youtubers dos canais *Papo de Preta* e *Spartakus Santiago*, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares 148
Quadro 19 - Possibilidade dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007), em se constituírem ambiências formativas, visando contribuir com a educação antirracista. 149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de alunos que responderam ao questionário de seleção do grupo focal 18
Gráfico 6 - Tecnologia digital de informação e comunicação mais utilizada 30
Gráfico 8- Usuário de internet, por acesso exclusivo pelo celular (2021) 77
Gráfico 9- Motivo pelo qual os estudantes não utilizaram a internet 78
Gráfico 10 - Audiência em K (mil) nas Plataformas Digitais do canal Spartakus Santiago. .. 88
Gráfico 11 - Audiência em K (mil) nas Plataformas Digitais do *Papo de Preta.* 91
Gráfico 12- Registro de frequência das categorias 112
Gráfico 13 - Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados, por sexo e cor ou raça - Brasil -2021 117
Gráfico 14 - Subcategorias de raça 123
Gráfico 15 - Existe racismo no Brasil? 124
Gráfico 16 - Você conhece a Lei 10.639/2003? 138
Gráfico 17 - Atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no País. 139
Gráfico 18 - Conhece algum canal de influencer antirracista no YouTube 142
Gráfico 19 - Influencers ativistas negros podem nos auxiliarem a sermos antirracistas? 143
Gráfico 20 - Você acredita que os educadores podem utilizar os vídeos dos youtubers negros em sala de aula com o objetivo de facilitar e complementar a aprendizagem sobre a educação antirracista? 143
Gráfico 21 - Os vídeos dos youtubers negros promovem interesse pelo conteúdo antirracista? 144
Gráfico 22 - Os vídeos dos youtubers negros proporcionam novos conhecimentos sobre a educação antirracista? 144

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Canal Spartakus Santiago.....87
Imagem 2- Spartakus Santiago Fernandes Francisco.....87
Imagem 3- Canal *Papo de Preta* (2015).....89
Imagem 4 - Maristela Rosa.....90
Imagem 5 - Natália Romualdo.....90
Imagem 6- *Nath Finanças*.....109
Imagem 7- *Levvi Talk*.....110
Imagem 8: *Black Pipe Entretenimento*.....110
Imagem 9- *Programação Dinâmica*.....110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição Especial da População, segundo cor ou raça-Pretos e Pardos 2000....43
2 Figura 2- Proporção de escravos entre a população brasileira em 1872 44
Figura 3- Taxonomia de aprendizagem híbrida.....63
Figura 4 - Países com as maiores audiências do YouTube.....70
Figura 5 - Conteúdos diversificados no YouTube.....72
Figura 6 - Comportamento de professores e alunos no YouTube 73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 Sujeitos e lócus da pesquisa 18
1.2 Caminhos da pesquisa 19
2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O ANCESTRAL E O CONTEMPORÂNEO NAS ESCOLAS 24
2.1 *Imatáveis* e *imorríveis*: uma reflexão sobre a sala de aula antirracista 24
2.2 Tentativas de esquecimento e aniquilação da população negra 25
2.3 Diáspora africana e identidades flutuantes na pós-modernidade 27
2.4 Atlântico negro: uma reflexão sobre a sala de aula híbrida antirracista 29
2.5 Raça, racismo e racialização 33
2.6 A LEI 10.639/03: memórias, experiências e ativismos 39
2.7 A BNCC no Ensino Médio: reflexões sobre a invisibilidade da Lei 10.639/03 48
3 AMBIÊNCIAS FORMATIVAS: INTERFACES MÓVEIS E REDES SOCIAIS EM SALA DE AULA 58
3.1 Sala de aula híbrida: as fronteiras entre espaços físicos e digitais 58
3.2 As tradicionais fronteiras entre espaços físicos e digitais: ciberespaço ou espaços híbridos? 59
3.3 Categorias do Ensino Híbrido 62
3.4 Sala de aula híbrida: A ascensão das interfaces móveis digitais na educação 65
3.5 O YouTube como ferramenta pedagógica de comunicação e informação para educação antirracista 69
3.6 Desigualdade Digital: conectividade e o direito à educação 74
3.7 Algoritmo racista 79
4 ANÁLISE DE DOIS CANAIS DE YOUTUBERS NEGROS 84
4.1 Contexto Histórico 85
4.2 Apresentação dos Canais selecionados: *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) 86
4.2.1 Canal Spartakus Santiago 86
4.2.2 Canal Papo de Preta 89
4.3 Análise dos vídeos dos canais Spartakus *Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) 92
4.3.1 Dessencialização de Youtubers negros 109

5 ALUNOS CONECTADOS: UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PELOS ATIVISMOS DIGITAIS 112
5.1 Categoria História 113
5.2 Categoria Cultura 118
5.3 Categoria Raça 122
5.3.1 Subcategoria racismo 124
5.3.2 Subcategoria raça/classe 128
5.3.3 Cotas 129
5.3.4 Representatividade 131
5.3.5 Desumanização da população negra 133
5.4 Categoria Educação 137
5.5 Sistematização: Percepções, reflexões e as relações dos estudantes aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista 141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 146
REFERÊNCIAS 153
APÊNDICE A - Categorias 173

1 INTRODUÇÃO

Sempre fui boa em sentir pessoas e situações. Como nem todas as impressões são boas, escondo nos labirintos da memória aquelas com as quais não consigo lidar na esperança delas irem embora um dia. Elas não vão e de tempos em tempos voltam para observarem se eu já sou capaz de decifrá-las.

Me lembro que aos 4 anos, uma família branca amiga de meus pais, me chamava de roxinha. O tom se fazia em riso, mas o adjetivo me desdenhava vilipendioso. Aos 7 anos frequentava a escola, espaço que me rendia as maiores descobertas, certamente o melhor lugar de todos.

Foi ali, também, que comecei a perceber e assimilar diferenças raciais. À minha frente sentava-se uma guria branca, ela tinha um tênis cor de rosa e ao mexer o pé a imagem estampada no calçado transformava-se, hora na Xuxa, hora na letra X. Eu queria um tênis como aquele, quando ela se sentava à minha frente, eu só via o X ou a Xuxa, por isso, às vezes, não conseguia prestar atenção em mais nada.

O tempo foi passando e notei que a menina branca tinha outras coisas, além do tênis, as quais eu também gostaria de ter. Entre as dessemelhanças que me separaram da criança, estavam a casa bonita, grande e limpa; a comida gostosa e diferente, servida sempre no mesmo horário. Dois quartos, um para brincar e outro para dormir.

Por essas e outras situações, comecei a ter vergonha e uma sigilosa repulsa da vida que eu tinha, da família, da casa, de tudo que estava em meu entorno, inclusive de mim. Aos poucos me convenci de que os meus e eu erámos “pessoas de segunda”, hoje sei que isso nem existe.

Aos 26 anos, eis que reencontrei a guria, à época já era mulher. Eu, adulta, mas ainda busquei diferenças, às encontrei. Elas vieram como um soco no estômago, eu estava formando família e lutando para concluir uma especialização, ela já estava no doutorado. A sensação foi de frustração e incapacidade, entre outras que prefiro não comentar.

Enquanto mulher negra, senti as consequências da ausência de formação para a educação das relações étnico-raciais na infância e na adolescência, até mesmo na formação de professora, porque não pude, à época, decifrar os estigmas sobre a minha raça e sexo, fato que me fez, por muito tempo, reprimida, insegura nas ações e autoimagem, ao ponto de não suportar ver meu reflexo no espelho ou em fotos. Eu que no seio da família sentia-me alegre,

comunicativa e bonita, desenvolvi ansiedade para falar em público, principalmente com aqueles pertencentes a contexto econômico, social e racial diferentes do meu.

O projeto de construção da identidade nacional que opera até os dias atuais, me convenceu, por diversos anos, de que eu não era digna de valor, então, subalternizada, emudeci. Mas as transformações tecnológicas permitiram o contato, por meio das redes sociais, aos coletivos negros, a youtubers que narram histórias plurais e às referências de leituras que, aos poucos, foram corroborando com uma visão contra hegemônica de sociedade. É possível surgir o questionamento sobre o porquê de falar tanto da vida pessoal, bem, falo, pois os processos vivenciados pela população negra são muito semelhantes, são padrões.

Esses acontecimentos da vida pessoal atravessam a vida profissional, então, enquanto professora, um pouco mais experiente e já conhecedora da Lei 10.639/2003, percebi que outros adolescentes passavam pela mesma subalternidade pelas quais passei na infância e adolescência, logo, emergiu o objetivo geral, analisar o uso dos conteúdos compartilhados por youtubers negros, no ano de 2020, como ferramenta potencializadora de promoção da educação antirracista junto a alunos do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra no Município de Porto dos Gaúchos.

Com base neste objetivo geral, foi desenvolvido os seguintes objetivos específicos: verificar as configurações políticas promovidas por youtubers negros, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares; problematizar como adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista; investigar a possibilidade dos canais dos youtubers negros em se constituírem ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista.

A educação antirracista perpassa pela educação democrática. Mas o que é democracia? Dewey (1979, p. 93- 107), caracteriza democracia como algo que vai além de uma forma de governo, entende-se como uma vida social experienciada em conjunto e mutuamente comunicada, em que todos os indivíduos, sem distinção de classe, raça ou barreiras geográficas, são considerados. Na visão do autor, esse contexto tem potencial para promover uma educação democrática, em que os indivíduos desenvolvem o interesse pessoal nas relações sociais,

de modo a promover transformações na sociedade.

Uma educação democrática, é o principal ativo para a transformação social e formação integral do ser humano, por isso ela sempre é comprometida com a valorização e reconhecimento das diferenças (BRASIL, 2004, p. 7). Sendo assim, com base na definição de educação democrática de Dewey (1979) e de Brasil (2004), conclui-se que, só há educação democrática se ela for antirracista, não é possível desassociar uma da outra.

Desconsiderar esse princípio, infringe a Lei 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira, principalmente, no Título II, que concerne aos Princípios e Fins da Educação Nacional, no seu artigo 3º, número XII, em que trata a consideração com a diversidade étnico-racial.

Destaca-se ainda que, esta Lei foi alterada pela Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo Brasil (2003), a Lei Nº 9.394/1996 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, 26-A, 79-A e 79-B:

> "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
>
> § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
>
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
>
> § 3º (VETADO)"
>
> "Art. 79-A. (VETADO)"
>
> "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Partindo da premissa legal de que a educação escolar é disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tanto o ensino ministrado, quanto o sistema educativo como um todo só pode ser democrático, da mesma forma que antirracista, sendo assim, dissociar uma da outra caracteriza uma transgressão às normas que configuram a educação nacional.

Troyna e Carrington (1990, p.1), ensinam que "educação antirracista se refere a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de

promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional" (TROYNA E CARRINGTON, 1990, p. 1).

Gomes (2023) argumenta que a educação democrática e antirracista é sempre política, pautada por escolhas e ações que promovam o bem e a aprendizagem de todos, sem preconceito de raça, cor, sexo e demais formas de discriminação. Nessa linha de raciocínio, a autora destaca que o projeto político pedagógico e o currículo escolar centralizam o antirracismo como eixo fundamental de toda a educação escolar orientada por princípios democráticos.

Compreende-se que, a opção de ignorar o antirracismo na escola significa compactuar com a desigualdade racial que distancia negros e brancos no acesso e permanência na educação. Também, representa negar o importante papel de proporcionar uma transformação positiva na vida dos estudantes de modo a reverter os efeitos da colonização ocorrida por centenas de anos no Brasil.

A tecnologia é uma aliada no planejamento e execução da educação democrática e antirracista, à vista disso, optou-se por incorporar uma interface digital, o celular, à pesquisa, devido ao crescente acesso à internet e ao dispositivo móvel nos domicílios brasileiros.

O uso do celular e o acesso constante à internet na escola faz da sala de aula um espaço híbrido de aprendizagem, consequentemente, as redes sociais são pensadas como espaços formativos. Para Santos (2015, p. 40), ambiências formativas são aprendizagens desenvolvidas em espaços híbridos, envolvendo espaços físicos, virtuais e redes sociais. Estes ambientes permitem dinamizar as aulas ao associá-la à cultura digital e à realidade dos estudantes que é cada vez mais conectada.

Silva (2006, p. 206) orienta que, espaço híbrido representa o deslocamento das comunidades virtuais, anteriormente chamados de ciberespaço, para espaços físicos urbanos por meio do uso das tecnologias móveis digitais, permitindo aos usuários a conexão contínua com a internet. Assim os espaços híbridos enredam as barreiras entre o físico e o digital e são conceituados como espaço conectado, espaço móvel e espaço social.

Problematizar ambiências formativas para implementação da educação antirracista neste contexto de hibridez provocado pelo agenciamento das interfaces móveis digitais, pelo acesso constante à internet e às redes sociais é um desafio posto à educação contemporânea. Contudo, o estudo não se pretende ufanista, pois compreende-se as limitações quanto à exclusão digital que impede a uma grande porcentagem de pessoas o acesso à internet.

Do mesmo modo, admite-se que as plataformas digitais não são neutras, em função de que há relações de poder as quais se efetivam, por exemplo, por meio do racismo algorítmico que determina quem são os grupos visibilizados e os invisibilizados.

Apesar disso, acredita-se que a formação para a educação democrática e antirracista em contexto da cultura digital inclui a formação crítica e consciente dos estudantes para o consumo das mídias e para a percepção do funcionamento dos mecanismos de ação das plataformas.

Além disso, as experiências compartilhadas pelos Youtubers negros são narrativas que confrontam as relações de poder hegemônico, posto que, por não terem espaço na mídia tradicional, lançam mão de recursos da tecnologia para falar a um maior número de pessoas possível.

Falar é condição mínima para estabelecer convivência em sociedade. E no combate ao racismo é indispensável a valorização da força política da linguagem (MEDEIROS e VIEIRA, 2019, p. 304), no entanto, quando o contexto ao qual se vive é dicotômico e hegemônico, há o silenciamento, então como falar, se muitas vezes, enquanto adolescente, não se percebe a condição de subalternidade?

Para Spivak (2010, p. 15) a tarefa do intelectual deve ser o criar espaços por meio dos quais o sujeito possa falar, para que quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido. A força da linguagem sempre foi um poderoso artifício de sobrevivência do povo negro, que se evidencia, como demonstra Gilroy (2001, p. 93), na música que quebra o silêncio, ultrapassa os referenciais etnocêntricos e torna insustentável o essencialismo cômodo.

Na escola, a quebra dos referenciais etnocêntricos parte também das inovações que estão postas à sociedade contemporânea, em razão de que, quadro, giz, livro e professor não são suficientes para motivar os alunos. No campo da comunicação, por exemplo, as narrativas são mais expandidas pela apropriação das redes sociais digitais como aspecto inovador relevante de fazer jornalismo e se adequar aos tempos atuais (MARTINS, CASTRO E VINAGRE, 2018, p. 9).

Nessa perspectiva, desenvolveu-se na Escola Estadual José Alves Bezerra, no recorte temporal de maio a junho de 2022, um estudo de caso, no método de pesquisa conhecido como grupo focal, com estudantes do Ensino Médio, visando problematizar como adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista, assim como, investigar a possibilidade dos

canais dos youtubers negros se constituírem ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista.

Para analisar os dados provenientes da investigação, empregou-se a técnica categorial ou temática que compõe o conjunto de técnicas que formam o método de análise do conteúdo de Bardin (1977). Os resultados da pesquisa revelam brechas específicas no ensino e aprendizagem para a educação das relações étnico-raciais, um diagnóstico que pode contribuir com os esforços para efetivar a educação antirracista e, consequentemente, implementar a Lei 10.639/2003 em Mato Grosso.

A presente investigação está organizada em seis seções, sendo que a primeira se dedica à apresentação panorâmica da pesquisa, no intuito de contextualizar o objeto, o lócus e os caminhos metodológicos.

A segunda trata-se de um convite à investigação sobre a memória, cultura, história da população negra e suas relações com o ancestral e o contemporâneo, já que, reconhecer esse processo é necessário para compreender as disputas em torno das identidades culturais na arena de luta que é a escola.

A terceira, aborda a sala de aula híbrida e sua capacidade de promover o YouTube como espaço formativo, transpondo as barreiras entre aulas em espaços físicos e em espaços digitais, uma vez que os alunos estão cada vez mais conectados por suas interfaces móveis.

A seção quatro, apresenta uma análise documental acerca dos canais Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) visando mapear seu potencial em mobilizar a educação antirracista. Por sua vez, a seção cinco, demonstra uma proposta de promoção dos ativismos digitais desenvolvida com alunos do Ensino Médio na Escola Estadual José Alves Bezerra. Por fim, as considerações finais resumem as principais descobertas provenientes da pesquisa *Educação antirracista e interfaces digitais: redes sociais e salas de aula em mato grosso.*

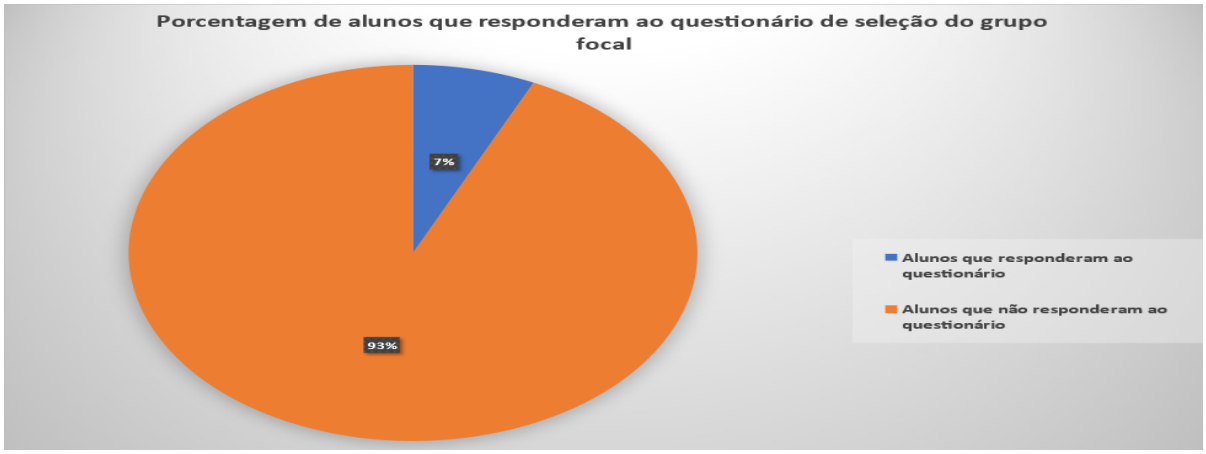
1.1 Sujeitos e lócus da pesquisa

A escola estadual José Alves Bezerra localiza-se no centro de Porto dos Gaúchos, região Norte de Mato Grosso, uma cidade de pouco mais de 5.000 habitantes, localiza-se à Avenida Guilherme Meyer, número 1.450 e atende o Ensino Fundamental e Médio. Esta seleção deu-se devido ao fato de ser a única unidade escolar, na região urbana do município, que atende o Ensino Médio, fase da Educação Básica que é foco central desta pesquisa. Acrescenta-se a este dado as seguintes informações: este colégio é o espaço onde a educadora cursou maior parte do Ensino Médio, a mesma instituição e etapa de ensino nas quais, atualmente, ministra aulas como professora efetiva.

Os sujeitos da pesquisa são estudantes do referido organismo público, regularmente matriculados no Ensino Médio, grupos mistos, ou seja, sexo masculino e feminino, bem como de diferentes pertenças étnico-raciais e classes sociais.

Para selecionar os educandos participantes da investigação foram enviados questionários por disparos de WhatsApp, no ano de 2022, aos alunos regularmente matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra.

Gráfico 1 - Porcentagem de alunos que responderam ao questionário de seleção do grupo focal



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Naquele momento, a escola contava com 301 alunos matriculados, desse total, obteve-se 21 respostas ao questionário de seleção do grupo focal. Dos 21 estudantes, 16 deles afirmaram o desejo em participar da pesquisa, contudo, selecionamos 10 alunos para compor o quadro de sujeitos da pesquisa com base nos critérios de seleção: sexo masculino e feminino, de diferentes pertenças étnico-raciais e classes sociais.

Do total de 10 educandos, apenas 8 compareceram, com mais frequência, aos encontros. Os alunos desistentes são 2, do sexo feminino, autodeclaradas preta e branca, sendo elas a aluna 9 e aluna 10. A desistência das alunas justifica o fato de que alguns gráficos foram elaborados a partir das respostas de 9 estudantes e outros por apenas oito educandos, dado às desistências no recorte temporal da pesquisa. Dessa forma, os demais participantes foram nomeados de aluno 1, aluno 2, aluno 3, aluno 4, aluno 5, aluno 6, aluno 7 e aluno 8. O quadro 1 apresenta os 8 participantes do grupo focal.

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

Aluno(a)	sexo	raça	Renda familiar
Aluno 1	masculino	branco	4 a 6 salários mínimos
Aluno 2	masculino	pardo	6 a 10 salários mínimos
Aluna 3	feminino	branca	6 a 10 salários mínimos
Aluno 4	masculino	pardo	1,5 a 3 salários mínimos
Aluna 5	feminino	parda	3 a 4,5 salários mínimos
Aluno 6	masculino	preto	6 a 10 salários mínimos
Aluna 7	feminino	parda	1,5 a 3 salários mínimos
Aluno (a) 8	Preferiu não declarar	preto(a)	1,5 salários mínimos
Aluna 9	feminino	preta	1,5 salários mínimos
Aluna 10	feminino	branca	4 a 6 salários mínimos

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022)

1.2 Caminhos da pesquisa

Utilizou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, dado que conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17), ela é composta por práticas materiais e interpretativas, que posiciona o observador ao conferir visibilidade ao mundo. Quanto à natureza, apresenta-se descritiva, sendo realizada por intermédio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Esse percurso metodológico foi dividido em quatro fases:

Fase 1 – Pesquisa Bibliográfica:

É fundamental contextualizar a história, cultura e identidade negra e suas relações com as dimensões da educação antirracista, para isso, empregou-se procedimentos de pesquisa bibliográfica, pois permite a cobertura mais ampla dos fenômenos. (Gil, 2008, p. 50).

Fase 2 – Pesquisa Documental:

Para Costa (2012, p. 36), a pesquisa documental é aquela realizada em documentos oficiais, tais como atas, regulamentos, internet, quando o canal for oficial. Dessa forma, os documentos analisados serão vídeos compartilhados por youtubers negros no ano de 2020, os quais estão dispostos a seguir:

Quadro 2 - Vídeos e canais selecionados para a pesquisa

Nome do vídeo	Nome do Canal no YouTube
Racismo na literatura	Papo de Preta (2015)
Os filmes mais racistas da Disney	Papo de Preta (2015)
Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?	Papo de Preta (2015)
O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala	Spartakus Santiago (2007)
Como pensava Marielle Franco? – Especial consciência negra	Spartakus Santiago (2007)
Porque Isabel não era fada sensata? - a verdade sobre a abolição e a lei áurea	Spartakus Santiago (2007)

Fonte: De autoria própria com base no objeto de pesquisa (2022).

A escolha pelos conteúdos compartilhados no ano de 2020 deu-se por constituir-se como ano de intenso movimento antirracista no mundo, reação também à morte de George Floyd, 40 anos, por um policial branco em Minnesota, nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020. A ação repudiada internacionalmente também estimulou o engajamento a conteúdos antirracistas na plataforma do Youtube no Brasil.

O canal *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) foram selecionados, pois, seus conteúdos compartilhados, no recorte temporal de 2020, desnaturalizam o racismo e valorizam as contribuições negras, consequentemente, há a possibilidade dos conteúdos corroborarem com a educação antirracista.

Para a escolha dos canais selecionou-se os seguintes critérios: ter criador negro(a), publicar conteúdo que promova a educação antirracista no recorte temporal de 2020.O critério para seleção dos vídeos incluem ser publicação dos canais Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007), apresentar conteúdo que contemple a educação antirracista, ser conteúdo publicizado dentro do recorte temporal de 2020.

Fase 3 – Estudo de Caso

Empregou-se o estudo de caso, visto que de acordo com Yin (2001, p. 32) representa uma análise de experiências atuais da vida real, sendo que as fronteiras entre o acontecimento e a circunstâncias não estão determinadas. Como Técnica de pesquisa aplicou-se o grupo focal, subscritos pelos autores Powel e Single (1996, p. 499) como um grupo de indivíduos designados por um pesquisador, que possibilita a abstração de ações, crenças, valores, percepções e atitudes sobre um determinado objeto de pesquisa.

Para a formação e desenvolvimento do grupo focal selecionou-se, mediante questionário, dez (10) alunos da Escola Estadual José Alves Bezerra em Porto dos Gaúchos. Os critérios para seleção dos educandos (as) participantes da pesquisa foram: estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio, grupo misto, ou seja, sexo masculino e feminino, bem como de diferentes pertenças étnico-raciais e classes sociais, a fim de efetivar seis encontros de duas horas cada, no formato presencial, no espaço físico da escola.

As reuniões ocorreram uma vez por semana, às terças-feiras. Em cada sessão os alunos assistiram a um (1) vídeo dos Youtubers negros por meio de seus dispositivos móveis. Aplicou-se também dois (2) questionários mistos (abertos e fechados), ambos disponibilizados na modalidade on-line, elaborados no Google Forms, enviados aos estudantes por disparos de WhatsApp.

O material foi coletado por filmagens, as quais foram registradas, separadamente, por ordem de data, assim como pela classificação dos conteúdos das referidas gravações. O quadro 3 favorece a ilustração cronológica dos dados referentes aos encontros, bem como os vídeos apresentados, respectivamente, em cada dia.

Quadro 3- Encontros no grupo focal

Data	Nome do vídeo	Nome do Canal no YouTube
17.05.2022	Racismo na literatura	Papo de Preta (2015)
24.05.2022	Os filmes mais racistas da Disney	Papo de Preta (2015)
31.05.2022	O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala	Spartakus Santiago (2007)
07.06.2022	Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?	Papo de Preta (2015)
14. 06.2022	Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra	Spartakus Santiago (2007)
21.06.2022	Porque Isabel não era fada sensata? - a verdade sobre a abolição e a lei áurea	Spartakus Santiago (2007)

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022)

Fase 4 – Análise de Dados

Para investigar os dados oriundos do grupo focal empregou-se a técnica categorial ou temática que faz parte do conjunto de técnicas que formam o método análise de conteúdo, visto que, conforme Laurence Bardin (1977, p.31- 46) são aplicáveis a qualquer tipo de comunicação e quando possui a intenção de manipular mensagens para evidenciar indicadores que permitam inferir uma realidade que não está dada nos enunciados.

O terreno, funcionamento e o objetivo da análise do conteúdo são resumidos por Bardin (1977, p. 42) da seguinte forma,

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Pretende-se inferir conhecimentos a partir das mensagens provenientes do grupo focal, para esse fim, o método análise do conteúdo sugere que o tratamento dos dados siga três polos cronológicos. Seguindo os passos indicados por Bardin (1977, p. 95), inicia-se pelo **1º polo cronológico** que é a *pré-análise*, definida como o momento em que se busca uma organização dos documentos para propiciar a sistematização do material. Para isso, primeiramente, preparou-se as filmagens dos seis encontros com os oito estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra e na sequência fez-se a transcrição do material, utilizando para isso a ferramenta *transkriptor*, um assistente virtual que auxilia a transcrição de vídeos.

Após a transcrição completa, realizou-se o primeiro contato com o material bruto, ou seja, o fruto da coleta de dados ainda não analisado. Para Bardin (1977, p. 75) uma leitura flutuante são as primeiras leituras, abertas e atentas a identificar as primeiras hipóteses e observações. Dessa maneira, formou-se o corpus da pesquisa, o qual reúne todo o discurso dos estudantes produzidos durante as seis reuniões, captados por meio das filmagens e transformados em textos.

A exploração do material é o **2º polo cronológico** o qual consiste em um processo de codificação e enumeração. Bardin (1977, p. 75) explica que codificar é traduzir os dados brutos para alcançar uma expressão do conteúdo. E a sequência dessa sistematização envolve três fases: o recorte das unidades de registro, a enumeração e a seleção das categorias.

As unidades de registro, neste estudo, representam orações significativas para codificar e determinar uma categoria. Optou-se por um agrupamento expressivo, utilizando o significado das palavras, mas também o que o aluno quis dizer em um enunciado.

As unidades de contexto expressam respostas completas, ou seja, os parágrafos, visando viabilizar a compreensão contextual das unidades de registro. Após a investigação minuciosa das unidades de contexto e unidades de registro, notou-se que elas giravam em torno de quatro palavras-chaves, as chamadas categorias de análise.

Categorizar significa agrupar, organizar, por exemplo, se em uma caixa de brinquedo há diversas formas geométricas reunidas, categorizar representa separar cada forma em uma caixa especifica. Desse modo, em razão de temas centrais comuns, criou-se as categorias:

a) história

b) cultura

c) raça

d) educação

Para tal fim, empregou-se regras de inclusão e exclusão em cada categoria. Na primeira categoria, história, utilizou-se como regra de inclusão as unidades de registro que apresentaram a palavra história como tema central, inclui-se nesse grupo termos sinônimos ou expressões que remetem ao passado, tais como antigamente, passado, naquele tempo e memória. Foram excluídas todas as unidades de registro que tratem o presente, que não possua a palavra história e expressões que não se relacionem ao passado.

No que concerne a categoria cultura a regra de inclusão foi a referência direta à palavra cultura ou cultural, consequentemente, foram excluídas desse grupo todas as unidades de registro que não faziam menção ao tema.

Raça é a temática mais ampla entre as quatro categorias. A regra de inclusão nesse agrupamento foram as seguintes: palavras que fazem alusão a cor ou raça, tais como branco, preto, amarelo, pardo e indígena. Integrou essa categoria as menções à raça, a exemplo, negro, negra, neguinho, morena, etnia negra. Também foram incluídas sentenças que fizeram sugestão da cor de pessoas, como bronze, pele mais clara, pele mais escura e piche. Por fim, agrupou-se os vocábulos racismo, preconceito e discriminação.

A regra de exclusão para esta categoria foi a seguinte: no contexto da oração a unidade de registro que não fez alusão central à cor ou raça das pessoas ou menção aos temas racismo, preconceito ou discriminação.

O **3º polo cronológico** relaciona-se ao tratamento, inferência e a interpretação dos dados. Neste momento, recorreu-se a uma estratégia que busca a construção de uma explicação das unidades de sentido produzidas pelos estudantes. Para esse propósito, pautou-se nas teorias da educação, nas teorias que dão suporte à temática das relações étnico-raciais no Brasil, na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013). Nesta etapa, apresenta-se também os quadros de resultados, assim como evidencia as informações provenientes da análise do conteúdo que é uma proposta de promoção da educação antirracista pelos ativismos digitais.

2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O ANCESTRAL E O CONTEMPORÂNEO NAS ESCOLAS

A sala de aula é um centro estratégico de luta pelas identidades culturais, onde encontram-se atores plurais, atravessados pelo dinamismo da mobilidade das interfaces móveis e a conexão com a internet, compondo o cenário de relação entre o ancestral e o contemporâneo na educação democrática e antirracista.

2.1 *Imatáveis* e *imorríveis*: uma reflexão sobre a sala de aula antirracista

O presente estudo perpassa por um breve histórico da diáspora negra de Hall (2009), pelas ondas e territórios de *Um defeito de cor* (2018), pela energia das palavras e memórias de Kehinde[1], pelas identidades flutuantes de Hall (2006), pelo Atlântico negro de Gilroy (2001), por fim, há algumas considerações sobre os imatáveis e *imorríveis*[2] no contexto da sala de aula híbrida antirracista.

O itinerário proposto permite observar o processo de dominação iniciado pela migração forçada de homens e mulheres do continente africano, assim como, às diversas tentativas de esquecimento e aniquilação da população negra para interpelar o modo pelo qual este procedimento se manifesta, atualmente, nas práticas educativas.

O exercício é um convite à investigação sobre a memória, cultura, história e identidade da população negra, que é constantemente violentada pela hegemonia cultural ocidental, por isso, induz ao seguinte questionamento: Como a escola pode romper com os mecanismos assimilatórios que reproduzem a história única na contemporaneidade?

Caracterizar a sala de aula híbrida antirracista traz para a agenda pública uma temática relevante, porque a escola é um centro estratégico, uma arena de luta pelas identidades culturais, que conforme Hall (2009, p. 313), desempenha uma função importante na produção, sustentação e reprodução racialmente estruturada das sociedades.

---

[1] Personagem central do romance Um defeito de cor de Ana Maria Gonçalves (2006)

[2] Imatáveis e imorríveis surgem das palavras não pronunciadas, das expressões da alma, das transgressões cotidianas, das experimentações da existência, da sabedoria ancestral, do olhar materno e do vínculo profundo entre Gilda dos Santos Vieira e Paulo Alberto dos Santos Vieira.

2.2 Tentativas de esquecimento e aniquilação da população negra

As tentativas de esquecimento e aniquilação são bem retratadas nas linhas de *Um defeito de cor*, romance de Ana Maria Gonçalves que tem como personagem central, Kehinde, uma garotinha que nasceu em Savalu, reino de Daomé, na África, em 1810. Ela memoriza que após a captura, o padre os batizara para que não chegassem ao Brasil com a alma pagã, novos nomes e deuses brancos foram impostos, mas sua avó disse que pelo nome os voduns a protegeria, pelo nome estaria sempre perto de Taiwo, com a metade da alma dela que as pertencia (Gonçalves, 2018, p. 63).

O reino de Daomé, local onde se passa a história de Kehinde, tem em sua tradição oral a "árvore do esquecimento", na qual os homens deviam dar nove voltas e as mulheres sete, ato que marcava a despedida de suas memórias, cultura, laços familiares e de tudo que os ligava à sua terra. A cidade São João da Ajuda ou Ajudá, no Benim foi rota dos escravizados, ponto simbólico, onde hoje há um monumento que memoriza o passado triste de Daomé (GOMES, 2019).

A árvore do esquecimento atravessou o oceano e encontrou solo fértil no Brasil, onde os africanos foram apartados de sua memória, identidade e de suas formas de pertencimento numa tentativa de esvaziamento de seus corpos (MOREIRA; PERETI, 2020, p. 287-295). No romance, Kehinde, que para os brancos passou a se chamar Luísa Gama, foi escolhida no segundo dia após a chegada ao país. Ela narra o ritual de venda da seguinte forma; os brancos apontavam o preto de seu interesse, apalpavam suas carnes, olhavam seus dentes, os empregados se aproximam dos pretos e davam chicotadas em suas pernas para que reagissem e gritassem bem alto (GONÇALVES, 2018, p. 70-71).

Esse relato explica bem o processo de dispersão forçada do povo da diáspora pelo país, o qual garantiu que 133 anos após a abolição formal da escravidão, os descendentes das pessoas que foram cativas e transportadas ao Brasil pouco saibam sobre seus antepassados. Assim como, dificilmente consigam traçar uma árvore genealógica de sua família, sem despender muito tempo, recurso humano e financeiro para tal finalidade e, ainda assim, pode-se não alcançar tal objetivo.

O processo de construção da genealogia de antepassados negros brasileiros envolve investigação do sobrenome, a busca por documentos e o estudo sobre a escravidão brasileira. Os desafios não são poucos, visto que, muitos documentos foram extraviados e as diferentes

dinâmicas entre cativos e não cativos dificultam mapear a história dos nomes e sobrenomes dos antepassados de afrodescendentes (FAPPI, 2018).

A “queima dos arquivos da escravidão” também dificulta conhecer mais a fundo a história e memória da população negra brasileira, um ato que demonstra como o Estado e o Poder judiciário contribuíram para negar a emancipação desses povos e seus descendentes, bem como auxiliaram o “apagamento de suas memórias” (DUARTE, SCOTTI E NETTO, 2015, p. 31-35). Entretanto, em algum momento as lembranças compartilhadas oralmente, nas redes familiares, entre amigos, associações sobrevivem, de geração em geração, e entram no terreno das disputas das memórias (POLLAK, 1989, p. 5).

A educação está inserida no campo de disputa do poder pela memória, pela construção das identidades e pela cultura. Em consequência disso, o pensamento pedagógico já utilizou mecanismos de esquecimento e aniquilação ao apresentar convicção no pensamento eugenista, considerando diferenças individuais como um determinante biológico, dessa forma, algumas pessoas foram consideradas “mais aptas” que outras para receber educação formal (GUALTIERI, 2008, p. 91-105).

De acordo com Kawakami e Vieira (2021, p. 13), esta ação faz parte de um modelo de transição, incorporado à passagem de uma sociedade escravocrata à outra assentada no trabalho livre, o qual concebe a presença da população negra como um impedimento ao processo civilizatório. Tal pensamento carece de bases epistêmicas, entretanto, ultrapassa o pensamento pedagógico e engendra o pensamento social, as políticas públicas e praticamente todos as vertentes da sociedade. Tal fenômeno é chamado pelos autores de “cânone do pensamento social brasileiro”.

Na contemporaneidade, os processos eugênicos são sutis, mas os resultados continuam expressivos, a exemplo, o abandono escolar, que é muito mais elevado entre os jovens negros. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, de todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do país, equivalente a quase 50 milhões de pessoas, 20,2% não completaram o Ensino Médio, ao se considerar cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos.

Para Gualtieri (2008, p. 106-107) a educação ainda mantém “mecanismos assimilatórios” que impedem o acesso à formação, selecionam os estudantes pelo “ranqueamento” das escolas, destinando a morte precoce aos jovens que vivem nas periferias. Tal processo é considerado pela autora como novas formas de manifestações da eugenia que reforçam a exclusão e discriminação de indivíduos, grupos e populações no Brasil.

2.3 Diáspora africana e identidades flutuantes na pós-modernidade

A narrativa de Kehinde traduz a diáspora africana pela descrição do local onde viveu, pela história e costumes interligados a de seus familiares: sua irmã Ibeji,[3] Taiwo; sua baba[4], a avó de Abomé; Kokumo, seu irmão abiku[5]; a mãe pejada[6]; o pio triste do pássaro no Iroco[7] que anunciou sua captura pelo tráfico de escravizados, a triste viagem pelo Atlântico e a vida no Brasil (Gonçalves, 2018, p. 19-39).

As pessoas capturadas eram homens, mulheres, crianças de diversas regiões da África. Os muçurumins virados em uma mesma direção diziam uma palavra inúmeras vezes, mas a menina não compreendia. Ela pensava em Nanã e Iemanjá, enquanto isso, Xangô sentou-se ao seu lado, passou a mão sobre ela e a abençoou. Os Ibêjis cantaram até que dormissem e uma quentura abrandou a tristeza (GONÇALVES, 2018, p. 38-42).

O relato de Kehinde refere-se à diáspora africana, um processo que se iniciou pela migração imposta a homens e mulheres, passando pelo oceano Atlântico e alcançando diversas partes do mundo. Gilroy (2001, p. 25) compreende que,

> Sob a idéia-chave da Diáspora nós poderemos então ver não a "raça", e sim formas geo-políticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem.

A comunicação entre a diversidade cultural das pessoas envolvidas neste processo não permanece no navio negreiro e expande-se para outras localizações geográficas, o Brasil, por exemplo, é espaço marcado pela hibridização dessas identidades e seus múltiplos agenciamentos.

Essa fusão diversa de culturas é chamada por Hall (2006, p. 91-97) de “culturas híbridas”, uma fonte criativa de novas culturas e formas de existência, ainda assim, no campo

[3] Ibeji significa gêmeos na cultura iorubá.
[4] Avó
[5] Criança que nasce para morrer.
[6] Grávida
Fonte: Gonçalves (2018, p. 19-20).
[7] Árvore sagrada de algumas religiões africanas. No Brasil também é chamada de gameleira-branca ou de “A Grande Arvore” ou “A Árvore Sagrada”.
Fonte: Gonçalves (2018, p. 20).

de disputas, há fortes tentativas de unificar a língua, religião e a tradição em torno de uma identidade política cultural homogênea.

As tentativas de apagamento do povo da diáspora são procedimentos contínuos e violentos os quais almejam unificar a história, cultura e as identidades, contudo não impede que atualmente, elas sejam flutuantes. Para Hall (2006, p. 75) identidades flutuantes são desalojadas de tempos, espaços e culturas específicas, porque são mediadas pela globalização.

À medida que as pessoas têm acesso a diferentes tempos e espaços por meio de viagens ou pela tecnologia da comunicação e informação, mais as identidades se tornam flutuantes e assim surgem novas formas de representação, já que elas são atravessadas por outras identidades que estão em constante deslocamentos também.

Hall (2006, p. 59-61) argumenta que a identidade nacional é uma estrutura de poder que desconsidera as diferenças culturais, de classe, de gênero, raça para cumprir o propósito de unificá-las em torno de identidades culturais generificadas, um método que se efetiva a partir de um processo violento de dominação e supressão das culturas.

De acordo com a argumentação de Hall (2006, p. 61-63) em se tratando de raça, torna-se mais difícil ainda este método de unificação, uma vez que as diferenças genéticas não conseguem diferenciar um povo de outro, pois raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Então para justificar as marcas simbólicas de representação das identidades nacionais, busca-se características físicas que se distanciam do ideal da branquitude, tais como, a textura do cabelo e a cor da pele.

Vale evidenciar que, o povo negro não é unificado, sua identidade não é fixa e essencializada, em razão disso, analisar a maneira como homens e mulheres foram inseridos na diáspora negra permite refletir a pluralidade antagônica de suas identidades, dado que as diferenças como gênero, sexualidade e classe também estão sempre em terreno de disputas (HALL, 2009, p. 326-330).

Gilroy (2001, p. 86-88) também compartilha da ideia de que a negritude celebra um sistema de representação complexo e é dividida por classe, sexo, gênero, idade, etnia, economia e consciência política. Para o autor, pensar o negro como um grupo nacional, com sua própria cultura enclausurada invoca o silenciamento, a censura sobre o debate político quando são expostas as inconsistências no discurso africológico.

As memórias de Kehinde, em *Um defeito de cor* (2018), as palavras de Hall (2006), Hall (2009) e de Gilroy (2001) demonstram que a identidade negra é diversa, apresenta

constantes deslocamentos, não é unificada, nem homogênea, porque se constitui de atravessamentos e pela hibridez das culturas formadas pela diáspora africana.

Qual é a relação entre toda essa teorização e a educação? Bem, a escola enquanto arena de disputa vai atuar para formar identidades flutuantes ou identidades nacionais. O posicionamento escolhido será refletido nas percepções, opiniões e impressões dos estudantes, assim como em suas ações sociais. Nesse contexto, a sala de aula híbrida pode contribuir com uma nova compreensão de política, história, cultura e educação que Gilroy (2001) chama de Atlântico Negro.

2.4 Atlântico negro: uma reflexão sobre a sala de aula híbrida antirracista

Gilroy (2001) define o Atlântico Negro como uma unidade simbólica em referência à vida marítima que se construiu entrelaçada entre o local e o global. O navio é uma unidade de análise, “um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento”. Caracteriza-se pelo ímpeto de transcender às imposições das noções fixas e universais de identidade nacional e este ímpeto surge da compreensão da política e da cultura.

O Atlântico negro marca o movimento dos negros, não apenas enquanto exilados, mas enquanto povo que luta pela emancipação e busca analisar os processos de formação das identidades, memória e história da diáspora.

O povo da diáspora negra não poderá se congregar em sua terra novamente, contudo, suas experiências históricas criaram um corpo único de reflexões sobre a modernidade e seus dissabores, que é uma presença permanente nas lutas culturais e políticas de seus descendentes atuais (GILROY, 2001).

O conceito de Atlântico negro apresentado por Gilroy (2001) ultrapassa a ideia caracterizada pela via de mão única e vai ao encontro das noções desenvolvidas por Hall (2006), pelo reconhecimento da pluralidade do povo da diáspora, das identidades flutuantes e da cultura híbrida.

A compreensão da diáspora e do atlântico negro tem papel relevante na sala de aula, porque a partir desta análise histórica e cultural é possível propiciar a reflexão sobre o ancestral e o contemporâneo na educação antirracista. A qual começa a ganhar corpo no Brasil a partir da promulgação da Lei 10.639/2003 como resultado dos embates do movimento negro.

O desenvolvimento da educação antirracista envolve incluir no currículo das escolas o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

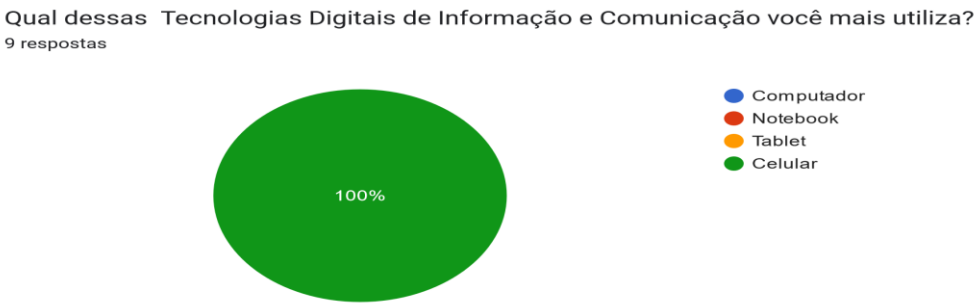
Sobre o acesso à educação, Kehinde memoriza que, só era possível aprender a ler e a escrever ao participar, como acompanhante, das aulas da sinhazinha. Kehinde aprendia rápido, aquelas horas de aula eram as mais felizes do dia (GONÇALVES, 2018, p. 92).

A menina conhecida nas linhas de Um *Defeito de cor* (2018) não teve o direito à escolaridade. Atualmente, depois de anos de lutas, é garantido o acesso à educação para a população negra, entretanto, a permanência nesse espaço ainda é um desafio a ser enfrentado.

Explorar todas as ferramentas disponíveis para garantir a permanência na escola é um dos papeis da educação. Nessa perspectiva, a sala de aula híbrida antirracista compreende, simultaneamente, a mescla presencial e virtual de estratégias educativas e curriculares, desenvolvidas a partir dos conteúdos propostos pela Lei 10.639/2003, utilizando para isso, a mobilidade das interfaces móveis e o acesso constante à internet para romper as barreiras do espaço/tempo da escola.

A pesquisa de desenvolvida com alunos selecionados do Ensino Médio da escola Estadual José Alves Bezerra demonstra que todos os estudantes participantes utilizam o celular como dispositivo móvel de comunicação e informação.

Gráfico 2 - Tecnologia digital de informação e comunicação mais utilizada



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

O celular reúne condições para sua utilização em ações educativas para a afirmação positiva das identidades, dado que, se em alguns momentos da história ele foi proibido nas salas de aula, atualmente, com o expressivo uso dessas interfaces pela população e a

necessidade emergente de contemplar a cultura digital nas escolas, torna-se indispensável inseri-los às práticas pedagógicas antirracistas (NASCIMENTO e MOTA, 2021, p. 2).

Tais ações visam potencializar a aprendizagem e promover um espaço vivo de disputas de identidades, por refletir a história, a memória e a cultura da diáspora negra no contexto da cultura digital. A sala de aula híbrida antirracista se aproxima da noção de espaço e diáspora desenvolvida por Gilroy (2001, p. 21),

> O conceito de espaço é em si mesmo transformado quando ele é encarado em termos de um circuito comunicativo que capacitou as populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais e sociais. Esta versão da diáspora é distinta, porque ela enxerga a relação como algo mais do que uma via de mão única.

A escola precisa romper com a visão eurocêntrica da história única universal para dar lugar a pluralidade das culturas híbridas. Chimamanda Ngozi Adichie (2009) em vídeo intitulado *O perigo da história única* argumenta que histórias podem ser usadas para o mal, mas também podem servir ao bem, pode destruir ou reconstruir a dignidade de um povo. Para a autora é importante rejeitar a história única e tal descoberta representa a reconquista de uma espécie de paraíso.

Pezzodipane (2013, p. 3-9) afirma que é importante romper com a história única que legitima a exploração violenta de homens e mulheres, assim como é preciso ressignificar os binarismos simplistas, tais como colonizado/colonizador. A autora ainda completa que um grande desafio é a reescrita da história pelas vozes que foram silenciadas.

As memórias de Kehinde apresentam uma versão da história da diáspora que contradiz a história hegemônica Ocidental. Ela descreve seus percursos, as distâncias, os contatos com diversas pessoas enquanto procurou seu filho. Carregou no coração a culpa e o pedido de desculpas a seu rebento. Uma narrativa aflorada, que não pode ser contida, pois para Kehinde, nada era suficiente na vida, nem as coisas boas, nem as coisas más, pelo menos não a ponto de detê-la. Então, ela fez o que precisava ser feito e sem saber se um dia alguém contaria sua história, escreveu enquanto teve forças (GONÇALVES, 2018, p. 453).

A escrita da história pelos filhos da diáspora representa a resistência contra as tentativas de esquecimento e aniquilação do povo negro, significa o reconhecimento da heterogeneidade cultural e das identidades hibridas pós-coloniais[8], procedimento que, na

[8] O conceito pós - colonial descreve ou caracteriza a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos impérios para o momento da pós-independência ou da pós descolonização.

escola, deve efetivar-se por meio de práticas pedagógicas antirracistas, instituídas no currículo pela Lei 10.639/2003.

A educação antirracista exige a presença do ancestral e do contemporâneo na sala de aula por intermédio do reconhecimento da história, que não é única, que é contada por um prisma contra hegemônico. História de homens e mulheres da diáspora africana, que guardam em sua memória, cultura e identidade vestígios da dor, tais como as distintas tentativas de esquecimento e aniquilação, assim como as narrativas e ações que ultrapassaram a linha do tempo e do espaço para eclodir no presente e reafirmarem que são *imatáveis* e *imorríveis*.

Os *imatáveis* e *imorríveis* são indivíduos capazes de deslocar as disposições do poder e efetuar diferenças nos múltiplos espaços por onde circulam. São agentes que impedem ao colonizador a ação de matar e, simultaneamente, impõe seu rito de viver.

Kehinde é uma imatável e imorrível que resistiu às inúmeras opressões e eternizou-se nas páginas de Um *Defeito de Cor*, porque ela sabia que precisava vir, precisava contar tudo e te abençoar pela última vez (GONÇALVES 2018, p. 945).

Visando exemplificar quem são os imatáveis e imorríveis, vale ressaltar as considerações de Kawakami e Vieira (2021, p.15-16), quando mencionam que a população negra é ativa e resistente no combate as tentativas de apagamento e aniquilação impostas pelo cânone do pensamento social brasileiro, que é interpelado, constantemente, por distintas organizações políticas e em especial pelo movimento negro.

Os autores ainda apontam que as estratégias desenvolvidas pela experiência negra impediram que o pensamento social brasileiro reinasse soberano como o único porta voz da história desta sociedade. E ao trazer para a agenda pública as perspectivas que reconhecem a pluralidade cultural, a história única é deslocada dentro das relações de poder, perdendo espaço para histórias múltiplas.

Compreender este processo político e cultural indica que a história não pode ser uma via de mão única e de acordo com Kawakami e Vieira (2021), isso representa quebrar o paradigma do cânone do pensamento social brasileiro que impede a emancipação da população negra. À vista disso, buscou-se apresentar diversas tentativas de esquecimento e aniquilação da população negra, que conforme Gualtieri (2008), também se manifestam na educação em práticas educativas que buscam a homogeneização e exclusão de indivíduos e grupos.

Também (embora aqui seu valor seja mais simbólico) é útil na identificação das novas relações e disposições do poder que emergem nesta nova conjuntura (Hall,2009, p. 101).

Os novos métodos de esquecimento e aniquilação não são explícitos, como a árvore do esquecimento ou aqueles sofridos por Kehinde (GONÇALVES, 2018), no entanto, as pesquisas revelam seus expressivos efeitos nos altos índices de abandono escolar de jovens negros os quais foram apresentados pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Diante da configuração do cenário educacional descrito por Gualtieri (2008) e por Kawakami e Vieira (2021), romper com os mecanismos assimilatórios educacionais impostos pelo pensamento social brasileiro é um grande desafio. O qual na concepção da sala de aula híbrida antirracista perpassa por compreender a história, cultura e identidade negra e propiciar condições para que os estudantes possam conhecer, analisar, produzir e compartilhar contranarrativas contemporâneas para além do espaço/tempo da sala de aula. Uma vez que, estar consciente dos dispositivos de aniquilação e apagamento contemporâneos permite a estes jovens se perceberem como *imatáveis* e *imorríveis* da diáspora africana e concretizarem formas de resistir e lutar pela emancipação do povo negro.

2.5 Raça, racismo e racialização

Maria de Jesus (2014, p.55) afirma que,

> O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém.

A autora reflete sobre a construção social de raça inscrita nas relações de poder quando diz que é o branco que anuncia uma superioridade em relação ao negro. Por isso, argumenta que biologicamente ambos são iguais, bebem cachaça, são atingidos pelas enfermidades, portanto, nada justifica esta hierarquia, porque a natureza não fez tal seleção.

O branco cria o termo raça e se coloca no topo de uma hierarquia arquitetada por ele mesmo, visando explorar e aniquilar a população negra, bem como assegurar o poder social, cultural e econômico. Nada na natureza é capaz de justificar essa façanha que é produzida e reproduzida socialmente pela força da linguagem.

O racismo é um sistema social e econômico que busca na natureza explicação para justificar a exploração, exclusão, assim como o lugar de subordinação em que posiciona a diferença. Ele está na orbita do conceito de raça, que não é científico, pois trata-se de uma construção política e social, materializada pelo discurso (HALL, 2003, p. 69).

Esta construção social descrita por Hall (2003) corrobora com o apagamento e aniquilação da população negra. Apagamento no sentido de enfraquecer a existência e aniquilação com a acepção de extermínio. De acordo com Vieira (2022) morre-se de morte matada, o genocídio e morre-se de morte auto infligida, o suicídio, quando a dor triste e depressiva torna-se insuportável diante da violência e opressão impostas pela colonização.

O conceito de raça não apresenta nenhuma validade científica, socialmente, contudo para Silvério (1999, p. 53), cor da pele, textura dos cabelos e demais características fenotípicas ainda são elementos significantes os quais marcam a diferença e auxiliam a formação de grupos identitários, da mesma forma como ocorre com as noções de nacionalidade, etnicidade e classe.

De acordo com Segato (2005, p. 6) “raça é signo” produzido no seio da sociedade, portanto é simbólica e sua significação depende do contexto social. Embora o conceito de raça, há muito tempo, seja tema vencido e inválido pela biologia, é urgente abordá-lo, visto que as representações sociais estão vivas e continuam a assombrar as vítimas do racismo.

A partir das constatações, é possível compreender a relação entre a noção de raça e os signos linguísticos desenvolvida por Segato (2005), uma vez que, os signos são produzidos e reproduzidos discursivamente, consequentemente, em diferentes contextos, assumem distintos significados, os quais só tem sentido dentro de um sistema de representação.

A título de exemplo, os signos da palavra *mar* são escritos de uma forma em Língua Portuguesa e o mesmo significado é reconhecido em Língua inglesa pelos signos *sea*, incorporando status de existência real. Á vista disso, os efeitos do signo raça são tão reais quanto os signos linguísticos, logo não podem ser subestimados.

Em concordância com Segato (2005, p. 4-10) cor é signo, que no Brasil cumpre o papel de representar e corroborar com uma leitura social e compartilhada, a qual o negro sofre o processo de outrificação. Assim, tanto a sociedade, quanto o próprio sujeito negro veem na cor e nos traços fenotípicos uma condição que aprisiona e o remete à uma estrutura estável, que é a historicidade.

A crença de que os seres humanos são formados por grupos genéticos distintos e que tais diferenças caracterizam o comportamento, a capacidade cognitiva motivou, no Brasil, a política do branqueamento, por meio da imigração, visando melhorar, refinar a população do país. O branqueamento no Brasil tem relação com as ideias racialistas, as quais nasceram na Europa Ocidental, no recorte temporal situado entre os séculos XVIII e XX. Esse movimento

constitui-se de um conjunto de ideias doutrinárias que são resumidas por Todorov (1993, p. 107-109) em uma série de cinco proposições dispostas abaixo.

A primeira das proposições introduz a *existência das raças*, sendo assim as diferenças raciais são visíveis, mas não impedem o cruzamento entre elas, contudo, os racialistas que acreditam nessa proposição não aceitam os relacionamentos interraciais. Em oposição, a biologia, que há muito tempo já comprovou que há diferenças físicas entre humanos, no entanto não o suficiente para formarem grupamentos delimitados, pontua Todorov (2003, p. 108-110).

A segunda refere-se à *continuidade entre físico e moral*, neste item as diferenças entre as raças determinam as diferenças culturais, dessa forma, a educação não seria capaz de operar nenhuma mudança em alguns indivíduos e grupos. Todorov (2003, p. 109) faz uma reflexão interessante ao inverter essa lógica, analisando os possíveis resultados do favorecimento de um grupo branco em detrimento a um grupo negro, seleção que resultará em um filtro genético em prol das características favorecidas, ou seja, nesta reflexão a série cultura opera sobre a série natureza.

A terceira trata da *ação do grupo sobre o indivíduo* o qual explicita que o indivíduo é determinado pelo grupo racial ou étnico o qual pertence. A quarta aborda a *hierarquia universal dos valores*, geralmente etnocêntricos, em que há uma hierarquia que determina a superioridade de um grupo sobre outro. Todorov (2003, p. 110) enfatiza que o racialista e seu grupo está sempre no topo hierárquico, posicionando-se como belo, inteligente, bom, contrapondo-se aos demais que, gradativamente, decaem na escala de valores.

Por fim, a quinta é a proposição sobre a *política baseada no saber* que culmina na prática racista, visto que após concluído uma série de saberes, o racialista justifica uma política na qual se propõe a submissão e até mesmo à eliminação das raças posicionadas em escalas de valores inferiores.

Todorov (1993, p. 166) afirma que a transposição do racialismo do plano físico para o plano cultural aconteceu no fim do século XIX, espaço temporal em que raça começa a se confundir com nação, nacionalidade e cultura. Conforme o autor, no racialismo moderno a noção de raça é invalidada pela biologia, pela condenação política que massacrou judeus na Alemanha Nazista, assim as ideias racialistas não desapareceram, mas deram espaço para discursos que giram em torno da língua, história, nacionalismo, culturalismo e o direito à diferença.

Todorov (1993, p. 107) ao tratar a diversidade da espécie humana analisa as distinções terminológicas entre racismo e racialismo. Para o autor, o racismo designa dois sentidos diferentes: o primeiro refere-se ao comportamento, ou seja, o ódio, desprezo às pessoas ou grupos com características distintas. Em segundo plano, significa uma ideologia relacionada a doutrina de raças humanas.

Ao diferenciar os dois sentidos Todorov nomeia o primeiro de racismo e o segundo de racialismo, explica ainda que, o racista comum não é capaz de refletir seu comportamento de forma científica. Enquanto o teórico pode não ser influenciado pela sua teoria, portanto pode não ser um racista, pois embora acredite em raças distintas, não as hierarquiza ou não as caracteriza negativamente.

O racismo produz uma hierarquia de um grupo em detrimento do outro e justifica a violência, exploração, dominação e até a aniquilação dos oprimidos. Esta é uma forma de racialização, contudo nem toda racialização caracteriza-se como racismo, pois um grupo pode ser racializado, ou seja, ter suas características ressaltadas, sem ser inferiorizado e/ou estigmatizado. A produção e reprodução do racismo é assegurado pelo habitus racial, o qual está presente em pelo menos três esferas da realidade social: as instituições, as redes sociais e o habitus dos grupos subordinados e dominantes, identifica Monsma (2013, p.11).

No racismo a cor da pele é símbolo que divide os grupos em dominantes e subalternos, sendo que pessoas brancas, intencionalmente ou não, efetivam a ação contra os negros. Operação que não decorre apenas da ação, mas da experiência esquizofrênica e racista da pessoa branca no mundo, argumenta Silvério (1999, p.64). Embora o conceito de raça seja invalidado, o racismo, vertente do racialismo, opera livremente, apagando e aniquilando a população negra em um processo flagrado pelos índices sociais, econômicos, políticos e raciais. Concorda-se com Viera e Silva (2021, p. 110),

> No Brasil, argumenta-se que desde sua formação enquanto nação até os dias de hoje, o negro tem sido vítima de uma construção histórica que o cerceou, de forma mais violenta e agressiva, no passado, e no tempo presente de modo velado e indireto, limitando-o a condições socioeconômicas marginais. Todo esse processo histórico propiciou a presença de limitações, de modo implícito ou explícito, que afetam a vida dos negros brasileiros em diversas áreas, como econômica, social, cultural, profissional e educacional.

O racismo naturaliza o sistema de hierarquização no Brasil, então, quanto mais características fenotípicas, sociais e culturais um indivíduo ou grupo apresentar, maior a sinalização quanto a seu posicionamento no sistema hierárquico, pontua Guimarães (1999, p.

32-42). A separação à brasileira difere do Apartheid, regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948, pois aqui, diferente de lá, a separação é mascarada pelo antirracismo, que atribui ao vizinho as atitudes racistas. Sem embargo, a separação se faz presente pela privação dos negros à educação de qualidade, aos bens materiais e à ascensão social, logo, os coloca em local de inferiorização naturalizada e consentida.

Freyre, no livro Casa Grande e Senzala (2003, p. 75-91), argumenta que, os portugueses chegaram ao Brasil sem noções separatistas de ordem política, racial ou religiosa, por isso, não perturbaram a ordem nacional, diferente do que ocorreu em outros países de colonização Europeias como na América e na África.

Para Freyre (2003, p. 75-91), os colonizadores predispostos à raça e à cultura, uniram-se às negras e índias, multiplicando-se em população mestiça apta a vivenciar o clima tropical e a suprir a falta de gente branca para colonizar a Terra. Conforme o autor (2003, p. 231-272) não houve antipatia entre colonizadores e colonizados, tanto no que se refere às instituições sociais, quanto à cultura material, visto que, essas foram potencialmente influenciadas pela cultura ameríndia e africana. Também explica que não houve, neste país, marcas da superioridade racial, recorte eugênico ou xenofóbico, porque a unidade política brasileira é a fé cristã.

O trabalho desenvolvido por Freyre (2003) permanece no imaginário de muitos brasileiros, serve como argumento da inexistência de racismo no país, assim como relega aos negros a responsabilidade pela manifestação das desigualdades social, cultural e econômica por cor ou raça.

Maria de Jesus contraria a ideia de harmonia racial brasileira ao apresentar por meio do diário *Quarto de despejo* (2014, p. 23) a ação de uma menina de seis anos que a interroga da seguinte forma: *você está escrevendo negra fedida*? A escritora relata que a mãe da menininha presencia toda a cena e consente pelo silêncio. O que ocorreu com Carolina é resultado das canções, poesias e histórias contadas às crianças, umas das formas de estabelecer a manutenção do local simbólico de aprisionamento do negro nos guetos da sociedade brasileira.

Kilomba (2019, p. 29-30) analisa as circunstâncias que aprisionam o sujeito negro pelo racismo, condição que para a autora é negligenciada e remete o indivíduo ao passado colonial, às memórias da plantação, posicionando-o em situação de subalternização, o outro. A sujeira e selvageria simboliza uma forte ligação com os aspectos reprimidos pelos brancos, projetando no outro, seus medos e desejos, pontua Kilomba (2019, p. 124).

O racismo apresenta características fundamentais, a construção da diferença, da hierarquia, do poder histórico, político, social e econômico. A partir desses elementos a supremacia branca se coloca como referencial no topo hierárquico, retirando dos demais o status de sujeito de direitos. Este exercício de poder inferioriza e essencializa pela subjetividade, pelos traços físicos e morais, remetendo o negro a outridade (KILOMBA, 2019, p. 29-30).

Todorov (1993, p.112) ressalta que, toda sociedade é composta por estratificações, que são mutáveis, entretanto o que não se pode mudar são as características físicas, as conhecidas como raça e sexo, que servem de apoio para as construções sociais racistas e sexistas. Aqui o autor faz um paralelo, de modo que o termo raça, fruto de um planejamento consciente, atue de forma semelhante ao sexismo, um tipo de discriminação baseada no sexo do indivíduo.

O racismo não se justifica pela via biológica, portanto atua culturalmente, por meio de uma nova roupagem que tem no corpo um veículo dos códigos racistas. A integridade da raça emerge com a integralidade da masculinidade, sendo esta materializada pelo papel de gênero, exercido pela mulher ao dar continuidade às linhagens sanguíneas específicas, culminando na família, operação que possibilita arranjos políticos pautados pelo nacionalismo e pelo fascismo, menciona Gilroy (2001, p. 19).

Tanto no sexismo, quanto no racismo, o corpo é lido para que o discurso possa defender um sistema de poder. No sexismo, lê-se os estereótipos de gênero, e no racismo, a cor da pele, textura do cabelo e demais características físicas. A celebre oração “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” de Beauvoir (2016, p.11) traduz bem a construção política em torno do sexo, ao argumentar que o ser mulher na sociedade moderna não é o destino biológico, trata-se de uma construção externa que instaura o símbolo do feminino, um ser castrado, o outro.

A construção ideológica de raça e sexo a partir de diferenças naturais e biológicas não podem ser vistos como paralelos, porque afetam as pessoas de modos diferentes, pois mulheres negras são invisibilizadas, silenciadas e sofrem opressão sexistas por homens brancos e negros, sofrem racismo de mulheres e homens brancos, reflete Kilomba (2019, p. 100-103).

Nessa perspectiva, se para Beauvoir as mulheres são o outro, a partir das análises de Kilomba, pode-se concluir que mulheres Negras, como Maria de Jesus (2014), por serem atravessadas por dupla opressão, sexo e raça, são o outro do outro.

O racismo perpetua e legitima os diversos procedimentos de apagamento e aniquilação da população negra promovidos pela separação à brasileira, pela negação às condições básicas de existência, assim como pelo extermínio das vidas prematuras por forças policiais. Tais ações afetam, mas não interditam, porque “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje” o ditado ioruba, revela a subversão do tempo para materializar ações estratégicas.

Individualmente os negros são vítimas, principalmente dos resultados dos projetos nacionais que objetivam negar sua existência, todavia, coletivamente, deslocam as disposições do poder, impedem ao colonizador instituir a morte, concomitante, marcam um rito de viver. Carolina Maria de Jesus é uma imatável e imorrível, eternizada pelas palavras do Quarto de despejo (2014), contranarrativa que ecoa realista e incisiva pelo mundo, apresentando a vida pela ótica do povo negro.

2.6 A LEI 10.639/03: memórias, experiências e ativismos

> Sempre soubemos que o desmantelamento do paradigma colonial faria emergir das profundezas estranhas demônios, e que esses monstros viriam arrastando todo tipo de material subterrâneo.
>
> (Hall, 2009, p. 118)

O passado colonial situou a população negra em local de subalternidade, situação imposta pela violência, aniquilação e apagamento. Nesse contexto, a educação serviu como ferramenta para assegurar a condição de explorador/ explorado, reservando lugar privilegiado ao colonizador no campo de forças do poder-saber.

Diante disso, não é estranho que a história oficial da educação no Brasil não apresente o processo de inclusão ou exclusão dos negros nas escolas, os caminhos percorridos para alcançar a alfabetização, as primeiras vivências, as primeiras escolas nos quilombos. Estas informações foram desconsideradas pelas narrativas históricas e a preservação de algumas fontes em detrimento de outras, revelam muito sobre o grupo dominante, demonstra ainda, que a história da população negra foi, estrategicamente, omitida e suas fontes destruídas (Cruz, 2005, p. 22-23).

Este fato evidencia a concretização de um projeto de nação e identidade brasileira que tem como base naturalizar e fixar a população negra em lugar de inferioridade. A língua

anuncia o que foi selecionado, historicamente, pelo grupo detentor do poder para sustentar seu lugar na pirâmide econômica, social e política.

Nesse jogo de poder foi preciso considerar a população negra inapta, biologicamente, ao progresso intelectual e assegurar esta falsa constatação pelo apagamento das informações sobre o processo histórico da educação no Brasil. No entanto, as análises históricas desvelam negação ao direito de estudar, por exemplo, em 1854 o decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário, o qual em seu Art. 69, em seu parágrafo 3º anuncia que aos escravos não seriam admitidos a matricula, nem a frequência nas escolas.

Silva e Araújo (2005, p. 65) analisam as oportunidades educacionais dirigidas à população negra brasileira entre os séculos XIX e XX e discorrem sobre o legado de interdição, a partir de legislações ou pela cobrança de taxas e exames, os quais impediram aos grupos negros o acesso à educação formal. Os autores argumentam que a instrução escolar se torna privilégio da camada senhorial, que garante a si mesma, os cargos políticos, burocráticos e as melhores posições sociais e econômicas.

Diante de tais circunstâncias, a população negra não se mostrou passiva e organizou-se no chamado movimento negro, que conforme Pereira (2010, p. 81) é formado por entidades, organizações e indivíduos que combatem o racismo, por meio de práticas culturais, políticas, educacionais com a finalidade de assegurar melhores condições de vida aos negros.

Uma dessas estratégias é a criação de escolas de alfabetização pela Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, ambos em São Paulo. A organização do movimento negro, principalmente, a partir de 1988, centenário da abolição da escravatura, e sua expansão para diferentes âmbitos sociais possibilitou a conquista de novos espaços, inclusive na educação, argumenta Pereira (2012, p. 114-115).

O movimento negro é protagonista de contranarrativas que desestabilizam o poder dominante para exigir melhores condições de vida à população negra. Resultado desse empate, em 2003, foi criada a lei 10.639/2003, que conforme Brasil (2003),

> LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.
>
> Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
>
> Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:
>
> "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
>
> § 3º (VETADO)"
>
> "Art. 79-A. (VETADO)"
>
> "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."
>
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
> Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

Em março de 2003 também foi criada a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, por meio do encaminhamento de diretrizes para direcionar a implementação das ações afirmativas no âmbito da administração pública.

A promulgação da Lei 10.639/2003 e os encaminhamentos para sua implementação são, sem dúvida, conquistas que ocorrem em cenário de muita resistência às mudanças impostas pela legislação. Retoma-se aqui, o ponto de contato com a oração de Hall (2009, p. 118) anunciada no início desse discurso, os demônios vêm de todos os lugares e munidos de diversos materiais subterrâneos para garantir seu lugar hegemônico.

Faz-se uma analogia entre os demônios e os elementos que dificultam a completa implementação da Lei. Para examinar tais demônios, urge elucidar elementos positivos e negativos no texto da referida legislação, assim como aspectos externos ao corpo da Lei, mas que perturbam sua efetivação.

Um ponto positivo, concerne ao grandioso feito de inserir, obrigatoriamente, nos currículos escolares os conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira, visto que ainda se vive, neste país, sob o manto de matriz europeia.

Já os pontos negativos referem-se aos dois vetos presentes no corpo da Lei 10.639/2003, ambos foram publicizados no Diário Oficial da União[9], no dia 10 de janeiro de 2003, como transcrito a seguir:

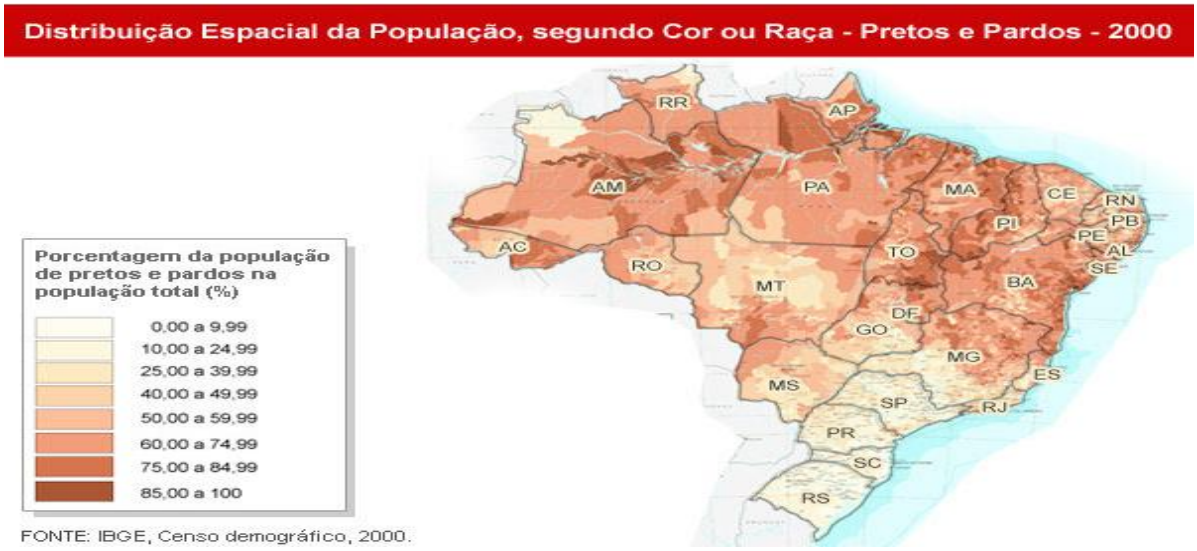
> " § 3º As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, deverão dedicar, pelo menos, dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta Lei."
>
> "Art. 79-A. Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria."

O parágrafo 3º busca garantir que haverá um tempo específico no currículo escolar disponibilizado para o conteúdo da referida Lei, contudo foi vetado pela justificativa de não atender ao interesse público, pois infringe a Constituição a qual garante que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade.

Não há nenhuma possibilidade do conteúdo previsto pela Lei 10.639/2003 contrapor à Constituição, a base nacional comum ou à parte diversificada dos currículos escolares, em virtude de que o Brasil é o país que mais importou escravizados africanos. Em conformidade com o IBGE (2023), vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças entre o século XVI e meados do XIX. Logo, a população negra está presente nas diversas regiões do país, sendo que esta preponderância, se faz maior em alguns Estados brasileiros e menor em outros, como mostra o Censo de 2000 apresentado no mapa abaixo.

[9] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-veto-13762-pl.html. Acesso em: 23 de jun.2023.

Figura 1- Distribuição Especial da População, segundo cor ou raça-Pretos e Pardos 2000.



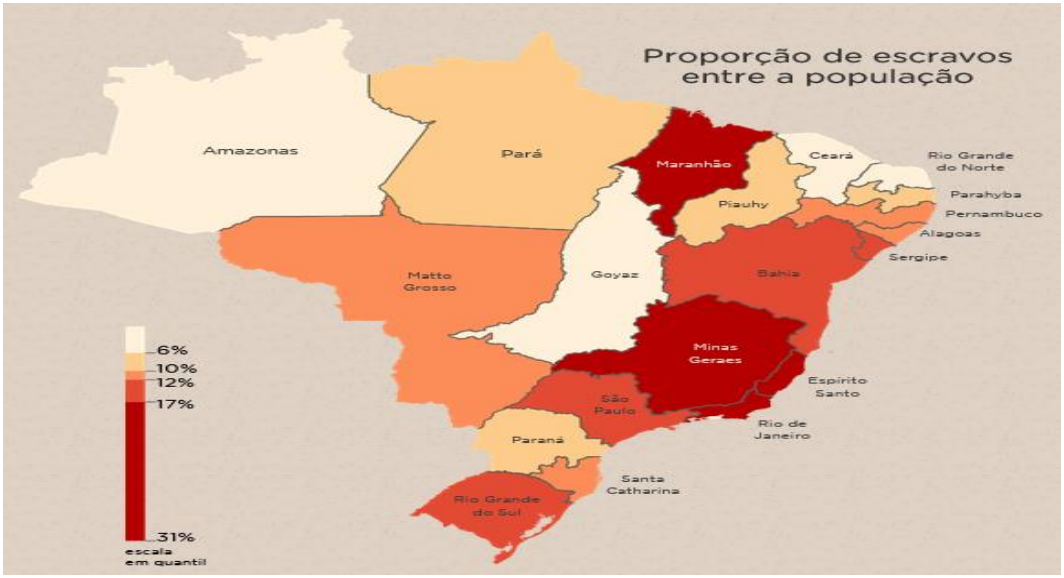
Fonte: Censo demográfico, 2000, Arte G1[10].

A região Sul do país apresenta menor porcentagem de pessoas pretas e pardas, contudo esse dado não exime a necessidade de centralizar a história e cultura afro-brasileira na parte diversificada do currículo escolar, ainda que pequena, a população negra se faz presente na região.

Outro detalhe deve ser ressaltado, em 1872 a população negra foi um pouco maior que a atual na região Sul. Mariani, Roncolato, Almeida e Tonglet (2017) ilustraram os dados do Recenseamento da População do Império do Brazil (seguindo a grafia original) que retrata o primeiro recenseamento que cobriu todo o território nacional.

[10] Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL468308-5598,00-SUDESTE+TEM+MAIOR+PERCENTUAL+DE+PRETOS+MOSTRA+LEVANTAMENTO.html. Acesso em: Acesso em: 23 de jun.2023.

2 Figura 2- Proporção de escravos entre a população brasileira em 1872



Fonte: Censo brasileiro de 1872, Arte Nexo Jornal 2023[11].

Ao examinar o mapa, observa-se que, mesmo as regiões onde hoje a população negra é menos expressiva, se beneficiou com a mão de obra escrava. A região Sul, por exemplo, contava com aproximadamente 17% de escravizados entre a população. Dessa forma, não há justificativa para esses grupos não incluírem 10% do conteúdo das disciplinas de História e Arte no currículo diversificado das escolas.

Ao definir um tempo das disciplinas dedicado à temática, amplia-se a centralidade do conteúdo proposto no planejamento pedagógico e, consequentemente, no currículo escolar, possibilitando assim, o aprofundamento das aprendizagens e habilidades referente ao tema cultura e história da população negra.

Não definir a carga horária a ser dedicada ao conteúdo proposto pela Lei leva uma série de escolas a desenvolver a temática apenas na semana da Consciência Negra, desconsiderando a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos História e Cultura Afro-Brasileira ao longo do ano letivo.

Já o *artigo 79 – A, como* exposto acima, trata da participação das instituições de Ensino Superior, assim como do movimento negro na formação dos professores, no que tange ao conteúdo da referida Lei. A justificativa para a ocorrência do veto dá-se porque, a Lei nº 9.394 de 1996 não trata a formação de professores, portanto, estaria a romper a unidade de seu conteúdo.

[11] Disponível em: https://cdn.nexojornal.com.br/content/escenic/esp/86293.html. Acesso em: Acesso em: 23 de jun.2023.

O Movimento Negro no Brasil é o principal agente de transformação social no que se refere a luta para assegurar os direitos da população negra. Nas palavras de Gomes (2017, p. 364):

> O Movimento Negro é educador, um ator coletivo e político que reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana.

De modo que este ator coletivo, o Movimento Negro, é o mais apto a educar, capacitar educadores para a efetiva implementação da Lei 10.639/2003, uma vez que é ativo politicamente na história e cultura afro-brasileira e reconhece a importância da aplicação desta Lei nas escolas.

Como a Lei 10.639/2003 teve o artigo 79 A vetado, a formação dos professores, ficou a cargo das ações articuladas entre o governo federal, estadual e municipal, sendo assim, ela pode ser mais significativa ou menos, a depender dos interesses políticos que regem tais governos.

Uma política pública é valorizada ou desvalorizada de acordo com os interesses do governo, tal como argumenta Almeida e Sanchez (2017, p. 72-77), quando destacam a descontinuidade das políticas de governo, em 2015, com a incorporação da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial a outras duas Secretarias e ao Ministério da Cidadania reduzindo o investimento na educação para as relações étnico-raciais.

É importante ressaltar um ponto muito positivo no corpo da Lei que se relaciona a proposital mudança do protagonismo da data de 13 de maio, dia da abolição da escravatura, para o dia 20 de novembro, morte de Zumbi em 1965, aponta Pereira (2016, p. 18). Uma ação estratégica que insere a população negra na história por uma perspectiva não eurocêntrica e incentiva o questionamento das narrativas propagadas pelos currículos escolares, livros didáticos e professores.

Um estudo recente de Pereira, Maia e Lima (2020, p. 181) apresenta o resultado da pesquisa *Movimento negro na atualidade* desenvolvida a partir da análise combinada de formulários on-line e entrevistas com 261 militantes antirracistas de todo país. Os autores indicam que para os militantes, a criação da Lei 10.639/2003 é a segunda maior conquista histórica alcançada pelo movimento negro, somando 78,2% das respostas, sendo que a principal conquista são as cotas para negros nas universidades públicas, responderam 89,7% dos participantes.

Quanto às lutas mais urgentes para a população negra na atualidade, 83,1% citam o fim da violência policial contra a juventude negra e na sequência, 75,1% indicam a luta pela efetiva implementação da Lei 10.639/2003, destacando a importância da luta desse movimento em torno da vida e da educação.

A consciência sobre a história de luta, suas conquistas e as necessidades urgentes da população negra são evidenciadas por diferentes atores nas diversas partes do território brasileiro. Salienta-se que, nem todo sujeito negro tem uma consciência antirracista, afirmar isso seria essencializar esse povo, o que se refuta neste estudo.

O movimento negro é marcado pela diferença, observa Pereira, Maia e Lima (2020, p. 174-180) os quais constatam que 86,6% das lideranças desse movimento são mulheres e ressaltam ainda que, a pluralidade dentro do movimento negro produz novos códigos os quais alimentam a cultura antirracista no Brasil.

As diferenças que caracterizam o movimento negro não impedem a luta por um ideal comum diaspórico: o direito de ser, existir e exigir melhores condições de vida. Esta luta coletiva, consciente de que há no Brasil um projeto arquitetado por narrativas únicas e europeizadas se expande, principalmente com o acesso à internet e às interfaces móveis. Pereira, Maia e Lima (2020, p. 174-180) argumentam que, na contemporaneidade, o principal veículo das ações do movimento negro, na resposta de 97,7% dos pesquisados é a internet.

A Lei 10.639/2003 é um dos resultados do Movimento Negro como uma política que busca dar respostas às reivindicações históricas dos negros articulados a diferentes instâncias do Estado, partidos políticos e sociedade civil.

Atualmente somam 20 anos de promulgação da Lei 10.639/2003 e ainda há relutância para sua efetiva implementação nas instituições de ensino. Não há lei que proíba a presença do negro nas escolas brasileiras, como ocorreu no passado, mas a resistência em incluir o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo é uma evidente tentativa de negar sua presença nesse espaço.

Esta modalidade de ação afirmativa apresenta grandes desafios para efetivar sua implementação nas instituições de ensino brasileiras demonstram diversos pesquisadores. Após análise de entrevistas com lideranças do movimento negro brasileiro, Pereira (2016, p. 13-29) descreve que os obstáculos envolvem formação inicial e continuada, produção de conhecimento sobre a temática nos cursos de pós-graduação, condições infra – estruturais e de tempo e falta de compromisso político dos diferentes segmentos responsáveis pela educação.

Almeida e Sanchez (2017, p.72-77) após análise de políticas públicas federais e produções acadêmicas nos primeiros dez anos da vigência da Lei 10.639/2003, apontam uma série de elementos que dificultam a implementação da referida Lei. Entre elas evidencia-se que há dificuldades na articulação entre políticas do Ensino Superior e da educação Básica, os livros didáticos ainda contribuem com visões negativas sobre o negro, não há discussão sistemática sobre o conteúdo da legislação na escola, exceto em experiências isoladas, problema na mobilização de recursos para execução da política pública.

Silva (2018, p. 123-135) apresenta a revisão de dissertações da área de educação publicados entre 2003 e 2014 que tratam do tema educação das relações étnico-raciais em instituições educacionais. Em suas considerações, a autora salienta que a Lei 10.639/2003 criou condições para que discriminações e racismos possam ser superados em escolas e universidades. Portanto, o problema não se encontra na falta de políticas públicas ou de orientações para sua implementação, mas em um projeto de sociedade contrário as diferenças étnico-raciais.

O problema que se apresenta é criar estratégias para enfrentar o projeto de nação que perpetua as desigualdades raciais. A partir da história, memória, experiência e ativismo do movimento negro é possível concluir que para tal é preciso uma ação conjunta, uma aliança entre movimento negro, partidos políticos, sociedade civil, assim como às diferentes instâncias municipal, estadual e federal para confrontar as relações estabelecidas de exploração, exclusão e dominação na sociedade brasileira.

Cabe às escolas fazer o que indica Hall (2009, p. 94-118), ler o passado colonial centrado na nação e reescrever o presente de forma descentrada, diaspórica, global subvertendo, rasurando binarismos para deslocar as noções centro/periferia. Esta ação perturba as relações estabelecidas de dominação para nos situar dentro do campo de forças do poder-saber e assim, recusar a colonização enquanto sistema de governo, poder, exploração, conhecimento e representação

O papel da escola, nesse contexto, é o de propiciar espaço para que os alunos conheçam as relações de poder que envolvem a formação das identidades e problematizem ações para o combate à história única.

2.7 A BNCC no Ensino Médio: reflexões sobre a invisibilidade da Lei 10.639/03

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, apresenta duração mínima de três anos, carga horária mínima de mil horas anuais. Conforme os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2021, p. 20) foram efetivadas 7,77 milhões de matriculas no Ensino Médio, demonstrando que 92,5% dos jovens entre 15 e 17 anos estiveram na escola em 2020. Quanto à taxa de aprovação, houve significativa elevação nesse período, reduzindo assim, a distorção entre idade série.

Esta mudança é reflexo da adequação dos critérios de avaliação e dos ajustes no planejamento curricular das escolas, recomendados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e demais organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas de Educação (UNICEF) por considerar as dificuldades das instituições de ensino em assegurar os direitos de aprendizagem frente a pandemia da COVID-19, reduzindo assim, a retenção e o abandono escolar, divulgou o INEP (2021, p. 37).

O resumo dos índices de abandono e reprovação escolar no ano de 2019 apontam que o número de reprovados no Ensino Médio soma 605.081 estudantes, uma taxa de 10,0% dos matriculados. Um dos segmentos mais afetados, em todos os estados brasileiros, são os alunos autodeclarados pretos e pardos. E essa situação se agrava mais ao se analisar a taxa de reprovação dos discentes remanescentes de quilombo, declara o UNICEF (2021, p. 13-32).

O UNICEF (2021, p.13-32), divulgou que o fenômeno se repete em todos os estados brasileiros, tanto na etapa do Ensino Fundamental, quanto na etapa do Ensino Médio, sendo que do quantitativo de 27.780.779 de matrículas nessas duas etapas da Educação Básica, mais de 2 milhões de estudantes foram reprovados, correspondendo a 8% dos matriculados. Entre os grupos de estudantes reprovados, os autodeclarados pretos e pardos somam 1.053.855 estudantes ou 49,8% do total de reprovados. Entre os alunos residentes em áreas de remanescentes de quilombos a taxa de reprovação está acima da média nacional, chegando a 10,6% dos reprovados.

Estes dados evidenciam que o nível socioeconômico não explica as desigualdades raciais no campo da educação, logo há outros fatores associados que podem estar associados à discriminação racial. Este é um forte indicativo de que a Lei 10.639/2003 ainda carece de incentivos para a completa efetivação nas salas de aulas brasileiras.

De acordo com Brasil (1996) o Ensino Médio tem como finalidade,

> I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
> II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
> III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Diante do desempenho dos estudantes e da necessidade em atingir tais finalidades descritas anteriormente, os currículos das instituições de ensino brasileiras passaram a ser orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), caracterizada em Brasil (2018, p. 7) como,

> documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

A resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 institui a BNCC, etapa do Ensino Médio, nos termos do artigo 35 da Lei de diretrizes e bases (LDB), completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017 (BRASIL, 2018). A BNCC, tem base na Lei 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017, que de acordo com Brasil (2017),

> Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Além da lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, a BNCC também é prevista pela Constituição de 1988 e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, desse modo, a base Nacional Comum Curricular é presidida por Leis maiores que orientam a educação brasileira.

Em 16 de setembro de 2015 foi disponibilizada a primeira versão da BNCC e em abril de 2017 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) entregou a versão final ao Conselho Nacional de Educação (CNE). No período, o Brasil viveu uma intensa crise política, marcada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que se iniciou em dezembro de 2015 e culminou em agosto de 2016.

A presidenta eleita, de forma legitima, não atendia aos interesses das classes dominantes, logo houve uma organização política, juntamente da participação e colaboração das mídias para destitui-la do governo. O momento histórico desencadeou forte onda conservadora e reacionária, seguida de uma sequência de eventos que impactaram diretamente no Estado democrático de direito.

Neste contexto, a BNCC refletiu os interesses políticos dos grupos dominantes e de uma agenda neoliberal, uma vez que, sua produção teve grande influência da iniciativa privada. Muitos pesquisadores, professores, associações veem na BNCC um retrocesso na conquista por direitos a uma educação pública, democrática e de qualidade para todos.

Branco et al. (2018, p. 48 - 49) analisam os procedimentos empregados para a implementação da BNCC e suas relações com a Lei 13.415/2017. Conforme os autores, os procedimentos para implantação do documento normativo, nas escolas, são acompanhados por organizações financeiras, instituições nacionais e internacionais, assim como pelo empresariado. O impacto da influência desses grupos na educação, caracterizou-a, ao longo do tempo, pelo interesse neoliberal, em que os processos de emancipação dos sujeitos são substituídos, gradativamente, pelo ensino orientado para o atendimento mercadológico.

Neste estudo, argumenta-se que o interesse mercadológico faz parte dos objetivos da BNCC, mas não é o único, pois ela entra no campo da disputa pela identidade. Em Brasil (2000, p. 63), a promoção da identidade nacional está explícita ao declarar que a estética da sensibilidade representa a expressão da identidade nacional ao facilitar o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira, tais como a realidade própria dos gêneros, das etnias e dos grupos sociais do país, portador da riqueza de cores, sons e sabores.

Diferente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na BNCC, a formação da identidade nacional não se faz de modo tão explícito. A invisibilidade da Lei 10.639/2003, o silêncio sobre as relações de poder que atuam na construção das identidades e o pouco espaço para os conhecimentos que se referem às Ciências Humanas incitam a reflexão sobre a execução de um projeto que fomenta a formação de identidades nacionais no documento normativo, BNCC.

Hall (2006, p. 47-57) explica que as identidades nacionais são imaginadas, não nascem com as pessoas, elas são formadas ao longo da vida por meio da representação. Nessa lógica, as culturas nacionais, materializadas pelos discursos criam padrões a serem seguidos, a exemplo, a língua, a tradição e o sistema de ensino. Esse procedimento é capaz de influenciar ações, a forma de ver a si mesmo e ao mundo. Os indivíduos e grupos diferentes, do ponto de vista instituído nessas sociedades, tornam-se subordinados.

A cultura nacional mantém um olho no passado e outro no futuro, de modo que o primeiro, saudoso, vislumbra-se com a glória de uma sociedade antiga, o segundo avista a modernização como forma de progresso. Para isso, trava-se uma luta, que é oculta, motivando as pessoas a purificar os *seus* e expulsar os *outros* os quais dificultam a marcha rumo ao futuro (Hall, 2006, p. 57).

Os resultados da construção de uma cultura nacional deixam marcas das diversas tentativas de apagamento e aniquilação, ao longo do tempo, nas sucessivas gerações daqueles conhecidos como *os outros*. Um exemplo, no Brasil, são as populações negras, que após o período sanguinário que foi a escravidão, necessitam, constantemente, afirmar sua humanidade e lutar por direitos básicos.

Para apresentar as relações entre BNCC e a promoção, oculta, da identidade nacional apresenta-se aspectos que corroboram com a compreensão do caráter injuntivo, arbitrário, indicando que, na escolha das competências e habilidades, a população negra é invisibilizada.

O documento não é um currículo escolar, constitui-se como referência obrigatória para elaboração dos currículos e práticas educativas, assim como, pretende garantir um patamar comum de aprendizagem a todos, por intermédio do desenvolvimento de dez competências gerais ao longo da Educação Básica.

Silva (2020, p. 13) denuncia o caráter prescritivo, autoritário e tradicional do documento normativo, o qual desconsidera o papel do educador, posicionando-se como enunciador único, detentor do conhecimento que, generosamente, o compartilha com a comunidade escolar.Na BNCC (2018, p. 8), a competência é definida da seguinte forma,

> a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao prescrever as competências, o documento indica as decisões pedagógicas para atingir o que os alunos devem “saber”, ou seja, os conhecimentos, habilidades, atitudes e

valores que precisam ser desenvolvidos. Assim como o que eles devem “saber fazer”, que representa a mobilização desses conhecimentos para a constituição de atitudes, resolução de problemas da vida cotidiana, o exercício da cidadania e o mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 13).

Silva (2020, p.12), assim como Branco et al. (2018, p. 48 - 49) menciona que a BNCC está alinhada às bandeiras de interesse empresarial. De acordo com a autora a noção de competência é pautada em critérios utilizados no mundo corporativo, pois visa a administração da formação por critérios como a eficiência e a produtividade, materializando um exercício de controle externo às escolas.

Há uma disputa pelo conteúdo da educação que tenciona transformá-la em mercadoria, dessa forma, as ações materializam-se na parametrização, por intermédio das avaliações externas, formação de professores, no material didático, entretanto, o compromisso com a escola pública, de qualidade como direito humano permanece vivo referenciando a atuação de milhares de educadores, confirma Adrião e Peroni (2018, p. 52).

O caminho ordenado pela mercantilização leva o currículo escolar a se adequar aos interesses neoliberais, por meio do incentivo à eficiência, produtividade e competição entre instituição pelo ranking nas avaliações externas. Nessa conjuntura, a escolha das competências e habilidades tornam-se uma operação estratégica, já que, o silêncio a respeito das relações de poder inseridas na formação das identidades, a abordagem dos conteúdos de modo simplista e acrítico na BNCC indicam que os grupos negros são desconsiderados, seu direito às aprendizagens essenciais prejudicados, posicionando-os às margens desse projeto educacional conservador.

A BNCC, em sua visão universalista, alinhada à política neoliberal, exerce o controle sobre o currículo, deixa subentendido as habilidades e competências referentes à Lei 10.639/2003, constituindo-se assim em ameaça às conquistas recentes do movimento negro, argumenta Fagundes e Cardoso (2019, p.70-74).

A BNCC é organizada pela sistematização das competências especificas e de seus itinerários formativos[12] estabelecidas pelas quatro áreas do conhecimento, Linguagens e suas

[12] No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional (Brasil,2018, p. 467).

tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e sociais e aplicadas.

Os itinerários formativos são organizados por intermédio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Assim, 60% da carga horaria total serão divididas entre as disciplinas obrigatórias (Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa) e 40% entre os itinerários formativos, assim não há garantias de que a Lei 10.639/2003 será implementada nas escolas.

Ferreira (2020, p. 67) interroga as formas como a BNCC pretende desenvolver a formação integral dos alunos sem contemplar a Lei 10.639/2003, já que não prioriza o estudo das ciências humanas. Para a autora, essa orientação incidirá diretamente sobre a população negra, implicando em retrocesso às conquistas sobre os estudos da História e da Cultura Afro-Brasileira, que por muito tempo foi invisibilizado no Brasil.

Três lacunas ou rasuras podem ser observadas a partir da investigação da BNCC, o primeiro trata-se do ponto apresentado anteriormente, ou seja, o espaço e importância dados aos conteúdos diversificados, o segundo refere-se abordagem dada à orientação para implementação da Lei 10.639/2003, que conforme Brasil (2018, p. 19-20),

> cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 [...] na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Brasil (2018, p. 15) declara que as desigualdades impactam diretamente estudantes definidos por raça, sexo e condições socioeconômicas de suas famílias, fato que requer planejamento com foco na equidade e compromisso claro de reverter as situações de exclusão histórica que marginaliza grupos como os povos indígenas, originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes.

Na prática, o documento deixa dúvidas e lacunas na orientação para construção do currículo no que compete à temática, deixando a cargo das instituições de ensino a implementação da Lei 10.639/2003, da mesma forma que a interpretação das competências e

habilidades, as quais pouco ou nada corroboram para o entendimento das relações de poder inscritas na produção e fixação discursiva das identidades.

Entre as poucas indicações que se relacionam aos conteúdos propostos pela Lei 10.639/2003, Brasil (2018, p. 516), ao tratar o campo artístico literário, na habilidade (EM13LP51) estabelece,

> Analisar obras significativas da literatura brasileira e da literatura de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos), considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como elas dialogam com o presente.

A cultura brasileira apresenta uma estreita relação com a cultura africana, este fato somado a obrigatoriedade de implementação dos conteúdos indicados pela Lei leva a inclusão da literatura africana nas aulas de Língua Portuguesa. É importante ressaltar que a diversidade literária propicia o desenvolvimento de leitores, amplia o repertório cultural e estimula a quebra de preconceitos e paradigmas indispensáveis à formação humana, conclui Rolon (2011, p. 132-133).

A habilidade (EM13LP51) incentiva a exploração da literatura africana e indica a reflexão sobre os modos como se relacionam à contemporaneidade, entretanto, não são evidenciados elementos importantes para o desenvolvimento de um leitor crítico, tais como a formação das diferenças e identidades que impactam a vida da juventude.

A literatura africana evidencia os encontros, as diferenças que marcam a identidade dos povos africanos, serve como uma aliada nas lutas que são travadas dentro e fora da linguagem. Se materializa pela conciliação da realidade e da ficção, leva o leitor a analisar o cotidiano, ressoa as aspirações das jovens nações, nas mudanças impressas, gradativamente, no cenário da vida, assim seus personagens travam batalhas contra o projeto de nacionalidade a eles impostos. Logo, se faz engajada aos sujeitos dos processos históricos, à luta por libertação colonial e por novos caminhos que se abrem para o futuro, confirma Rolon (2011, p. 133).

A BNCC explora brevemente a temática relações étnico-raciais, dado que sua sistematização restringe os conhecimentos necessários para construção da criticidade e formação cidadã, argumenta, Bhering et al. (2021, P. 18). Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED e a Associação Brasileira de Currículo -

ABdC (2018, p. 9-17) indicam que a BNCC, etapa do Ensino Médio, seleciona conteúdos em detrimento aos considerados diversificados e reconhece que haverá dificuldades em muitas escolas de garantir os itinerários. Complementa que esta proposta coloniza os docentes ao definir o que é e o que não é um saber essencial.

É preciso investigar quais conhecimentos ocupam, respectivamente, posições subalternas e dominantes no currículo e a partir dessa análise é possível subverter e contestar as hierarquias, elucida Silva (2011, p. 190-195) A escolha dos saberes e narrativas, no currículo, hierarquizam, fixam identidades e culturas. As identidades nacionais e essas representações subalternizantes na BNCC (2018) são construídas discursivamente, por isso são instáveis e flutuantes, logo são passíveis de contestação na arena de disputa do currículo escolar.

O terceiro ponto trata o conceito de diversidade no documento normativo. De acordo com Brasil (2018, p.14) o novo cenário mundial requer, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver, respeitar e aprender com as diferenças e as diversidades. Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011, p. 85-97) indicam que a palavra diversidade é uma política, universal, que classifica os diferentes, excluídos, marginalizados em um único grupo, de forma que as diferenças anunciadas não tenham poder na arena de disputa.

A palavra diferença acompanha a palavra diversidade como se fossem sinônimas e este uso indiscriminado culmina em múltiplas interpretações. Abramowicz e Rodrigues (2011, p. 91) argumentam que não importa se as palavras são utilizadas como sinônimas, porque o objetivo neste ponto é de esvaziar as diferenças e apaziguá-las na arena de disputa das relações de poder para construção das identidades.

De acordo com Brasil (2018, p. 8), a BNCC apresenta-se como um instrumento fundamental balizador da educação para garantir um patamar comum de aprendizagens para todos os estudantes. Entretanto, cabe interrogar de que forma o documento orienta a construção dos currículos para garantir a permanência e equalizar as aprendizagens essenciais entre estudantes negros e brancos?

Percebe-se que o espaço destinado a parte diversificada do documento tem menor notoriedade e importância na BNCC (2018); o termo diversidade não evidencia a concepção abordada, dado que não é uma palavra adequada para se referir às diferenças entre os indivíduos; a implementação da Lei 10.639/2003 ficou a cargo das escolas por meio de competências e habilidades que pouco contribuem para sua materialização.

A investigação desses três pontos conduz a reflexão sobre a construção estratégica e silenciosa de uma identidade nacional. Segundo Gomes (2020, p. 14) há um desrespeito com as diferenças que se faz presente na BNCC ao incentivar a identidade nacional que se constitui herança colonial no Brasil.

A BNCC, compromete-se com a equalização das aprendizagens essenciais para todos os estudantes, contudo, os negros não são contemplados nas orientações que pincelam o conteúdo, visando camuflar intenções, apesar disso, as lacunas são evidenciadas pelo silêncio e pela ausência.

Na história da linguagem o silêncio sempre esteve vivo e presente, ele atravessa o jogo de palavras e significa o discurso. E às vezes, o que é importante está no silêncio, no não dito. Em concordância com Orlandi (2007, p. 68-72), compreende-se que a relação da linguagem com o silencio é complexa, pois pode indicar outros sentidos. Ele é o guardião do indizível, dos projetos silenciosos, o fundante, o contínuo, àquele que escorre por entre as palavras. Em seu domínio há sempre mais a dizer, daí a importância de caminhar entre o dito e o não dito, porque o silêncio está entre as palavras e fala por elas, visto que o indefinido tem no silêncio seu ponto de sustentação.

A partir dessa reflexão de Orlandi caminhamos pelo não dito que, desloca-se por entre as palavras dos discursos da BNCC, para compreender o jogo de significados dos projetos educacionais produzidos e sustentados pelo silêncio. Neste documento o silêncio é traduzível e pode ser observado nas fissuras, rupturas e falhas, assim seu locutor apresenta-se, opera suas contradições e remete-se a outros discursos. Orlandi (2007) chama este processo de dimensão política do silêncio.

Da mesma forma que Orlandi (2007, p. 57-58) cita a forma como o projeto colonial materializado no Brasil, posicionou o índigena no silêncio, neste mesmo país, a construção da BNCC, insere a Lei 10.639/2003 no silêncio. O projeto silencioso aqui é a identidade nacional brasileira, que por intermédio dos processos discursivos, imprime sentidos que podem ser compreendidos pela historicidade.

Se para Orlandi (2007, p. 57-58), o indígena em sua presença/ausência continua a significar, o negro, mesmo posicionado em situação de silenciado, subalternizado por um documento normativo que desconsidera sua existência, história e cultura também continua a significar e vai além para comunicar seus sentidos, pois, segundo a autora o papel da historicidade está inscrito no tecido textual, por isso, ela restitui o silêncio, tornando-o compreensível.

A censura também é um tipo de silêncio, além da interdição, ela resulta no impedimento à historicidade e identidade do outro. Os sentidos repelidos nos discursos, mesmo indesejados movimentam-se no texto, seguem o curso das palavras, revelam a identidade e marcam a diferença entre o presente e o ausente. É no silêncio que, o sentido que deseja se fazer oculto, ecoa no discurso (ORLANDI, 2007, p.152-168).

Isto posto, argumenta-se a BNCC (2018) opera a censura, não pela interdição, mas pela superficialidade na abordagem dos conteúdos, pelo descompromisso com a Lei 10.639/2003 e pelo silêncio sobre as relações de poder na construção das identidades. Estas falhas e rasuras comunicam sentidos e sinalizam quais são os grupos calados e subalternizados pela Base Nacional Comum Curricular.

É preciso considerar que o momento é de retrocessos, mas o reconhecimento dos processos históricos orienta que a conquista da gestão democrática no interior das escolas sempre exigiu organização, mobilização e luta dos profissionais da educação, estudantes e uma grande parcela da população interessada pela educação de qualidade, menciona Aguiar e Dourado (2018, p. 37).

Considera-se que, para lutar é preciso utilizar todas as ferramentas disponíveis, na sala de aula, significa se apropriar dos mais diversos meios, inclusive os tecnológicos, para se romper paradigmas tradicionais, mesmo aqueles orientados por documentos normativos, os quais servem aos grupos privilegiados.

3 AMBIÊNCIAS FORMATIVAS: INTERFACES MÓVEIS E REDES SOCIAIS EM SALA DE AULA

Esta seção orienta uma navegação pelas tradicionais fronteiras entre espaços físicos e digitais, assim como nos seus impactos nas salas de aula. No plano metodológico, desenvolve-se a estratégia de análise bibliográfica, velejando pelo conceito de ciberespaço proposto por Lévy (1999) e espaços híbridos apresentado por Silva (2006). Examina-se como tais fenômenos imbricam-se diretamente no ambiente escolar.

A conexão dos estudantes à internet, propiciada pelos celulares, associada às práticas pedagógicas inovadoras forma a noção de sala de aula híbrida, concepção que difere dos diversos modelos de ensino híbrido de Stakers e Horn (2012) e propõe o abandono às polarizações extremas sobre o uso dessas interfaces na escola, enfatizando a importância de refletir acerca da formação dos estudantes para a participação mais consciente na cultura digital.

3.1 Sala de aula híbrida: as fronteiras entre espaços físicos e digitais

Ao iniciar o texto, retoma-se o conceito de ciberespaço proposto por Lévy (1999), cunhado em uma época que, acessar o espaço virtual exigia sentar-se frente a um computador e *entrar* na internet. Emprega-se também a noção de espaços híbridos apresentado por Silva (2006) para demonstrar como as interfaces móveis trazem as redes sociais para espaços físicos e transformam as interações mediadas por estes dispositivos.

Este exercício pretende orientar um passeio que, em primeiro plano, dialoga sobre as tradicionais fronteiras entre espaços físicos e digitais: ciberespaço ou espaços híbridos? Em segundo plano, apresenta as categorias do ensino híbrido, em terceiro plano, discute a sala de aula híbrida: a ascensão das interfaces móveis digitais na educação. E por fim, nas considerações finais, é possível analisar os conhecimentos que a experiência pelo itinerário proposto pode proporcionar.

O estudo foca nas transformações sociais promovidas pela mobilidade das interfaces, em especial, os celulares e como eles impactam as relações no ambiente escolar, principalmente após o contexto de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, em que o apelo para o uso destes dispositivos auxiliou as aulas em formato remoto.

Visando a compreensão da noção de sala de aula híbrida discorre-se acerca dos modelos de ensino híbrido proposto por Stakers e Horn (2012) e sobre os desafios para a implementação desse sistema nas escolas públicas brasileiras, demonstrando, a exemplo, as escolas públicas mato-grossenses. Para isto, utilizou-se os resultados da pesquisa desenvolvida pelo projeto *Laboratórios de informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-grossenses: uma análise discursiva da realidade educacional – LABIN* (STRAUB, et al., 2020).

Por fim, desenvolve-se a caracterização da sala de aula híbrida, que envolve a inovação nas aulas pelo acesso à internet e pela mobilidade dos celulares, bem como, inclui a formação dos estudantes para a participação mais consciente da cultura digital.

3.2 As tradicionais fronteiras entre espaços físicos e digitais: ciberespaço ou espaços híbridos?

As mudanças ocasionadas pelo uso da internet sempre estimularam o estudo do novo espaço de informação e comunicação, o ciberespaço. Entre os estudiosos destaca-se o francês Pierre Lévy, que em 1997, publica o livro intitulado *Cibercultura,* declarando-se abertamente, um otimista, apresentando o ciberespaço como espaço propício para comunicação, enfatizando sua relevância nos âmbitos econômico, político, cultural e humano.

O francês (1999, p. 14) apresenta o conceito de cibercultura como um "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço," que é definido como o espaço mundial de comunicação aberta entre as redes de computadores (LÉVY, 1999, p. 92).

Com a crescente popularidade do computador pessoal e a transformação cultural espontânea e imprevisível, Lévy (1999, p. 15) fez uma análise significativa da estrutura material de comunicação, assim como das relações humanas que se formavam no ciberespaço, que chamou de "universo oceânico de informações". Neste contexto, o computador era o principal dispositivo de interconexão com a comunidade virtual, portanto, a conexão era estática e exigia ligar o computador e *entrar* na internet para acessar a realidade virtual.

O livro cibercultura caracteriza o ciberespaço na década de 1990 e deixa contribuições significativas para os estudos subsequentes sobre a cultura digital e suas contínuas transformações. O autor também já previa a intercomunicação e multiplicação dos pontos de

conexão com o ciberespaço por meio da diversificação das interfaces (celular, televisão, copiadoras, fax) com o mundo digital (LÉVY, 1999, p. 38).

Atualmente, palavras como cyberbullying, ciberpoema, ciberfeminismo, ciberativismo, ciberjornalismo recuperam o conceito de ciberespaço e marcam uma fronteira entre o que é produzido em espaços físicos e espaços digitais. Entretanto, como apresentado anteriormente, o conceito de ciberespaço foi empregado em um período em que o acesso à internet ocorria por um dispositivo fixo, o computador, fato que estimula investigações sobre as tradicionais e atuais fronteiras entre espaços físicos e digitais.

Silva (2006, p. 261) questiona estas fronteiras e discorre sobre o conceito de espaço híbrido, formado pela soma das mudanças na interação entre tecnologia móvel e espaços físicos. Para a autora os dispositivos móveis, como os celulares, são "comparados a microcomputadores" e transformam as relações sociais à medida que fazem parte das práticas cotidianas, por isso, não há um momento que marca o ato de entrar na internet, a conexão acompanha o movimento dos usuários pela cidade, ou seja, é uma conexão "sempre ligada".

Os usuários estão mais preocupados no uso do celular para ajudá-los em situações práticas da vida cotidiana, tais como o pagamento do supermercado, do cinema, comprar passagens, a localização na cidade, encontrar amigos e outros diversos fins sociais do que com a imersão em mundos virtuais (SILVA, 2006, p. 264).

Castells (1999, p. 445) afirma que as comunidades virtuais são e não são reais, pois suas características diferem das comunidades físicas, porque não seguem os mesmos padrões, mas também não são irreais, visto que, operam em outra realidade, "a rede é a rede" e sua natureza geralmente é assíncrona e cria novas relações de comunicação e interação. No entanto, atualmente, a mobilidade promovida pelas interfaces, como o celular e a conexão constante com a internet, traz as redes sociais para espaços físicos (SILVA, 2006, p. 261), confundindo as barreiras do espaço/tempo.

Um exemplo da estreita relação entre espaços físicos e virtuais promovida pelas tecnologias móveis é descrito por Pereira (2014, p. 8) ao definir o "rolezinho", um encontro no shopping center, marcado pelas redes sociais, principalmente pelo *Facebook*, para conforme os próprios jovens, encontrar amigos, conhecer pessoas, paquerar, dar uns beijos e zoar.

A socialidade dos jovens fundiu a realidade digital e física pela mobilidade das interfaces para formação da realidade híbrida, o rolezinho. Os dispositivos móveis e as redes sociais também auxiliaram o processo de mobilização das ocupações das escolas em São

Paulo, no ano de 2015, por jovens que reivindicavam melhores condições de ensino (ROMANCINI e CASTILHO, 2017, p. 93).

No momento em que os usuários se conectam à internet pelas interfaces móveis, as comunidades virtuais e redes sociais migram para espaços urbanos e são reconfigurados em espaços híbridos, dado que ao se moverem no espaço físico, simultaneamente, estão conectados, em tempo real, a outros usuários por intermédio da tecnologia digital (SILVA, 2006, p. 270).

Para Santaella (2008, p. 21),

> Os espaços intersticiais referem-se às bordas entre espaços físicos e digitais, compondo espaços conectados, nos quais se rompe a distinção tradicional entre espaços físicos, de um lado, e digitais, de outro. Assim, um espaço intersticial ou híbrido ocorre quando não mais se precisa "sair" do espaço físico para entrar em contato com ambientes digitais. Sendo assim, as bordas entre os espaços digitais e físicos tornam-se difusas e não mais completamente distinguíveis.

As bordas difusas citadas por Santaella (2008) são as fronteiras descritas por Silva (2006), ambas as autoras concordam que as barreiras entre espaços físicos e digitais estão cada vez menos nítidas diante dos novos processos de comunicação propiciados pelos dispositivos móveis.

A cultura digital[13] com seus artefatos e dispositivos sempre foi alvo de avaliações que se apresentam positivas, como no livro Cibercultura de Lévy (1999) ou pontuações negativas como em Keen (2007, p. 60), que descreve como a web 2.0 apresenta uma cultura fragmentada, que desorienta, para exemplificar o autor cita o YouTube, o qual permite que quaisquer pessoas com um dispositivo com câmera e microfone torne-se uma celebridade instantânea.

Acima das contradições e polarizações, tomadas de forma extrema, que também ocorrem na educação, percebe-se que não há como anular ou desconsiderar a expansão do uso da internet e sua capacidade hibrida, que embrica -se diretamente na escola, uma vez que, celulares, internet, selfies, vídeos, games, redes sociais são alguns dos elementos que compõe a sociedade atual. Os alunos estão conectados. Proibir ou liberar o uso dos dispositivos móveis pelos estudantes?

[13] A Cultura Digital envolve a existência de interatividade, interconexão e inter-relação entre homens, informações e máquinas (BORTOLAZZO, 2016, p. 12).

A cultura digital é compreendida como a participação ativa, consciente e democrática, mediante a fluência em consumir produzir e compartilhar conhecimentos pelas tecnologias digitais (BRASIL, 2017. p. 474). Nesse sentido, a pandemia da covid-19, a urgência do afastamento social e as aulas em formato remoto acelerou ainda mais a necessidade de utilização das tecnologias digitais para efetivação do ensino e aprendizagem. Por isto, conhecer e refletir as transformações promovidas pela cultura digital corrobora com práticas educativas contextualizadas e conscientes.

3.3 Categorias do Ensino Híbrido

O conceito de espaços híbridos apresentado por Silva (2006) tem inspiração em países asiáticos e do norte da Europa, contudo, a crescente conexão dos alunos e as transformações provocadas pela expansão da internet, possibilita pensar a sala de aula híbrida, espaço em que os alunos estão cada vez mais conectados por interfaces móveis digitais, numa relação mais dinâmica com o uso da internet, propiciando que o ensino e aprendizagem aconteçam, simultaneamente, no espaço físico e digital.

A ideia de sala de aula híbrida difere do conceito de ensino hibrido, pois de acordo com MACHADO, LUPEPSO e JUNGBLUTH (2017, p. 8) o segundo refere-se à combinação de aprendizagem que ora acontece no formato on-line, com uso de ferramentas para a educação à distância e ora no presencial na sala de aula tradicional.

O modelo de categorização de ensino híbrido pode ser dividido em quatro modelos de blended learning, em português, aprendizado híbrido ou aprendizagem combinada. A figura abaixo visa facilitar a compreensão da taxonomia de aprendizagem híbrida.

Figura 3- Taxonomia de aprendizagem híbrida



Fonte**:** Autoria própria com base na Classifying K–12 Blended Learning by Heather Staker and Michael B. Horn (2012).

O Ensino híbrido é um programa de educação formal que combina a aprendizagem presencial e on-line (STAKERS E HORN, 2012, p. 3). Os autores (2012, p. 8) apresentam quatro modelos de aprendizagem híbrida e seus submodelos:

1-O *Rotation Model* (Modelo de Rotação) demonstra quatro subdivisões: *Station - Rotation Model* (modelo de rotação - Estação) - os alunos alternam entre as modalidades de aprendizagem on-line e presencial. *Lab -Rotation model* (modelo de Rotação - Laboratório) neste modelo uma parte do ensino acontece no laboratório, de forma predominante on-line. Há uma alternância entre os locais da escola. Na *Flipped -Classroom model* (modelo Sala de Aula Invertida) os estudantes alternam entre prática presencial e atividade on-line, em formato remoto. Por fim, no *Individual - Rotation model* (modelo Individual de Rotação) as atividades on-line ou presenciais apresentam planos individualizados.

2-Modelo Flex (modelo Flexível) - os conteúdos e instruções são fornecidos principalmente pela internet, os estudantes seguem uma programação fluída e personalizada, individualmente, em pequenos grupos, conforme necessidade dos estudantes.

3-*Modelo Delf - Blend* (modelo à lá carte) - nesse modelo os alunos podem fazer cursos totalmente online, de forma assíncrona, por isso ficam livres para determinar os melhores espaços e horários para estudar.

4-*Enriched Virtual model* (modelo Virtual enriquecido) - é uma experiência em que os alunos dividem seu tempo entre estudo presencial e remoto, mas difere-se da sala de aula invertida, já que os alunos não vão à escola todos os dias da semana.

No *modelo flex,* Stakers e Horn (2012, p. 12) apresentam como exemplo o *San Francisco Flex Academy*, em que o provedor de ensino on-line oferece currículo e instrução, enquanto os professores presenciais usam um painel de dados para oferecer intervenções direcionadas. A estrutura física dispõe de computadores, sala de apoio, espaço para estudo colaborativo, sala de colaboração, laboratório de ciências e área social. A metodologia é efetivada por um rodizio de aprendizagem on-line e off-line com a participação de professores e outros profissionais que dão suporte ao processo.

Os modelos de ensino híbrido proposto por Stakers e Horn (2012) constituem -se importantes métodos para implementação da cultura digital em sala de aula, estimulam estratégias educativas que vão ao encontro do que é proposto pela BNCC - Base Nacional Comum curricular, documento que explicita a necessidade de preparar os jovens para atuar diante da realidade e das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), por intermédio de diferentes conhecimentos, habilidades e valores que caracterizam a computação e as tecnologias digitais.

Brasil (2017, p. 475) argumenta que é relevante apropriar-se das “linguagens da cultura digital”, das diferentes “ferramentas de software e aplicativos” disponíveis e propor soluções envolvendo as diferentes tecnologias.

A BNCC reconheçe a importância do uso dos multiletramentos, da exploração das diversas mídias e do pensamento computacional para a formação do aluno, entretanto é notável que o investimento em estrutura física e o suporte tecnológico e profissional das escolas públicas brasileiras ainda não permitem o desenvolvimento de todos os modelos expostos pelos autores Stakers e Horn (2012). O modelo Flex, por exemplo, demonstra que estrutura física, profissionais qualificados, internet de qualidade, computadores em quantidade e capacidade são elementos importantes para concretização desse modelo híbrido de aprendizagem.

O projeto de pesquisa denominado *Laboratórios de informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-grossenses: uma análise discursiva da realidade educacional - LABIN*, avaliou os laboratórios de informática (LI) das escolas públicas de Mato Grosso por meio de entrevistas com gestores, professores, responsáveis pelos laboratórios de informática e/ou biblioteca integradora, estudantes das escolas estaduais e apontou que os principais

empecilhos que impedem o bom funcionamento dos LI convergem para três pontos fundamentais: questões de infraestrutura dos laboratórios, formação continuada dos professores e eficiência das políticas públicas estaduais (STRAUB et al., 2020, p. 212).

A partir da Taxonomia de aprendizagem híbrida apresentada por Stakers e Horn (2012), observa-se que os modelos de aprendizagem híbrida intercalam aulas presenciais, aulas remotas, rodizio de aula on-line e off-line na escola, modalidades que, de acordo com as condições dos LIs, apresentadas pelo projeto LABIN, nas escolas públicas mato-grossenses, dificilmente serão concretizadas atualmente.

3.4 Sala de aula híbrida: A ascensão das interfaces móveis digitais na educação

A pesquisa da *TIC-Domicílios 2020* desenvolvida pelo *Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação do Comitê Gestor da Internet Brasil (CETIC.BR.)* revelou que 58% da população são usuários que utilizaram a internet de forma exclusiva pelo celular.

O acesso exclusivo pela interface móvel é consideravelmente maior na área rural, na região Nordeste e Norte, pelo sexo feminino, por pessoas pretas. Quanto ao nível de escolaridade, destaca-se o Ensino Fundamental e na sequência o Ensino Médio. O uso é predominante entre crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos e na classe DE, 90%, enquanto na classe A incide o valor de 11% dos usuários.

No mapeamento da pesquisa, o uso do celular é sinalizado por indicadores de raça, classe, gênero, idade, escolaridade, área e região, que desvelam a desigualdade no que concerne às condições de acesso à internet. Os índices indicam que o celular é o dispositivo que possibilita o acesso à internet para as populações em situação de desigualdade social.

O elevado índice de utilização do celular para o acesso à internet leva à reflexão sobre o uso dessa interface na efetivação de práticas educativas, entretanto o celular por muito tempo foi proibido nas escolas por apresentar-se como um dispositivo que atrapalha o desenvolvimento das aulas.

Nagumo e Teles (2016, p. 363) por meio de levantamento de leis municipais e estaduais de instituições de ensino brasileiras, entre os anos de 2002 e 2012, mostram que no geral, os celulares são proibidos nos estabelecimentos escolares. Os autores argumentam que realidade semelhante é observada nos regimentos de escolas municipais e estaduais, que em síntese, indicam que as instituições de ensino não se responsabilizam pelos dispositivos no

ambiente escolar, proíbem o uso das interfaces por professores e estudantes, assim como estabelecem punições para o descumprimento das regras.

O isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19 escancarou as dificuldades e desafios da educação e o celular despontou como interface móvel proveitosa para a execução das aulas. De vilão a mocinho. Por meio do celular muitos alunos assistiram às aulas, encaminharam atividades, estabeleceram a comunicação com professores e escola. Com o retorno às aulas presenciais, na maioria dos estados brasileiros, cabe analisar qual será o papel das interfaces móveis digitais para a promoção da aprendizagem?

Para Seabra (2013) o dispositivo apresenta uma longa enumeração de funcionalidades, tais como, comunicar por telefonema, enviar e receber torpedos, realizar fotos, filmagem, ouvir música, armazenar documentos, imagens, fotos, gravar, agendar, receber sinal de televisão e rádio, enviar e-mails, conferir o calendário e Sistema de Posicionamento Global (GPS), navegar pela web, acessar às redes sociais, jogar, uma lista que pode ser muito mais numerosa diante da presença dos aplicativos (Apps)[14].

Pensando no papel das tecnologias móveis na educação, a UNESCO (2014) criou as Diretrizes de políticas que "envolve o uso de tecnologias móveis, isoladamente ou em combinação com outras Tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), a fim de permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar".

O documento desenvolvido em colaboração com especialistas de mais de 20 países apresenta os benefícios particulares da aprendizagem móvel, tais como expandir o alcance e a equidade da educação, assegurar o uso produtivo do tempo em sala de aula, auxiliar estudantes com deficiência, criar novas comunidades de estudantes, apoiar a aprendizagem fora da sala de aula e facilitar a aprendizagem individualizada. Estas são algumas das vantagens descritas e exemplificadas por meio de estudos e projetos em desenvolvimento que impactaram positivamente a aprendizagem em diversos países.

A UNESCO (2014) também argumenta que o uso das interfaces móveis é um dispositivo importante para minimizar a interrupção educacional em áreas de pós-conflito e pós-desastre, bem como promover a continuidade dos estudos em tempos de crise.

O documento tem data de publicação em 2014, mas conjeturou problemas educacionais que poderiam ocorrer em tempos de crise, como o que foi vivenciado em 2020 e

[14]Aplicativos são programas de software presentes em celulares Android, iPhone (iOS), e em outros diversos dispositivos inteligentes, como smart TVs (DÂMASO, 2019).

2021, diante do isolamento provocado pela pandemia da COVID-19, em que o uso de dispositivos móveis assegurou o direito às aulas remotas para muitos estudantes brasileiros.

As diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel não pretendem substituir os demais instrumentos de ensino pelos dispositivos móveis, nem vê nestas interfaces uma "panaceia", no entanto, orienta a atualização das políticas referentes à aprendizagem móvel, a formação de professores, ampliação e melhoria na conectividade, o uso seguro, responsável, saudável e a criação de conteúdo educacional para as tecnologias móveis (UNESCO, 2014).

A mobilidade propiciada pelas interfaces móveis não são a solução para os problemas oriundos do processo de ensino aprendizagem, mas comprovaram a necessidade de se analisar o seu uso no contexto educacional, em que cada vez mais as salas de aulas são híbridas. Em que a conexão dos estudantes, por meio de dispositivos móveis aos diversos recursos que fomentam a aprendizagem e práticas educativas em aulas presenciais, possibilitam ultrapassar as fronteiras entre espaços físicos e digitais, expandindo a extensão das paredes da classe e dos muros da escola no espaço/tempo.

Para a implementação da sala de aula híbrida há a necessidade de políticas públicas que invistam em formação continuada dos profissionais da educação, investimento em internet de qualidade, no acesso às interfaces digitais, nas diretrizes que orientem o uso seguro e responsável dessas tecnologias, entre outras demandas apontadas pelas Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel.

A sala de aula híbrida diferencia-se dos modelos de ensino híbrido propostos pelos autores Stakers e Horn (2012), pois não se trata de rodízios de aula *on-line* e *off-line*, nem de aulas invertidas. Na sala de aulas híbrida a conexão dá-se por dispositivos móveis e o acesso é facilitado pela mobilidade das interfaces, dessa forma, as aulas tornam -se mais interativas pelo uso das redes sociais, museus virtuais, mapas, gêneros textuais digitais, *quizzes*, games, murais virtuais e inúmeras outras possibilidades propiciadas por diversos aplicativos.

Os estudantes atualmente são "falantes nativos" da linguagem digital de computadores, vídeos e internet. Eles preferem infográficos antes dos textos, trabalham melhor em rede, preferem jogar para aprender, podem aprender ouvindo músicas e assistindo a vídeos, suas bibliotecas estão em laptops e possuem pouca paciência para aulas expositivas (PRENSKY, 2001, p. 1-2).

As formas tradicionais de aprender não desaparecerão, mas novas práticas pedagógicas serão incorporadas ao processo de ensino e aprendizagem. No campo da comunicação, por exemplo, as narrativas tornam -se expandidas pela apropriação das redes

sociais digitais como aspecto inovador relevante de fazer jornalismo e se adequar aos tempos atuais (MARTINS, CASTRO e VINAGRE, 2018, p. 9). Na educação também é preciso atender às inovações que estão postas à sociedade contemporânea, porque quadro, giz, livro e professor, embora extremamente relevantes, sozinhos já não são suficientes para atender às necessidades do aluno nativo digital.

Ao relacionar o modelos de ensino híbrido proposto por Stakers e Horn (2012) à análise discursiva da realidade educacional dos Laboratórios de Informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-grossenses, às competências que referem-se à computação e às tecnologias digitais previstas pela BNCC (2017 e por último aos dados divulgados pela pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiro de 2020, desenha-se um contexto de grandes desafios para a implementação da cultura digital nas escolas públicas brasileiras.

A formação do educador tem papel significativo no desenvolvimento de práticas pedagógicas para o uso das TDIC, mas a transição das aulas para modelos híbridos dependerá, principalmente, do investimento na estrutura das escolas, nos laboratórios de informática, de profissionais técnicos para manutenção destes dispositivos, investimentos em interfaces móveis, em internet de qualidade e por último em políticas públicas que reduzam a desigualdade digital.

A pandemia da COVID -19 exigiu demandas que as diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel da UNESCO já previam em 2014, entretanto, em 2020 as escolas públicas não estavam preparadas para a efetivação do ensino remoto, consequentemente, há um atraso nítido na reflexão sobre o uso dos celulares e demais dispositivos móveis em sala de aula.

É indiscutível que os L.I são fundamentais no espaço escolar e indispensáveis para a implementação do ensino híbrido nas escolas, sendo assim o uso dos celulares não substituirá os dispositivos fixos, mas corroboram com a sala de aula híbrida, em que dispositivos móveis são ferramentas que enriquecem o aprendizado por meio de práticas educativas inovadoras.

É fundamental a mobilização dos educadores e estudantes para a análise destes temas, visando a promoção do acesso consciente à cultura digital, que na sala de sala de aula híbrida, representa possibilitar a formação para a compreensão dos agenciamentos das interfaces móveis, da manipulação de dados, dos algoritmos, das plataformas, da desinformação, da formação para o consumo de mídias, fenômenos contemporâneos que impactam a vida de todos.

3.5 O YouTube como ferramenta pedagógica de comunicação e informação para educação antirracista

O YouTube é, atualmente, a maior plataforma de vídeos do planeta, esse fato instiga a reflexão sobre uso do YouTube como espaço de aprendizagem, dessa forma, busca-se uma contextualização e revisão de obras publicadas sobre a temática. A trajetória inicial que marca o sucesso atual da rede social inicia-se em 2005, em São Francisco, Estados Unidos da América, quando Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, trabalhadores da área de tecnologia buscavam uma solução para o compartilhamento de vídeos.

A ferramenta logo chamou a atenção da Google que anunciou ser a nova dona do YouTube, em outubro de 2006, pelo valor de US$1,65 bilhão. A rede social não está no negócio de vídeos, sua função é disponibilizar uma plataforma eficiente e funcional para o compartilhamento de vídeos on-line. Esse fenômeno fez com que o YouTube deixasse para traz o slogan *Your Digital Vídeo Repository*, na tradução para o português, Seu *Repositório de Vídeos Digitais* para o conhecido e atual Broad *cast yourself,* o que pode ser traduzido como *transmitir-se.* O novo slogan demonstra que atualmente o principal negócio do YouTube é a cultura participativa (BURGESS e GREEN, 2009, p.20-24).

Para Burgess e Green (2009, p.8-22), a interface rompe as barreiras técnicas para a produção e compartilhamento de vídeos na internet, ressaltando seu potencial como cultura participativa ao possibilitar a convergência tecnológica de diferentes autores, desde grandes empresas, canais de televisão, artistas, leigos e produtores amadores, por meio da cocriação de diferentes conteúdos.

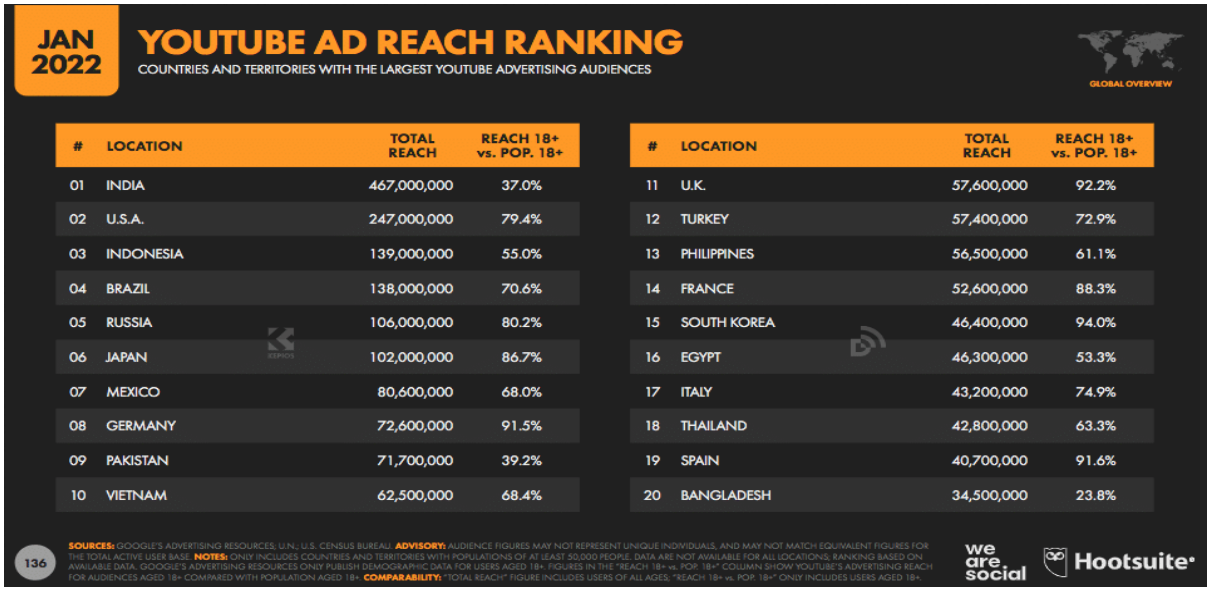
Compreende-se por cultura participativa aquela em que os usuários são convidados a participar ativamente da produção e compartilhamento de conteúdo. Essa cultura propicia espaços de aprendizagem que fogem aos padrões hegemônicos, visto que, é mais acessível que os meios de comunicação tradicionais como a televisão, rádio e revistas, os quais foram, por muito tempo, protagonistas na criação de conteúdo de mídias, argumenta Jenkins (2009, p. 398).

A cultura participativa corrobora com os youtubers dos canais *Papo de preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) uma vez que, viabiliza a tradução de questões fundamentais sobre a educação para as relações étnico-raciais a partir das próprias experiências, assim como, pelos acontecimentos sobre a temática que marcam a contemporaneidade e que, geralmente, não são pautas das mídias tradicionais.

Grupos antes excluídos pelo monopólio dos canais midiáticos convencionais tornam-se celebridades de suas próprias narrativas. Em concordância com a pesquisa Oxford Economics (2021, p. 15), o canal *Papo de Preta* (2015) ilustra o impacto do YouTube como espaço aberto, gratuito capaz de reduzir as barreiras impostas pela mídia tradicional e possibilitar às pessoas de diferentes pertenças raciais, sexuais, sociais, culturais e econômicas compartilhar conteúdos, ter visibilidade e fortalecer comunidades.

Os dados do Digital Global Overview Report (2022)indicam que há um aumento significativo no uso do YouTube após a pandemia da COVID-19, a plataforma recebe 14,3 bilhões de visitantes por mês, perdendo apenas para pesquisas na própria *Google*. Seus usuários utilizam, em média, 19 minutos por dia na rede social e são transmitidos 694 horas de vídeo a cada minuto. Vale ressaltar que, 81% de todos os usuários da internet já visitaram o YouTube. Muitos países fazem parte da grande comunidade que é o YouTube. A figura abaixo ilustra os países com maior acesso a plataforma.

Figura 4 - Países com as maiores audiências do YouTube



Fonte: Relatório Hootsuite Global State of Digital 2022

O Brasil ocupa 4 º lugar em maior público do YouTube no mundo, com uma audiência de 138 milhões de usuários. Com tamanha audiência no país, torna-se necessário conhecer o comportamento desses internautas.

O YouTube Vibes é um relatório trimestral que possibilita o aprofundamento dos comportamentos de consumo dentro dessa plataforma no Brasil. Em 2021, o relatório trouxe

informações relevantes sobre a rede social. O quadro abaixo apresenta as principais estatísticas.

Quadro 4 - Relatório *YouTube Vibes* de maio de 2021

RELATÓRIO *YOUTUBE VIBES* DE MAIO DE 2021
- 91% dos consumidores do Youtube aumentaram seu tempo na plataforma durante a pandemia
- 48% concordam que o Youtube é o melhor lugar para saber um pouco mais sobre muitos assuntos
- 48% afirmam que o Youtube ajuda a aprofundar o conhecimento sem gastar tempo demais

Fonte: Youtube Vibes – Edição 1, float, 2021

O estudo indica que o YouTube, na visão dos consumidores, é um espaço, gratuito, que contribui para a aprendizagem de diferentes temas em um curto espaço de tempo. A opinião dessas pessoas, somada ao tempo disponibilizado para o acesso a plataforma durante a pandemia são elementos importantes para a reflexão sobre a contribuição desse ambiente como um potencializador de práticas educativas antirracistas na escola.

A investigação ainda mostra que o *YouTube* contribui com a formação de *comunidades cruzadas* que são aquelas oriundas de identidades plurais e cambiantes, argumenta Float (2021, p. 05). O quadro abaixo tenciona demonstrar os principais dados da 4ª edição da *YouTube Vibes* no que se refere à opinião dos consumidores sobre cultura e identidade na rede social.

Quadro 5- Relatório *YouTube Vibes* de maio de 2021

RELATÓRIO YOUTUBE VIBES MAIO DE 2021
- 64% acreditam que o Youtube é a plataforma que mais ajuda a conhecer o que há de novo na cultura brasileira.
- Para 83%, o Youtube é a plataforma em que o povo brasileiro pode crescer em popularidade preservando sua identidade, não importa sua origem ou classe social.
- Para 81%, o Youtube dá oportunidade a criadores periféricos e de baixa renda de desmistificarem sua realidade
- Para 78%, o Youtube é a plataforma preferida para conhecer os diferentes “Brasis” pelo olhar dos locais.

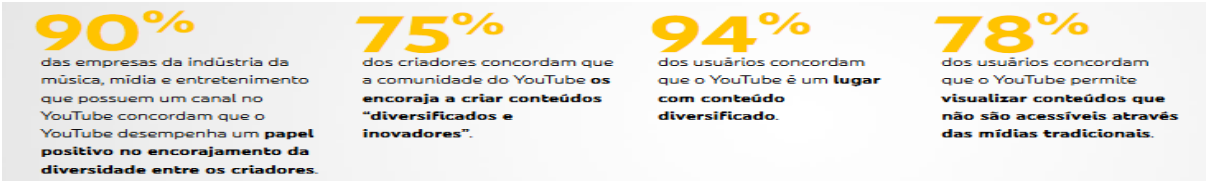
Fonte: Youtube Vibes – Edição 4, float, 2021.

As identidades e culturas, nesta conjuntura, tornam-se cada vez mais híbridas à medida que o YouTube possibilita o rompimento das fronteiras do espaço/tempo, então, se no passado as tribos juvenis eram identificadas por características semelhantes que às agrupavam, nas *comunidades cruzadas* geram a impermanência de identidades e culturas.

Parte desse fenômeno pode ser explicado pela diversidade de conteúdos disponibilizados aos usuários que estão cada vez mais conectados pelos dispositivos móveis.

A figura abaixo ilustra a opinião dos consumidores sobre a diversidade de conteúdo na plataforma.

Figura 5 - Conteúdos diversificados no YouTube



Fonte: Oxford Economics Relatório de impacto. YouTube 2020[15].

Tanto empresa, quanto criadores e usuários concordam que a plataforma estimula a diversidade, portanto, esse espaço pode ser analisado, em alguma medida, como uma ferramenta que corrobora com o confronto às identidades nacionais, desestabilizando relações de poder impostas pela colonização.

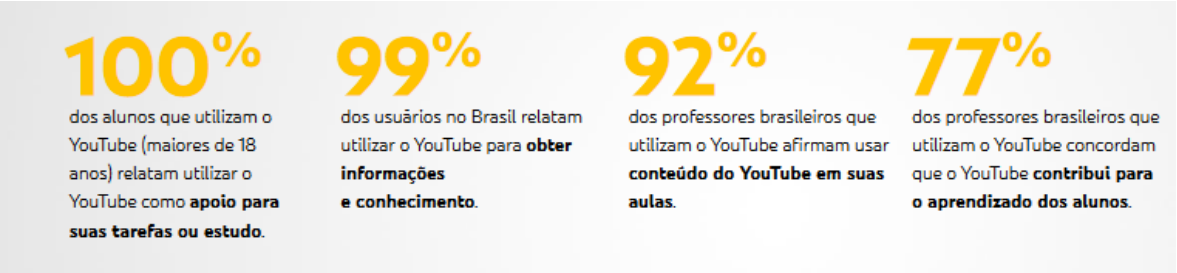
Conforme Hall (2006, p. 9-76) o indivíduo aprende, desde cedo, a autodeclarar, por exemplo, *sou brasileiro, não sou argentino*, uma identidade que não é biológica, não faz parte de sua natureza ou essência, mas formam uma identidade nacional, que se trata de um conjunto de vínculos de pertencimento a lugares, tradições, histórias, símbolos e eventos.

Para o autor, uma construção cultural faz parte de um processo de representação produzido por um grupo dominante. Contudo, na pós-modernidade há a descentralização do sujeito que transforma a visão de si próprio, assim como do mundo social e cultural, desse modo, o deslocamento potencializa uma pluralidade de centros de poder, porque são atravessados pela diferença.

Vale ainda, destacar o impacto da rede social no que se ao comportamento de professores e alunos. O quadro abaixo ilustra o comportamento dessas categorias.

[15]Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/Relato%CC%81rio%20de%20Impacto%20_%20YouTube%20Brasil%202020.pf. Acesso em: 08 de jul.2022.

Figura 6 - Comportamento de professores e alunos no YouTube



Fonte: Oxford Economics Relatório de Impacto | YouTube Brasil (2021)

A figura aponta o êxito do YouTube no que concerne ao ensino e aprendizagem, já que segundo estudantes e professores a plataforma contribui com o desenvolvimento de habilidades e competências ao complementar o conhecimento adquirido em sala de aula. É relevante destacar que o YouTube tem um amplo alcance, possibilitando tanto o acesso, quanto a criação e compartilhamento de conteúdo, sem a necessidade de equipamentos especiais, pois a maioria dos celulares possuem câmeras integradas que permitem a filmagem.

Com o intuito de verificar qual era a audiência, na plataforma YouTube, entre os estudantes selecionados para o grupo focal, para isso, aplicou-se um questionárioverificou-se que todos os alunos possuem acesso à plataforma, logo é possível refletir sobre o uso desse mecanismo em práticas pedagógicas antirracistas.

De Lima Velho Junges e Gatti (2019, p. 113-131) divulgaram um estado da arte que descreve diversos elementos positivos sobre o uso do YouTube para potencializar práticas pedagógicas. Entre elas, destacam-se a cocriação de vídeos por meio de redes colaborativas, a linguagem assertiva para o público jovem, a capacidade dos youtubers em compartilhar o gênero em movimento, vídeo, por intermédio de diferentes linguagens.

A pesquisa também informa que, embora os professores acreditem que a rede social aproxima o ensino/aprendizagem das realidades dos educandos, os alunos afirmam que a plataforma ainda é pouco explorada pelos discentes.

A partir dos aspectos apresentados, é possível concluir que o YouTube é um suporte que corrobora com práticas educativas alinhadas à Lei 10.639.2003, visto que, conteúdos cada vez mais diversificados, de qualidade e com amplo alcance podem chegar às mais remotas regiões do país para provocar discussões que, outrora, ocorriam apenas em núcleos de estudos Afro-Brasileiros, Universidades e no Movimento negro.

> Quanto mais as pessoas de diferentes cidades e países são interligadas, por meio das mídias de comunicação, mais as identidades são flutuantes, deslocadas, tencionando tradições específicas e culturas nacionais (HALL, 2006, p. 74).

3.6 Desigualdade Digital: conectividade e o direito à educação

Obstáculo é um substantivo masculino que tem origem no latim, *obstaculum*. Um obstáculo é um impedimento em sentido real ou figurado que está fixo, parado na frente de alguém impedindo suas ações, seu avanço. Esta dificuldade pode ser provocada por objetos ou mesmo por uma ação de origem física, psicológica, cultural, social, econômica, política ou tecnológica.

A desigualdade racial no Brasil é um obstáculo e um importante marco para se avaliar a desigualdade social no país, problema que afeta o acesso aos bens e serviços básicos necessários ao bem-estar, como saúde, educação, moradia, trabalho e renda, colocando a população negra em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a educação é um vetor de mobilidade social, contudo ainda não é democrática. É o que mostra os dados do IBGE (2022, p. 41-42) quando indicam que, em 2021, 12,7 milhões de jovens, de 15 a 29 anos de idade não possuíam Ensino Superior completo, não frequentavam escola, pré-vestibular ou curso da educação profissional.

As mulheres de cor ou raça preta ou parda representavam 5,3 milhões desses jovens, enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 2,6 milhões. Os 4,7 milhões de jovens restantes nessa situação eram compostos por 3,0 milhões de homens pretos ou pardos e por 1,6 milhões de brancos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 apresenta 20 metas no intuito de atingir a equidade e a qualidade na educação para todos até o ano de 2024. A meta de número 8 centraliza os esforços em igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Os resultados do IBGE divulgados em 2022 apontam que ainda há a necessidade de investimento em políticas públicas que oportunizem condições iguais para os alunos negros permanecerem nas escolas e universidades. Um dos meios de fornecer educação de qualidade é pelo acesso à cultura digital, pois o uso das Tecnologias da informação e comunicação (TICs) estão cada vez mais presente nos mais diversos âmbitos da vida. Na educação,

tornaram-se importantes ferramentas para o ensino e aprendizagem. Mendes (2008) as define como,

> "um conjunto de recursos tecnológicos que, se estiverem integrados entre si, podem proporcionar a automação e/ou a comunicação de vários tipos de processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, na área bancária e financeira, etc."

Elas envolvem redes e serviços de comunicação, diversos aplicativos e dispositivos que favorecem a comunicação. Todo esse arcabouço foi evidenciado com o isolamento provocado pela pandemia da COVID-19. De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022, p. 3) em 2021, 91% das crianças e dos adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com acesso à Internet, sendo que essa proporção era de 83% em 2019.

Durante o ano de 2020, 99,3% das escolas brasileiras da Educação Básica suspenderam as atividades presenciais. Umas das estratégias adotadas para o desenvolvimento das atividades foi a disponibilização de materiais no formato impresso e digital. Nessa circunstância, a mediação tecnológica foi um importante instrumento para assegurar desenvolvimento das competências e habilidades previstas para cada fase da Educação Básica, contudo as diferenças econômicas, regionais e raciais são elementos que impactaram a aprendizagem.

Conforme a Síntese de Indicadores Sociais (2021, p. 79), que ilustra análise das condições de vida da população brasileira, houve uma significativa diferença no percentual de escolas da rede pública e da rede privada que realizaram aulas ao vivo mediadas pela Internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor. No total, 42,6% das escolas adotaram a estratégia, 35,5% na rede pública e 69,8% na rede privada.

Esse dado pode ser explicado pelas condições tecnológicas dos estudantes. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE realizada pelo IBGE (2022, p. 26-27) divulgou que 90,5% dos alunos, em idade entre 15 e 17 anos, das escolas privadas possuem a presença simultânea de internet e computador ou notebook nos domicílios, enquanto nos lares de estudantes da mesma idade que frequentam a escola pública, totalizaram 48,6%, ou seja menos da metade dos jovens.

E quanto ao uso do aparelho celular entre os estudantes, também há uma disparidade entre aqueles da rede privada e rede pública. O percentual de estudantes de 10 anos ou mais da rede pública que utilizaram o aparelho, totalizou de 69, 2 no ano de 2021, enquanto rede

privada 93,2 no mesmo período. Os motivos para não possuírem celular envolve o preço dos equipamentos e o fato de utilizar o aparelho de outras pessoas, divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (2022, p. 11).

Os alunos mais prejudicados são aqueles de classe social mais baixa e oriundos de escolas públicas. Esses aspectos ainda são acrescidos do fator racial, porque de acordo com o Censo escolar (2022, p. 16-21), em 2021, foram registradas 7,8 milhões de matrículas no Ensino Médio, sendo que a rede estadual possui a maior participação na matrícula, com 84,5%.

Os alunos autodeclarados Preta/Parda representam 54,8 dos alunos das escolas públicas, ou seja, mais que a metade. O recorte racial, mostra que o percentual de educandos de 15 a 17 anos de idade com acesso simultâneo a computador ou notebook e internet em casa, no ano de 2019, segundo cor ou raça representam 46,8% ao passo que estudantes brancos somam 67,3% uma diferença de 20,5 pontos percentuais.

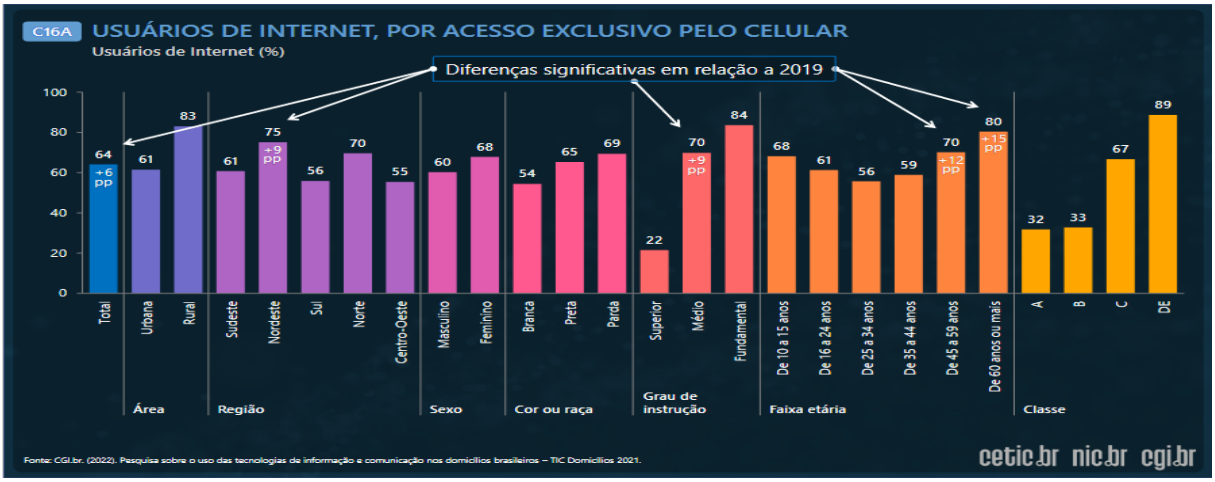
São diferentes fatores que geram e aprofundam as desigualdades tecnológicas e educacionais sobre os estudantes negros, atrapalhando e/ou impedindo o desenvolvimento das habilidades e competências exigidas para a fase da Educação Básica. Esses jovens tiveram menor conexão às aulas ao vivo e menor acesso a um computador para realizar as atividades propostas pelas escolas, logo, esses grupos podem ter um índice de desenvolvimento menor que aqueles munidos do aparato tecnológico apropriado.

As escolas criaram estratégias de apoio tecnológico e disponibilizaram aos alunos, visando a continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais em 2020, mas o acesso gratuito ou subsidiado à Internet em domicílio foi promovido pelo percentual de 2,0 das escolas públicas e 4,9 das escolas privadas.

A disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, *notebook*, *smartphones*, etc.) somou 4,9% das escolas públicas e 11,2% das escolas privadas, divulgou a Síntese de Indicadores Sociais (2021, p. 87-89).

As estratégias de apoio tecnológico ocorreram em um número reduzido de escolas públicas, este número é muito menor, quando comparado às escolas privadas. Tal fato pode explicar os dados que indicam quais os grupos que mais utilizaram celular em 2021.O gráfico abaixo ilustra as informações.

Gráfico 3- Usuário de internet, por acesso exclusivo pelo celular (2021)



Fonte: CGI.br. (2022). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2021[16].

O gráfico acima demonstra que o acesso exclusivo pelo celular acontece, principalmente, pela população em situação de vulnerabilidade social, pessoas mais pobres, negras, moradores da zona rural, habitantes do Norte e Nordeste do país. Os dados da pesquisa nos domicílios brasileiros informam que houve um aumento na conectividade a partir de 2020, todavia, em se tratando de estudantes, o modo como ocorre esse acesso pode afetar os índices de aprendizagem e a qualidade da inclusão digital.

O celular é um importante recurso ao desenvolvimento de práticas educativas, contudo, muitas atividades exigem um dispositivo maior, como um notebook ou computador, a exemplo aquelas, mais complexas, que envolvem mais tempo (produzir e editar textos, realizar pesquisas mais elaboradas). As características do computador e notebook também apresentam vantagens quando o assunto é conforto para digitar, a capacidade abrir diversas abas no navegador, potencial de armazenamento, processadores melhores para o uso de aplicativos e programas mais pesados.

O crescente acesso das crianças e dos adolescentes à internet é um fator positivo, todavia ainda é relevante a implementação de políticas públicas para avaliar as condições e qualidade do acesso. É preciso investigar o tipo de conexão e quais equipamentos de acesso à

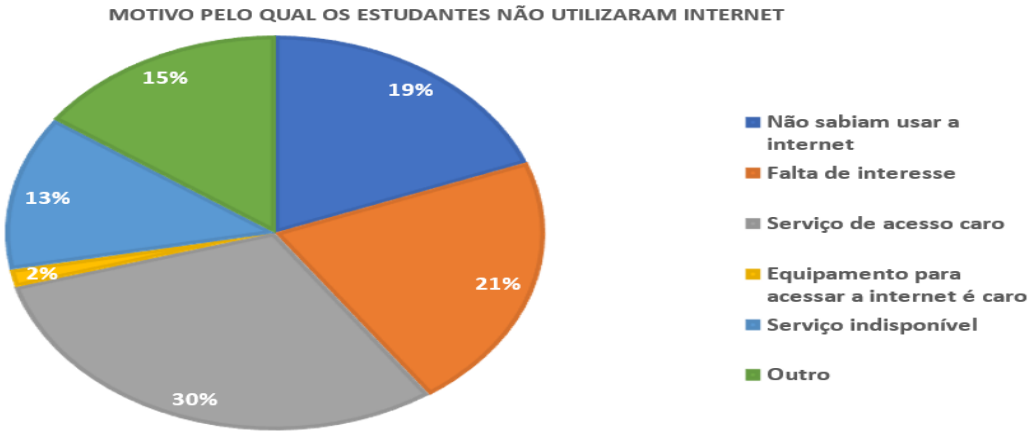
[16] Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 21 de mai.2023.

internet são utilizados pelos estudantes no intuito de possibilitar a democratização da aprendizagem mediada pela tecnologia digital.

O percentual de pessoas que utilizam a internet banda larga móvel (3G e 4G) reduziu, de 81,2% para 79,2% entre os anos de 2019 e 2021, ao passo que o uso da banda larga aumentou de 78,0% para 83,5% no mesmo período, divulgou a PNAD (2022, p. 6). Os usuários, que dependem do primeiro tipo de conexão, sofrem as desvantagens da instabilidade do sinal e também com o limite do pacote de dados, circunstância que se torna um obstáculo a inclusão digital.

A PNAD (2022, p. 10) revelou que no País, em 2021, 15,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a internet. Para esse contingente, formado por 28,2 milhões de pessoas, a PNAD contínua investigou entre os estudantes os motivos de não terem acessado a internet nesse período.

Gráfico 4- Motivo pelo qual os estudantes não utilizaram a internet



Fonte: Autoria própria com base nos dados da PNAD Contínua (2022).

Entre os estudantes, os excluídos digitais somam 3,6 milhões de pessoas que não acessam a internet por diversos motivos, sendo que a maior motivação é a falta de condições financeiras para pagar o serviço de acesso.

Esses jovens excluídos da cultura digital estudaram ao longo da pandemia com material impresso, não tiveram feedback dos educadores e não desenvolveram habilidades e competências relacionadas à cultura digital. Para Silveira (2001, p.18) A exclusão digital ocorre,

> [...] ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva.

A exclusão digital acentua as diferenças socias à medida que limita o indivíduo no mercado de trabalho, o que provavelmente irá repercutir em sua vida econômica e cultural. A lacuna no acesso à internet, o uso exclusivo pelo celular, mais intensamente, na zona rural, nas regiões Norte e Nordeste, bem como por pessoas mais pobres e negras, configura-se um impedimento, uma exclusão digital que dificulta o desenvolvimento humano para a informação e comunicação.

3.7 Algoritmo racista

Para Gillespie (2018, p. 97),

> Os algoritmos não são necessariamente softwares: em seu sentido mais amplo são procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados. Os procedimentos dão nome tanto ao problema quanto aos passos pelos quais ele precisa passar para ser resolvido. Podemos considerar como algoritmos, por exemplo, instruções de navegação.

Eles selecionam buscas e conteúdos, sugerem caminhos, definem o que o internauta gostaria de ver. Conforme Silva (2019, p. 02-03), eles atuam por meio de “processos invisíveis, como recursos automatizados, reconhecimento facial, e processamento de imagens.” Como não há neutralidade, o algoritmo reforça uma visão de mundo eurocêntrica, perpetuando relações raciais desiguais de poder. Esse processo é conhecido como algoritmo racista, e é definido por Silva (2022, p. 69) como,

> O modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados. Tal ordenação pode ser vista como uma camada adicional do racismo estrutural, que, além do mais, molda o futuro e os horizontes de relações de poder, adicionando mais opacidade sobre a exploração e a opressão global que já ocorriam desde o projeto colonial do século XVI.

Noble (2021, p. 17-23) chama de demarcação tecnológica, o modo como os algoritmos tomam decisões, reforçando relações sociais opressivas, reproduzindo um novo tipo de segregação virtual que opera, especialmente, sobre mulheres negras.

Ao experimentar o mundo pela internet, orientados por algoritmos racistas, os internautas acabam assimilando padrões enviesados sobre a população negra, o que afeta, negativamente, a formação das identidades.

A plataforma do YouTube não está livre da ordenação algorítmica. O *YouTube Analytics*[17] (2023) oferece um resumo de alto nível do desempenho do canal e dos vídeos no YouTube visando um melhor desempenho dos vídeos e do canal.

Para isso, usa as principais métricas e os relatórios do *YouTube Studio* no intuito de direcionar os criadores de conteúdo. Essas métricas são inequívocas pois apresentam o total de visualizações, o número de marcações *gostei* nos *shorts*[18], engajamento pelo tempo de exibição dos vídeos, o alcance que mostra um resumo de como o público está descobrindo o canal, vídeos com melhor desempenho, vídeos e transmissões ao vivo em alta, principais remixes[19], espectadores divididos por idade, gênero e localização, canais e vídeos que eles assistem.

Em conformidade com Silva (2022, p. 87) esse sistema eficiente de métricas favorece negócios, mas não leva em consideração os fatores sociais ou culturais de um vídeo. A exemplo o crescente engajamento de vídeos extremistas. Carneiro (2023) revela que a plataforma YouTube não apenas serviu por anos a grupos extremistas de direita para atacar a democracia, saúde e educação, como no dia, dia 08 de janeiro de 2023, propiciou e monetizou com as lives das invasões terroristas ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e ao Palácio do Planalto.

A autora aponta que durante as filmagens, não houve interferência dos algoritmos ou de moderadores, para promover o mais violento ataque da história contra a democracia brasileira. Ainda explica que, a *Meta*, empresa que controla o Instagram, o Facebook e o WhatsApp, se posicionou contra a tentativa de golpe de Estado e prometeu barrar os conteúdos favoráveis à invasão, o mesmo não se aplica ao Google/YouTube.

---

[17]Disponível em: https://support.google.com/youtube/answer/9002587?hl=ptBR&co=GENIE.Platform%3DAndroid&sjid=5818077064014742745-SA. Acesso em: 10 jun. de 2023.

[18] *YouTube Shorts* é um espaço do YouTube que fornece ferramentas para criar e compartilhar vídeos curtos de até 60 segundos.

[19] Remix é a criação de conteúdo a partir de um *Short* ou de um vídeo longo.

Se não houve interferência nos ataques extremistas de direita, não se pode dizer o mesmo do vídeo que representa o episódio 24 do *Podcast Tecnopolítica*. Souza e Silveira (2020) expõe um relato e uma denúncia sobre a ação de um chocante bloqueio algorítmico no Youtube. No episódio de número 24 intitulado, *Gênero, Direitos e Tecnologia*[20] do Podcast Tecnopolítica, Amadeu Silveira dialoga com Larissa Santiago, publicitária e uma das coordenadoras do Blogueiras Negras.

O bate-papo abordou como a tecnologia, principalmente os algoritmos, carregam elementos misóginos, patriarcais e racistas tão presentes na sociedade brasileira. Mulheres e homens negros são discriminados, como ocorreu na Bahia na Festa de Iemanjá e no Carnaval de 2019 pela utilização do sistema de reconhecimento facial. Larissa ainda cita a autora e educadora Simone Browne "Todo aparato tecnológico baseado em uma sociedade racista será necessariamente racista. Todo aparato tecnológico para vigilância, vigiará os corpos que já são historicamente oprimidos".

Resultado: o episódio foi reprovado pelos algoritmos do YouTube com a justificativa de conter "conteúdo chocante" Os organizadores analisaram o vídeo e não encontraram nada na linguagem ou nas ações que provocasse a reprovação, dessa forma, solicitaram a revisão do status para que ocorresse a liberação do impulsionamento. Alguns dias depois, receberam a resposta que havia ocorrido uma *revisão humana*.

Por que os algoritmos não reprovaram as horas de conteúdo monetizado, ao vivo, das invasões extremistas e terroristas, do dia 08 de janeiro de 2023, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e ao Palácio do Planalto?

Uma possível explicação é que os comandos e recursos automatizados, embora tenham um alto desempenho em métricas, de fato favorece um negócio, como explicou Silva (2022), portanto, nesse espaço beneficiar fatores sociais e culturais pautados pela democracia não é a prioridade.

Outra questão importante a se levar em consideração é que, o episódio reprovado do *Podcast Tecnopolítica* ocorre diante do protagonismo de uma mulher negra que discute sobre tecnologia e algoritmo racista. Isso remete a própria fala da convidada Larissa sobre os algoritmos servirem de vigilância aos corpos negros.

A argumentação da Publicitária vai ao encontro dos estudos de Buolamwini e Gebru (2018, p. 12) quando mediram a precisão de 3 algoritmos comerciais de classificação de

[20] O episódio está disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=podcast+tecnopolitica+24#fpstate=ive&vld=cid:322884c5,vid:Gt97Ld-VsAc. Acesso em: 26 de mai. 2023

gênero no *Pilot Parliaments Benchmark*, que é baseado por gênero e tipo de pele. Mensuraram a precisão e anotaram o conjunto de dados com o sistema de classificação de pele de *Fitzpatrick*.

Testaram o desempenho da classificação de gênero em 4 subgrupos: mulheres mais escuras, homens mais escuros, mulheres mais claras e homens mais claros. Descobriram que todos os classificadores tiveram melhor desempenho para indivíduos mais claros e homens em geral. Os classificadores tiveram pior desempenho para mulheres mais escuras.

Os sistemas de reconhecimento facial são sistemas que utilizam algoritmos e software para captar imagens da face humana e identificar indivíduos por meio de um banco de dados. Esses processos são cada vez mais comuns e utilizados pela população em geral. Os celulares e tablets, por exemplo, usam reconhecimento facial para bloqueio de tela e proteção do aparelho, nos aeroportos, lojas e academias são empregados para monitorar entrada e saída das pessoas.

Tavares, Simão e Vilanova (2023) informam que em novo relatório, InternetLab mapeou o uso de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras e divulgou que ao menos 15 escolas públicas já utilizam o sistema de reconhecimento facial e biométrico para acesso aos ambientes educativos. As justificativas para o uso envolvem: otimização da gestão do ambiente escolar**,** combate à evasão escolar e para fins de segurança**.**

A *Inteligência Artificial* é um campo da computação que tem o propósito de fazer com que máquinas e sistemas computacionais realizem ações intelectuais tal como as humanas. Sua presença é cada vez mais marcante no dia a dia das pessoas, inclusive nas escolas, para lidar com questões estruturais do ambiente.

Para Buolamwini (2019, p. 18) a tecnologia facial pode ser suscetível a disparidades de idade, gênero, raça e precisão fenotípica que aumentam os riscos de impacto díspares do uso desses sistemas em domínios como aplicação da lei, habitação, emprego e acesso a serviços governamentais. Podem provocar falhas do mundo real, incluindo vigilância estatal em massa, prisões falsas e negação de oportunidades de trabalho.

Compreende-se que, a ausência de supervisão dos algoritmos pode gerar situações enviesadas e discriminatórias, sendo assim, o uso do reconhecimento facial exige regulamentação para assegurar os direitos e liberdades civis, principalmente da população mais vulnerável, a negra.

Quanto aos algoritmos na plataforma do YouTube, organiza uma seleção de conteúdos, apresenta as preferências individuais, gerenciam as interações, inclui um canal e

exclui outros. São eles que exibem as principais tendências e informações. Essas ações invisíveis, que muitas vezes nem são percebidas, vão filtrando a forma como os internautas veem e experimentam o mundo.

A paisagem sociotécnica é um espaço promissor para a produção e compartilhamento de informações, entretanto os algoritmos não são neutros, pois carregam viés dos indivíduos que os produzem. Os ecossistemas tecnológicos podem ser tão discriminadores, quanto os anteriores a popularização da internet, por isso exige que haja intervenções para combater as implicações sociais e os danos da IA.

A cientista da computação, Joy Buolamwini, também conhecida como *poeta dos códigos* criou um estratégia, *a* Liga de Justiça Algorítmica, em inglês, Algorithmic Justice League[21] que se dedica a aumentar a conscientização sobre os impactos da IA, equipar defensores com pesquisas empíricas, construir a voz e a escolha das comunidades mais impactadas e galvanizar pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais do setor para mitigar os danos e preconceitos da IA. Nas palavras de Gillespie (2018, p. 117),

> Uma investigação sociológica sobre os algoritmos deve aspirar revelar o complexo funcionamento desta máquina de conhecimento, tanto o processo pelo qual ela escolhe as informações para os usuários, quanto o processo social pelo qual ela se torna um sistema legítimo.

A busca por um ecossistema de IA mais equitativo e responsável perpassa pelo conhecimento de plataformas como o YouTube, pela compreensão acerca do funcionamento dos algoritmos e como impactam os direitos dos cidadãos. Para Silva (2021, p. 150), a capacidade de reação da população politicamente minorizada pode pressionar e influenciar a transformação dos algoritmos. Sendo assim, como os estudantes estão cada vez mais inseridos na cultura digital, urge que desenvolvam habilidades e competências para serem agentes na identificação, denúncia e combate aos algoritmos racistas, reivindicando a democracia em espaços digitais.

[21] Disponível em: https://www.ajl.org/. Acesso em: 09.jun de 2023.

4 ANÁLISE DE DOIS CANAIS DE YOUTUBERS NEGROS

Desenvolveu-se uma análise documental para investigar os vídeos dos canais *Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007)* visando verificar as configurações políticas promovidas por youtubers negros, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares, assim como investigar se os canais dos youtubers negros podem se constituir ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista.

Lima Junior et al. (2021, p.38) metodologia científica, análise documental, por intermédio de procedimentos técnicos, possibilita examinar e compreender documentos, tais como leis, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens e mídias sociais, entre outros, visando a obtenção de informações relevantes de acordo com o objeto de pesquisa.

A análise documental trabalha com documentos e faz-se, principalmente, por classificação-indexação. Trata-se da representação condensada da informação para consulta e armazenagem (BARDIN, 1977, p.46). Cechinel et al. (2016, p. 4), explicam que, a análise documental deve seguir dois passos: primeiro inicia-se por uma avaliação preliminar dos documentos, levando em consideração o contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os quais podem ser variáveis em função das necessidades do pesquisador. O segundo passo é a análise documental propriamente dita.

Segundo Bardin (1977, p. 46) a análise documental, como procedimento técnico, retira o conteúdo de um documento de seu estado bruto, primário, levando-o para um documento secundário, uma representação do primeiro, a título de exemplo, pode-se citar os resumos, abstracts e indexação.

Para alcançar os objetivos da pesquisa iniciou-se pela análise preliminar dos documentos, expondo um breve contexto histórico do ano de 2020, ano de publicação dos vídeos selecionados para a pesquisa. Na sequência, tem-se a apresentação dos canais *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) e por fim, a análise.

4.1 Contexto Histórico

O ano de 2020 foi marcado pelo surto do vírus SARS-CoV-2, conhecido por causar a doença COVID-19. Os primeiros casos ocorreram em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (OPAS,2023).

De acordo com o CONASS (2023), foram 7.716,405 casos do novo coronavírus e 195. 795 óbitos ao longo do ano de 2020.A CEPAL (2021) divulgou que, neste ano, a taxa da extrema pobreza atingiu 12,5% e a taxa da pobreza chegou a 33,7% da população da América Latina. Entre os principais grupos afetados pela pobreza estão crianças, adolescentes, afrodescendentes e indígenas.

Em 25 de maio de 2020, em Minneapolis, George Floyd, um afro-americano foi assassinado pelo policial Dereck Chauvin que se ajoelhou no pescoço da vítima até causar sua morte. O fato gerou revoltas e protestos pelo mundo, representados pelo movimento global, criado nos Estados unidos e difundido pelo mundo, o *Black Lives Matter*, em português, Vidas Negras Importam.

No Brasil, Jair Bolsonaro é o 38º presidente, com mandado de 1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023.Um político populista, de extrema direita, que provocou o enfraquecimento das políticas de ação afirmativas no país. Segundo Santos (2020, p. 221), há um conjunto de sinais do enfraquecimento das políticas de promoção da igualdade racial, entre elas constam os discursos contrários às reivindicações do movimento negro, nomeação de gestores contrários e sem diálogo com as pautas raciais, mudanças na composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e queda no número de reconhecimentos e titulações quilombolas.

Em 19 de novembro, um dia antes da comemoração da Consciência Negra, ocorreu a morte de João Alberto Silveira Freitas, homem negro assassinado por seguranças da rede de supermercados Carrefour em Porto Alegre. As filmagens viralizaram nas redes sociais estimulando protestos e manifestações em vários Estados brasileiros.

O recorte temporal de 2020, no qual foram divulgados os vídeos dos canais de *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015), apresenta um cenário político, econômico e social de incertezas e retrocessos para a população negra brasileira.

4.2 Apresentação dos Canais selecionados: *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015)

Ao investigar o tráfico geral mundial da Web, conta-se que o YouTube recebeu, aproximadamente, 72 bilhões de usuários pelos dispositivos móveis, enquanto apenas oito bilhões de usuários acessaram o site em computadores. O Brasil, em 2023, encontra-se em terceiro lugar no ranking de países com mais usuários na plataforma, divulga o *Banco internacional de dados Statista*[22] (2023).

Nessa conjuntura, muitos criadores desenvolveram canais para compartilhar conteúdos sobre a educação para as relações étnico-raciais. O engajamento gerado pelos youtubers, atualmente, é facilitado pelo uso das interfaces digitais e pelo maior acesso à internet.

Logo, esses sujeitos têm potencial para atuar sobre a construção das identidades e diferenças as quais são forjadas por grandes disputas sociais. Esse processo é possível quando desestabilizam e desnaturalizam hierarquias raciais, quando subvertem e questionam relações de poder, por fim, ao estimularem a produção e representação de novos significados identitários e culturais.

4.2.1 Canal Spartakus Santiago

O canal *Spartakus Santiago*[23], no YouTube, foi criado em 13 de outubro de 2007 por Spartakus Santiago Fernandes Francisco, um baiano nascido em Itabuna, em 15 de maio de 1994. Atualmente possui 29 anos e se autodeclara negro.

[22] Disponível em: https://www.statista.com/topics/2019/youtube/#dossier-chapter5. Acesso em: 15.jul.2023.

[23] Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC34UfLmI_CZ72VW7Y4Vibww. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Imagem 1- Canal **Spartakus Santiago**



Fonte: Autoria própria, com base no Canal *Spartakus Santiago, na* plataforma *YouTube* (2023).

Spartakus é *creator* de conteúdos, publicitário, formado em comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) , diretor de arte pela Miami Ad School Rio/ Nova York, influenciador e ativista do movimento negro e LGBTQIA+. Já trabalhou na Globo, Futura, GNT e Ogilvy NY, atualmente vive em São Paulo e é apresentador da MTV Brasil.A imagem abaixo apresenta o criador de conteúdos.

Imagem 2- Spartakus Santiago Fernandes Francisco

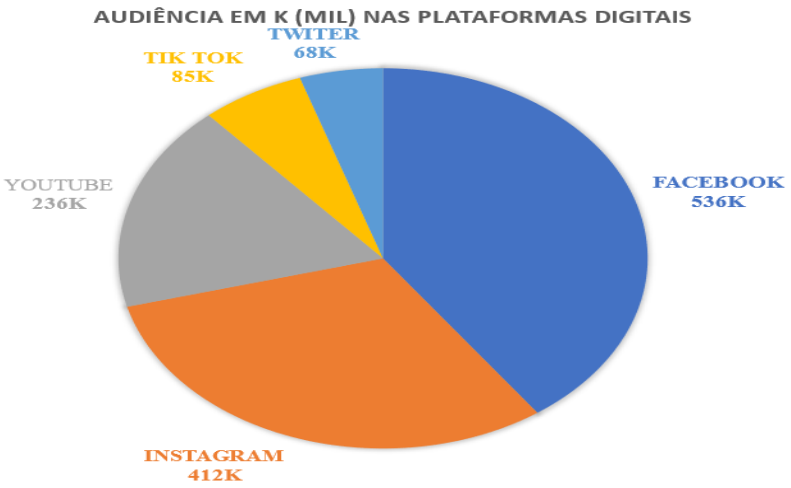


Fonte: *Spartakus Santiago* na plataforma Instagram (2022)[24]

Em seu site, Spartakus (2023) declara-se gay, negro e nordestino, ama cultura pop, busca usar a arte de forma política para transformar a cultura e educar. Para isso, o influencer conta com a audiência ilustrada abaixo.

[24] Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cq8JgWVgAEx/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Gráfico 5 - Audiência em K (mil) nas Plataformas Digitais do canal Spartakus Santiago.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo site Spartakus Creator + TV Host (2023)

Conforme as informações apresentadas, sua plataforma de maior audiência é o *Facebook*, seguido pelo *Instagram* e em terceiro lugar, o canal no YouTube, objeto de estudo nesta investigação, que conta 194 vídeos publicados e 11.776.603 visualizações (Dados coletados em 23.abr.2023).

Para o *creator* Spartakus Santiago (2023), sua missão é,

> [...] usar a arte de forma política pra transformar a cultura e educar. Através dos meus vídeos, busco criar uma biblioteca cultural que facilite o acesso ao conhecimento e a arte, aliando a música pop a debates sociais. Assim, Beyoncé pode ser usada para entender o racismo estrutural, Lady Gaga para falar sobre saúde mental, Anitta para aprender sobre feminismo, Glória Groove para discutir sobre cultura do cancelamento.

A trajetória de Spartakus e a sua forma de criar conteúdo fez com que fosse, em 2020, selecionado pela Forbes como um dos 20 criadores negros mais inovadores do Brasil. E em 2022, foi um dos dois criadores brasileiros selecionados pela Adweek e Whalar para representar o país no Festival de Cannes.

Foram selecionados 3 vídeos do canal de *Spartakus Santiago* (2007) para serem utilizados nos encontros com o grupo focal com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra. O quadro abaixo tenciona expor os dados e facilitar a compreensão.

Quadro 6- Três vídeos selecionados do canal *Spartakus Santiago* (2007).

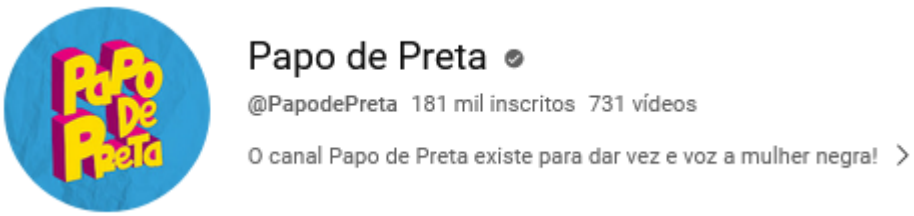
TRÊS VÍDEOS SELECIONADOS DO CANAL SPARTAKUS SANTIAGO		
Nome do Vídeo	**Miniatura**	**Ano de publicação**
O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala[25]		12 de mar. de 2020
Por que Isabel não era fada sensata?[26]		13 de mai. de 2020
Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra[27]		10 de nov. de 2020

Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal *Sapartakus Santiago* (2023).

4.2.2 Canal Papo de Preta

O canal *Papo de Preta*[28], no YouTube, surge a partir das inquietações de Maristela Rosa e Natália Romualdo ainda quando estudavam na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Imagem 3- Canal *Papo de Preta* (2015)



Fonte: Autoria própria, com base no Canal *Papo de Preta* (2015), *na* plataforma *YouTube* (2023).

Maristela Rosa da Silva nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, no dia 19 de outubro de 1991 e se autodeclara negra. É Mestra em Comunicação e graduada em Jornalismo pela

[25] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HTkRamZbEs0. Acesso em: 05. abril de 2021.

[26] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5uRteNWnDiQ&t=93s. Acesso em: 05. abril de 2021.

[27] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3K6XzQdmv7o.Acesso em: 05. abril de 2021.

[28] Disponível em: https://www.youtube.com/@PapodePreta/about. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Cocriadora de conteúdo para o canal *Papo de Preta* (2015), no YouTube. Palestrante, aborda temas relacionados a cultura afro-brasileira, sociedade, raça e gênero, população afro-brasileira e realidade social. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em jornalismo, internet, feminismo negro e produção comunicacional independente.

Imagem 4 - Maristela Rosa.



Fonte: *Papo de Preta* na plataforma Instagram (2022)[29]

Natália Aparecida Romualdo nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, no dia 22 março de 1993 e se autodeclara negra. É graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Palestrante, também atuou como analista de *Employee Branding*, co-criadora do Canal *Papo de Preta* (2015), analista de marketing, consultora de diversidade e inclusão e consultora de comunicação. Idiomas: Inglês, Francês e espanhol.

Imagem 5 - Natália Romualdo



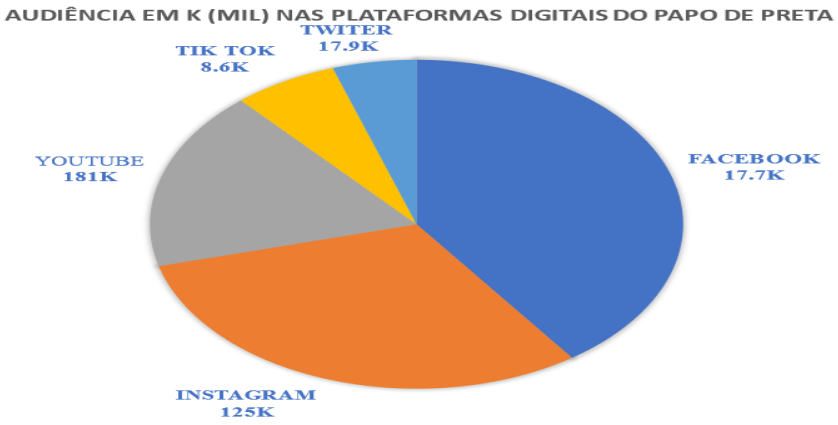
Fonte: *Papo de Preta* na plataforma Instagram (2022).[30]

[29] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CkHWbyMMbfy/. Acesso em: 23.abr.2023.

[30] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CcEcmB_OaVg/. Acesso em: 23.abr.2023.

Papo de Preta (2015) foi inscrito na plataforma em 27 de setembro de 2015, atualmente conta com 181 mil inscritos, 731 vídeos publicados e 8.911.948 visualizações (Dados coletados em 23.abr.2023). Também se encontra em diversas plataformas digitais e o gráfico abaixo ilustra sua audiência em cada uma delas.

Gráfico 6 - Audiência em K (mil) nas Plataformas Digitais do *Papo de Preta.*



Fonte: Elaboração própria com base nos dados divulgados pelas plataformas digitais: YouTube, Instagram, Twiter, Facebook, TikTok (2023).[31]

Conforme as informações apresentadas, a plataforma de maior audiência do *Papo de Preta* (2015) é o *YouTube*, objeto de estude desta investigação, que conta com a audiência de 181k (mil) seguidores. Ao acessar o canal, os internautas observam a informação de que o espaço é definido pela palavra *representatividade* e existe para dar vez e voz à mulher negra, abordando, pelo olhar de duas mulheres negras, a cultura pop, cotidiano, beleza e sociedade.

O trabalho e a visibilidade das Youtubers fizeram com que recebessem, em 2017, a medalha *Rosa Cabina* na Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo relevante serviço prestado com o canal. Em 2021 foram citadas pela revista *Forbes Brasil* como uma das referências no nicho de influenciadoras pretas.

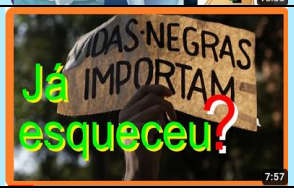
O engajamento de Maristela e Natália também levou o canal, em 2021, a ser selecionado pelo Fundo *Vozes Negras* do YouTube, um fundo global de apoio a *creators*

[31]Disponível em: https://www.youtube.com/c/papodepreta. Acesso em 26 de abr.2023.
Disponível em: https://www.instagram.com/papodepreta/. Acesso em 26 de abr.2023.
Disponível em: https://twitter.com/RosaMaristela. Acesso em 26 de abr.2023.
Disponível em: https://www.facebook.com/canalpapodepreta/?locale=pt_BR. Acesso em 26 de abr.2023.
Disponível em: https://www.tiktok.com/@papodepreta. Acesso em 26 de abr.2023.

pretos, uma seleção que envolve diferentes países, tais como, Quênia, África do Sul, EUA, Reino Unido e Brasil.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados 3 vídeos do canal *Papo de Preta* (2015) *para* serem utilizados nos encontros do grupo focal com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra. O quadro abaixo tenciona expor os dados e facilitar a compreensão.

Quadro 7 – Vídeos selecionados do canal *Papo de Preta* (2015)

TRÊS VÍDEOS SELECIONADOS DO CANAL PAPO DE PRETA		
Nome do Vídeo	**Miniatura**	**Ano de publicação**
Racismo na literatura[32]		28 de out. de 2020
Os filmes mais racistas da Disney[33]		19.ago.2020
Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?[34]		10. jul.2020

Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal Papo *de Preta* (2023).

4.3 Análise dos vídeos dos canais Spartakus *Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015)

Para desenvolver a análise dos vídeos, investigou-se as relações entre os conteúdos dos vídeos e os principais documentos que orientam a educação antirracista, tais como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.639/2003, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

[32] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=thIuJ-i5WRk. Acesso em: 03 de abril de 2023.

[33] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eElcgb1b_ak. Acesso em: 03 de abril de 2023.

[34] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yl9QpUtLNts. Acesso em: 03 de abril de 2023.

O objetivo dessa análise é verificar as configurações políticas promovidas por youtubers negros, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares, assim como investigar se os canais dos youtubers negros, *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) podem se constituir ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista.

Em primeiro plano, a Constituição Federal de 1988 em seu em seu artigo 5° inciso 42, visando instituir um Estado Democrático, define a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Pode-se depreender que não há Estado democrático, onde existem práticas racistas, porque democracia enquanto palavra de origem grega significa a junção dos termos *demos*, que representa povo e *kratein*, reinar, sendo assim, a grosso modo, o povo reina pelo interesse de todos.

Becker e Raveloson (2011, p.06-07) ensinam que os elementos chaves para que os estados sejam organizados, democraticamente, envolvem os direitos pessoais, ou seja, direito ao desenvolvimento pleno da vida, livre de toda forma de violência física ou simbólica. E os direitos políticos, que devem garantir a livre participação política, redução das desigualdades socioeconômicas, abastecimento básico para assegurar a sobrevivência, inclusive, para que os indivíduos possam ter acesso e permanência na escola.

A Constituição Federal de 1988 Inciso IV do Artigo 3º constitui como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, contudo, observa-se que a população negra apresenta os mais baixos índices socioeconômicos quando comparados aos grupos brancos, indicando que não há uma democracia racial.

Uma sociedade democrática, conforme Becker e Raveloson (2011, p.17), é organizada pelo pluralismo, logo, há diferenças de natureza política, econômica, religiosa, étnica ou outra, que concorrem entre si, mas não impedem o compromisso com todos, a produção de diálogos e a resolução construtiva de problemas.

Diante das desigualdades que dividem os distintos grupos étnicos brasileiros, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou Lei nº 9.394/1996, comprometida com a educação democrática para todos, regulamenta todo o sistema de ensino brasileiro conforme os princípios presentes na Constituição e acrescenta no artigo 26, inciso 4 que, o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Em 2003, a Lei 10.639, altera a LDB e torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Para tornar efetivo o ensino que regulamentado pela Lei, o Ministério da Educação e Cultura (Mec) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) criaram, em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes. Esses documentos explicitam quais são as atribuições das instituições de ensino, assim como os conteúdos que deverão ser contemplados para que de fato a educação seja democrática para todos, resultando assim, em uma educação antirracista.

A configuração política dos canais de *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) na plataforma do Youtube estão alinhados à educação antirracista em dois aspectos: primeiro, pelo compromisso com o previsto no artigo primeiro da Constituição Federal, que trata dos princípios fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana. E segundo, por estimular a formação de uma sociedade democrática, logo, antirracista, por meio da criação de conteúdo para a reeducação para as relações étnico-raciais.

Os vídeos analisados buscam descontruir o mito da democracia racial, ideia que nega a existência de racismo no Brasil. Eles não citam, as Leis previstas pela Constituição Federal de 1988, as quais tipificam o racismo, nem se aprofundam, teoricamente sobre o tema, mas trazem elementos capazes de auxiliar a compreensão das relações raciais de poder que atuam na manutenção do racismo brasileiro.

O conteúdo apresentado pelos *creators* relacionam-se à meta descrita no artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, posto que, corroboram com a promoção da educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma sociedade democrática.

A atuação política e educativa dos youtubers não substitui o papel dos educadores, já que não envolve a formalidade do sistema educativo, A escola deve seguir os princípios e fundamentos direcionados pelo Parecer 03/04 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no intuito de planejar, executar e avaliar o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Os canais auxiliam o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, logo, são considerados espaços formativos. Conforme Santos (2015, p. 38), compreende-se como

ambiência formativa as aprendizagens criadas em processos colaborativos, os quais perpassam as fronteiras do tempo e espaço físicos da sala de aula presencial e digitais, das redes sociais como o YouTube.

Tanto o canal *Papo de Preta* (2015), quanto o de *Spartakus Santiago* (2007) se constituem ambiência formativa pelas configurações políticas que dão forma e representam seus canais. Ambos possuem criadores jovens, com formação em comunicação, experiência em criação de conteúdo digital e são orientados por uma perspectiva politizada a respeito da educação para as relações étnico-raciais. Esse conjunto de características reúnem elementos potenciais para complementar práticas pedagógicas antirracistas.

O gênero utilizado pelos criadores é conhecido como *vlog*, uma forma de compartilhar informações e ideias por meio de vídeos. É semelhante ao *blog*, que tem a mesma funcionalidade, empregando para isto, o texto verbal escrito. Os principais elementos para elaboração dos vídeos selecionados são, primeiro, a escolha do conteúdo, o qual envolve um tema atual sobre a educação para as relações étnico-raciais.

Na sequência, ocorre a exposição do assunto, que se faz, a princípio, pela miniatura, que é uma prévia do vídeo em que o público terá o primeiro contato visual. Junto da miniatura apresenta-se o título, que traz uma boa noção do conteúdo que será exposto.

Os Youtubers demonstram a habilidade de edição dos vídeos fazendo a exibição mais interessante, a exemplo, a organização e ordem de apresentação das cenas, levando o internauta ao clímax, segurando-o até o fim do vídeo. Trata-se de um recurso persuasivo que se faz pelo uso de diversos artifícios, vão além das palavras, de modo que, utilizam efeitos de sobreposição de imagem, texto e som que quebram o padrão visual.

O *vlog*, por suas características, é um gênero textual multissemiótico, já que permite a exibição do conteúdo combinando diversas formas linguísticas, tal como a verbal (oral e escrita), visual (cor, foto, vídeo, ilustração) e sonora (música, áudio). Todos esses elementos ampliam os sentidos impressos no conteúdo, numa composição precisa, que visa informar, atrair e produzir engajamento.

Como trata-se de um contexto comunicativo, a linguagem corporal desempenha um papel fundamental na construção dos canais Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015). A roupa utilizada, as texturas, cores, o corte e tom dos cabelos e a maquiagem, todos esses detalhes impactam diretamente na atenção dos seguidores. O quadro abaixo intui demonstrar a linguagem corporal dos *creators*.

Como trata-se de um contexto comunicativo, a linguagem corporal desempenha um papel fundamental na construção dos canais, portanto, a roupa utilizada, as texturas, cores, o corte e tom dos cabelos e a maquiagem, todos esses detalhes impactam diretamente na atenção dos seguidores.

Quadro 8 - Linguagem Corporal

Papo de Preta	Spartakus Santiago
 ÚLTIMO VÍDEO DO CANAL? - Papo de Preta	 PLAYLIST: HINOS LGBT+ BRASILEIROS ft. Louie Ponto...

Fonte: Autoria própria com base nos canais Papo *de Preta*[35] e *Spartakus Santiago*[36] (2023).

Natália Romualdo e Maristela Rosa utilizam adornos e penteados que remetem a ancestralidade das mulheres negras, por exemplo na miniatura acima, Maristela usa turbante, um tecido sobre a cabeça, que exalta várias simbologias e memoriza a diáspora africana.

Enquanto Natália exibe tranças, as quais revelam múltiplos significados na cultura afro-brasileira. Já foram ferramentas que traçavam rotas de fuga de escravizados e também marcaram status social e religioso. Ao passo que, Spartakus destaca seus cabelos crespos, em tom de loiro. Usa brinco e piercing, adornos muito comuns na cultura jovem.

Ao navegar por ambos canais se percebe que não há monotonia na linguagem corporal dos youtubers, os quais mudam, constantemente, de aparência. Maristela e Natália do *Papo de Preta* (2015) aparecem com diversos tipos e cores de tranças. As *leices* também compõe o visual, os quais são complementados com batons vermelhos, pretos, azuis e roxo. Os cabelos naturais também são evidenciados, com frequência, ressaltando a estética negra.

---

[35] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iaoRU1MZeVU&t=1s. Acesso em: 01.jul.2023

[36] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ZmCRc9CxTM. Acesso em: 01.jul.2023

Spartakus está sempre inovando, usa *dreadlocks,* cabelo curto com riscado, mais comprido e às vezes tingido. Sua linguagem corporal, exibida pelos cabelos e adereços, exaltam o legado e as raízes africanas, reafirmando o conteúdo e a ideias defendidas pelo canal.

No geral, as cores empregadas são, predominantes, quentes, vibrantes, descontraídas, irreverentes e alegres como os youtubers. Todos esses componentes construídos pelos *creator*s e emitidos pelo conjunto da identidade visual expressam as ideias, valores e o propósito dos canais.

Entre todos os códigos que compõem a comunicação, o conteúdo dos vídeos é o protagonista do engajamento, a cereja do bolo, portanto, vale investigar quais deles atraiu mais os internautas. Dos três vídeos selecionados do canal *Spartakus Santiago* (2007), um, em especial, instigou mais a atenção do público. O quadro abaixo intui complementar a informação.

Quadro 9 - Métricas dos vídeos selecionados do canal *Spartakus Santiago*

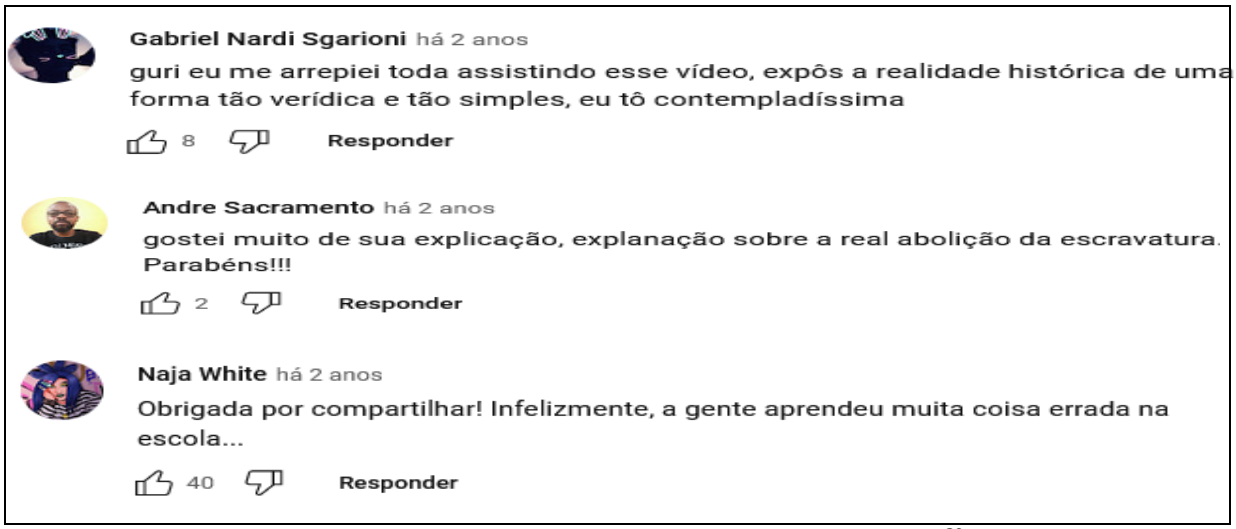
MÉTRICAS DOS VÍDEOS SELECIONADOS DO CANAL *SPARTAKUS SANTIAGO*				
Nome do vídeo	**Ano de publicação**	**visualizações em 30 abr. 2023**	**Duração**	**Comentários**
O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala	12.mar.2020	14.563	9min 20s	85
Por que Isabel não era fada sensata?	13.mai.2020	77.458	6min 31s	959
Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra	10.nov.2020	16.051	6min 10s	39

Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal *Sapartakus Santiago* (2023)[37].

Como observado no quadro acima, o vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* foi, notoriamente, o conteúdo que mais chamou a atenção do publico em geral, tanto no que concerne ao número de visualizações, quanto ao número de comentários. O quadro abaixo, ilustra alguns comentários de seguidores em reposta ao vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* de Spartakus Santiago.

[37] Dados coletados no canal Spartakus Santiago em: 30.abr.2023.

Quadro 10- *Feedbacks* dos internautas



Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal *Spartakus Santiago* (2023)[38]

O vídeo apresenta duração de 6min 31s, conta com 77.458 visualizações e 959 comentários dos internautas, uma mobilização que propicia novas reflexões acerca da história dos negros no Brasil e consequentemente, sobre as relações étnico-raciais na atualidade.

Seu conteúdo contradiz a história, difundida nas escolas, de que a princesa Isabel era uma fada sem defeitos, uma branca salvadora que libertou os negros da escravidão. Spartakus (2007) argumenta que, na realidade, o que deveria representar a liberdade marcou o início de um processo desumano de desigualdade racial e social.

A narrativa mostra a falta de políticas públicas com vistas a atender as demandas da população negra após a promulgação da Lei Áurea. Para o youtuber há uma construção de uma imagem idealizada, uma pessoa branca redentora, uma *fada sensata* que em um ato de bondade libertou os escravizados. Segundo Spartakus o ocorrido envolve pressão interna, marcada pelas revoltas dos escravizados e dos abolicionistas, bem como pressão externa, da Inglaterra.

Ao longo dos encontros com os alunos do Ensino Médio, observou-se que o vídeo apresentou novos conhecimentos em relação ao que eles haviam aprendido sobre o dia 13 de maio de 1888. O quadro 12 ilustra alguns comentários em reposta ao vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* de Spartakus Santiago.

[38] Dados coletados no canal Spartakus Santiago em: 03.mai.2023.

Quadro 11- *Feedbacks* dos estudantes

Aluno	Comentário
Aluno 6	"A história da princesa Isabel, aquela imagem dos escravos todo mundo sorrindo, indo pra casa, e tipo não foi nada disso."
Aluno 5	"[...]porque todo mundo realmente exalta a princesa e [...]como se isso fosse um ponto final e que não tivesse uma continuação ou no caso uma anterior né?"
Aluno 4	"Estudei desde o sexto e sétimo ano, sempre um conteúdo básico eles não contam a verdadeira história pra gente assim nossa por que será que eles não colocaram isso no livro né?" "Treze anos na escola pra descobrir agora como é que aconteceu." "Nos livros de escola, não explica detalhadamente como é que foi as coisas."
Aluno 7	"A gente aprendeu como ele falou veio a princesa Isabel os escravos foram soltos e foi basicamente isso."

Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022)

Os saberes expostos pelo *creator* leva os estudantes a questionarem o conteúdo veiculados nas escolas como narrativas de uma história única, assim como propicia condições para dialogar sobre a realidade vivenciada pela porpulação negra atualmente.

A linguagem de todos os vídeos é informal, descontraída, como se estivessem conversando com um amigo, sem tanta preocupação com as normas gramaticais. Pode-se observar tais características no trecho abaixo, do vídeo *Por que Isabel não era fada sensata? A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea* de Spartakus Santiago.

> Hoje eu vou contar a verdade sobre o treze de maio, o dia da abolição da escravidão no Brasil. Muita gente aprendeu na escola né, que uma *fada sensata* chamada Isabel ficou com pena dos negros e aí, no gesto de boa ação, resolveu assinar a Lei Áurea, libertar todos eles, e aí as portas das senzalas foram abertas, as correntes se partiram e aí, os negros saíram de lá e foram livres, felizes para sempre. Só que não foi bem assim né, não dá para ser ingênuo e achar que a escravidão acabou desse jeito, tão *fofo*, vamos entender o que realmente aconteceu [...]

Fada sensata é um neologismo que significa uma mulher de atitude coerente, de bom senso, utilizado para elogiar mulheres defensoras dos direitos humanos, da igualdade racial, da livre orientação sexual e da autonomia religiosa. O termo é bastante conhecido nas redes sociais e é empregado pelo *creator* no título do vídeo para aproximar e atrair seus seguidores.

O tema do vídeo envolve o que é proposto por Brasil (2004, p.22) quando orienta que o ensino se fará por intermédio de diferentes metodologias, ao longo do ano letivo, com o propósito de divulgar a história do Brasil e a participação dos negros, tais como Zumbi dos palmares, nos âmbitos social, econômico e cultural. E também se aproxima do que prevê a Lei 10.639/2010 ao estabelecer que a data 20 de novembro, no Art. 79-B., seja incluída no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra.

O Vídeo de Santiago, acerca da temática, auxilia a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, em virtude de expor uma narrativa, sobre a data 13 de maio, como uma atualização das formas de exploração da população negra. Em contrapartida, evidencia o 20 de novembro como a data de morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares, que, conforme o youtuber, pode libertar mais que a Lei Áurea.

Vale ressaltar, que o conteúdo não se trata de uma aula formal, que no Ensino Médio, só pode ser ministrada por um professor formado em licenciatura. Uma aula faz parte de um conjunto organizado e sistemático de conteúdos ministrados em uma etapa da educação Básica, pensada pela comunidade escolar e pelos documentos que regem tal instituição.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 preconiza que, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Enquanto a educação escolar, se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Posto isto, os vídeos dos canais selecionados para pesquisa não substituem o trabalho dos educadores na implementação da Lei 10.639/2010, eles complementam e propiciam reflexões sobre a educação para as relações étnico-raciais, gerando grande engajamento dos internautas.

A análise das métricas dos vídeos selecionados apontam que há procura e interação com os youtubers e com a temática. No canal *Papo de Preta* (2015), o vídeo *Os filmes mais racistas da Disney* tiveram maior engajamento. O quadro abaixo tenciona ilustrar os dados.

Quadro 12- Métricas dos três vídeos selecionados do canal *Papo de Preta*

MÉTRICAS DOS TRÊS VÍDEOS SELECIONADOS DO CANAL *PAPO DE PRETA*				
Nome do vídeo	**Ano de publicação**	**visualizações em 30. abr. de 2023**	**Duração**	**Comentários**
Racismo na literatura	28.out.2020	9.967	14min34s	361
Os filmes mais racistas da Disney	19.ago.2020	48.520	16min 29s	971
Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?	10. jul.2020	6.023	7min56s	191

Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal *Papo de Preta* (2023)[39].

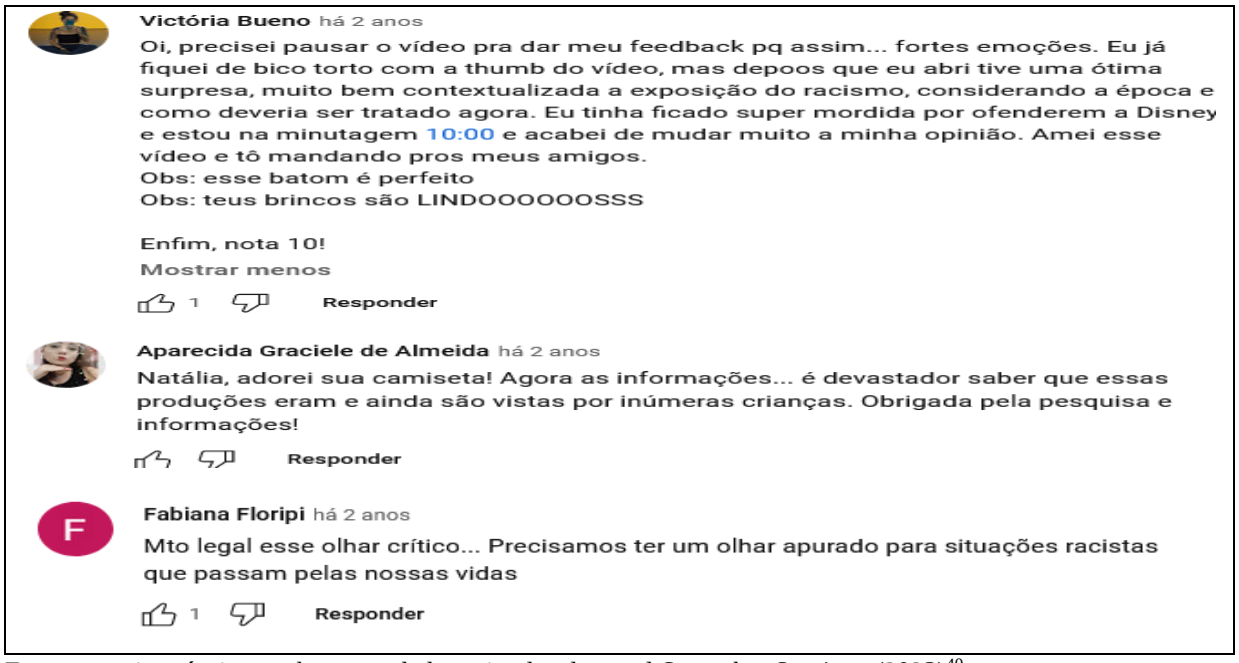
O conteúdo que chamou tanta a atenção dos seguidores é desenvolvida pela análise de Natália Romualdo e critica os Filmes da Disney que manifestam racismo em seu conteúdo, estereotipando a população não-branca.

[39] Dados coletados no canal Papo de Preta em: 30.abr.2023.

Segundo a *creator*, Walt Disney Company lançou a plataforma de serviço *streaming* por assinatura Disney+ *Brasil*, onde a maioria de suas criações, mesmo aquelas racistas, a exemplo a Canção do sul (1946), Fantasia (1940), Dumbo (1941), Pocahontas (1995) a Princesa e o sapo (2009) foram disponibilizados.

Natália detalha cada cena de racismo explícito e revela que o único alerta de conteúdo racista, se trata da seguinte frase: *"programa é mostrado como criado originalmente e pode conter retrato culturais antiquados"*. Entre os comentários é possível observar que os internautas fazem um *feedback* muito positivo a respeito do vídeo. O quadro abaixo trata-se de uma amostra dessa interação.

Quadro 13- *Feedbacks* dos internautas



Fonte: autoria própria com base nos dados oriundos do canal *Spartakus Santiago* (2023)[40]

Muitos comentários avaliam o conteúdo como pertinente e necessário diante da exposição das crianças e adolescentes às atitudes racistas em um *streaming* de entretenimento. Quanto ao retorno dos estudantes no grupo focal, este vídeo representou o segundo tema que mais gerou engajamentos dos alunos, sendo o primeiro o vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* do canal Spartakus Santiago.

As informações exibidas no vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* do canal Spartakus Santiago e Os *filmes mais racistas da Disney* do *canal Papo de Preta não* são novidades nas discussões promovidas pelo movimento Negro, nos grupos de estudos, na

[40] Dados coletados no canal Spartakus Santiago em: 03.mai.2023.

literatura sobre a educação para as relações étnico-raciais. Contudo, a métrica dos vídeos e o grau de interação dos seguidores indicam que há alguma relevância política e social nesses conteúdos que mobilizam os internautas e os estudantes.

O vídeo o *Outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala* de Spartakus Santiago (2007), critica uma série que representa Marielle Franco, mas não emprega pessoas negras na direção ou autoria da obra. O *creator* questiona se isso de fato é uma representação positiva ou apenas uma estratégia pra simular atitudes antirracistas.

A literatura aponta que o cinema sempre foi um território que favoreceu a presença de pessoas brancas. O Cinema Nacional produzido pelo olhar hegemônico branco, por muito tempo, negou a centralidade dos enredos ao povo negro, relegando a estes a contraposição a figurantes brancos e a representação estereotipada do conformista *preto velho*, da cuidadora *mãe-preta*, do *negro de alma branca*, que teve acesso à educação e se integrou aos grupos brancos, do ativista *negro revoltado*, do *negão* sedutor, do *malandro* que busca vantagens para não trabalhar, da doce e meiga *musa* negra e o mais atual, o *favelado*, que sofre com o subemprego e violência (RODRIGUES, 2011, p. 1-53).

É justo evidenciar, os avanços da participação da população negra na cinematografia brasileira com o Teatro Experimental do negro, que data de 1944, sendo idealizado por Abdias Nascimento no Rio de janeiro. O projeto visava alfabetizar, desenvolver a consciência política e racial sobre o contexto nacional da época, bem como, orientar práticas de atuação em cena.

Atualmente, ainda há lacunas no que se refere à representatividade da população negra no espaço cinematográfico, confirma os dados apresentados por Rufino (2018, p. 20-21) ao divulgar o relatório de *Diversidade de Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros de longa-metragem em 2016, que* nenhuma mulher negra esteve à frente das direções, os negros somaram 2,1%, enquanto homens brancos representaram 26,2%, perdendo apenas para as mulheres brancas, que ocuparam o primeiro lugar na ocupação, com o total de 36,9%.

A ausência de pessoas negras em cargos de direção dos longa-metragem indica um marcador do racismo à brasileira, o qual nem sempre é percebido e reconhecido por toda população, mas constitui um grande impedimento dos negros às ocupações de maior prestígio e à ascensão social.

O Movimento negro e demais pessoas engajadas na temática educação para as relações étnico-raciais sempre exigiram os direitos preconizados pelo Estado democrático, fato que

possibilita observar que, gradativamente, mais pessoas negras ocupam os mais diversos âmbitos sociais.

Em 2010, a Lei nº 12.288/2010 instituiu Estatuto da Igualdade Racial que publica as diretrizes destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O capítulo VI, artigo 43 do Estatuto da Igualdade Racial trata os meios de comunicação e regulamenta a organização e funcionamento das produções de filmes e programas de televisão para que seja conferido oportunidades iguais, vedando qualquer tipo de discriminação. Diante dessas diretrizes, constata-se que o jovem Spartakus não faz apenas uma crítica, seu conteúdo é provocativo, soando mais como uma denúncia de uma prática irregular e discriminatória contra os diretores negros.

Spartakus retrata a noção de representação simbólica, que se manifesta, entre outras formas, no modo como as empresas brasileiras utilizam a imagem de pessoas negras na publicidade, mas não as empregam em cargos de liderança. O youtuber chama este fenômeno de performance, um produto da mídia que esvazia a luta antirracista e visa mascarar a manutenção da subalternização de pessoas negras.

Representar significa empregar a linguagem para apresentar, descrever, retratar, em outras palavras, construir uma imagem sobre o mundo a alguém. Esta apresentação pode gerar um significado positivo ou negativo a depender dos interesses do indivíduo ou instituição que possui o poder para representar entre os membros de uma cultura (Hall, 2016, p.31-33).

O *creator* possibilita refletir sobra a representatividade de pessoas negras nos espaços públicos, uma vez que, instiga a analisar qual é o impacto cultural da presença negra, seja na publicidade, filmes ou novelas. Assim como, orienta relacionar essa presença aos seus bastidores, verificar se a empresa que utiliza negros em sua publicidade possui também em cargos de chefia, observar se há negros na direção das novelas, filmes, e quais as representações simbólicas estão associadas às personagens.

Quanto ao vídeo Como *pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra, Spartakus* Santiago compartilha um PDF (Portable Document Format) da dissertação intitulada *UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense. Spartakus (2007) explica, brevemente, como as Unidade de

Polícia Pacificadora (UPPs) fortalecem o Estado penal e circunscreve a população pobre e negra nos guetos e prisões.

De acordo com o Instituto Marielle Franco (2023), a socióloga, mestra em administração era uma mulher negra que vivia na favela da Maré. Eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos e também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14 de março de 2018 Marielle e o motorista Anderson Pedro Gomes foram assassinados quando o carro onde estavam foi alvejado 13 vezes por tiros. Até o momento não se sabe quem foi o mandante do crime. Franco é uma gigante que ultrapassou as fronteiras de seu Estado tornando-se referência na luta pelos direitos humanos.

O conteúdo apresentado por Spartakus Santiago no vídeo Como *pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra* vai ao encontro do que proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.22) em que explicita que o ensino se fará por diferentes meios, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social.

O vídeo *Racismo na literatura*, que está disponível no canal *Papo de Preta*, é apresentado por Natália Romualdo e traz para o debate estereótipos presentes em obras clássicas da literatura brasileira, dado que muitas delas fazem parte do currículo do Ensino Médio. A *influencer* cita os seguintes obras e autores: Sítio do Picapau Amarelo (Monteiro Lobato), Fragmentos escritos (Fernando Pessoa) Casa Grande e Senzala (Gilberto Freyre), A Escrava Isaura (Bernardo Guimarães) e O Cortiço (Aluísio Azevedo).

Segundo a jornalista, para além de realizar a leitura dos autores é preciso descontruir essas narrativas racistas, juntamente dos estudantes, buscando uma literatura que represente, positivamente, a população negra e indígena.

Para Bhabha (2013, p. 118-124), o discurso do colonizador fixa a alteridade numa representação imutável, desordenada, contínua e demoníaca. O colonizado é apresentado como degenerado com base nos traços fenotípicos, justificando a dominação e exploração. A intervenção nesse jogo de interesses e poder deve ser deslocado do ato de reconhecer imagens positivas ou negativas para a compreensão dos processos de subjetivação tornados possíveis por meio do discurso do estereótipo.

A educação antirracista precisa dar visibilidade à atuação dos negros no país e também descontruir estereótipos que fixam essa população em local de inferioridade. Tais rótulos são criados socialmente e compartilhados, de geração em geração, por intermédio da linguagem.

Sobre o vídeo, todos estudantes manifestaram a percepção da existência do racismo na atualidade, entretanto não externalizaram a importância de dialogar sobre essa literatura no presente. De acordo com o estudante 4, "querendo ou não ainda tem racismo no Brasil, mas voltar no passado não seria algo que faria as pessoas abrirem os olhos. Acho que deveria focar mais no presente."

O presente é formado por uma trama complexa que se inicia no passado, logo, esse mergulho histórico torna-se inevitável. Segundo Brasil (2004, p. 20), o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias.

Há uma forte relação entre o presente e o passado no que se refere aos clássicos citados por Natália Romualdo no vídeo *Racismo na literatura* posto que, os livros fazem parte dos acervos escolares e são obras recomendadas por vestibulares, portanto, essas passagens racistas afetam diretamente a todos os estudantes.

Os estudantes negros são prejudicados por serem representados por meio de estereótipos, inferiorizando-os, e os brancos, por serem colocados como superiores aos demais grupos, o que pode corroborar com a reprodução do racismo e da discriminação. Então, dialogar sobre tais obras é tanto tratar o passado, quanto o presente, uma vez que possibilita questionar as representações da alteridade, bem como analisar o exercício do poder colonial produzido pela linguagem e compartilhado socialmente.

Ainda no mesmo vídeo, o *Papo de Preta* (2015) incentiva a pluralidade ao incentivar a leitura de autores negros, uma prática que vai ao encontro do proposto pela Lei 10.639/2003 no artigo A, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e acrescenta no parágrafo 2º, que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial de Literatura, assim como História e Educação artística.

A literatura é uma estratégia, dos escritores negros, de confrontar formas de racionalidade que se apoiam no terror sistemático do passado para administrar o poder político, cultural, econômico. A mudança que está acontecendo, promovida pelos movimentos sociais, rumo a hibridez e às memórias do racismo, tem um valor legitimo, no

sentido de propiciar um novo tipo de política, em que o centro não será mais a questão racial, mas sim, o desenvolvimento justo e sustentável como forte resposta ao poder absolutista (GILROY, 2001, p. 406 - 415).

As youtubers Romualdo e Rosa reconhecem que escritores negros conscientes e engajados na luta antirracista contribuem com a representação positiva da população negra, que soma, atualmente, 56% da população brasileira, conforme o IBGE (2022). Consequentemente, as *creators* dialogam com o conteúdo estabelecido pela Lei 10.639/2003 e com as Diretrizes curriculares Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O canal *Papo de Preta* (2015) envereda as relações de poder presentes nas mídias e exercidas pela hegemonia branca que determinam quanto tempo deve ser dedicado ao tema racismo. Maristela Rosa, no vídeo *Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?* faz uma crítica à ação de indivíduos, meios de comunicação tradicionais e mídias sociais do Brasil orientados pelo eurocentrismo, os quais negligenciam o tema racismo no Brasil, mas diante do trágico caso ocorrido com George Floyd, no dia 25 de maio de 2020, buscam pessoas pretas para tratar a temática.

Isso ocorre somente em momentos específicos, desconsiderando a constante falta de visibilidade e oportunidade desses grupos, bem como, o frequente genocídio da população negra no país. A abordagem dada, pelas mídias brasileiras, ao conteúdo se compromete mais em aumentar a audiência em momentos pontuais, do que com a efetiva responsabilidade com a pauta antirracista.

A análise desenvolvida pelo canal *Papo de Preta* (2015) pode gerar mudança na percepção, tanto de estudantes, quanto de educadores, sobre a realidade racial brasileira e indiretamente, impactar a permanência de alunos negros no Ensino Médio. Os dados estatísticos sobre o abandono escolar nessa etapa da Educação Básica demonstram a desigualdade que atinge, principalmente a população negra.

O relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2019, p. 10) do quantitativo de 50 milhões de jovens entre 14 a 29 anos no Brasil, 20, 2% não concluíram o Ensino Médio, seja por abandono escolar ou por nunca terem frequentado. Entre os 10,1 milhões de estudantes nessa situação, considerando o recorte de cor e raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos.

Com vistas a garantir a igualdade social, Brasil (2014, p. 33) institui objetivo de número 8, que compõe as 20 Metas do Plano Nacional de Educação, com atenção especial à

população negra, bem como a população do campo e mais pobre, as quais ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social.

> Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tendo em vista a desigualdade educacional que afeta a população negra, as Metas do PNE de 2024 a 2034 terão muitos desafios, os quais se tornaram ainda mais intensos com a pandemia da covid-19 e a redução de investimentos em educação a partir de 2016. Portanto, políticas públicas que valorizem a educação e o Ensino das relações étnico-raciais pode transformar essa realidade excludente e expandir a comunicação por meio de saberes e valores da diferença.

Quando os youtubers estimulam mudanças de percepção acerca da compreensão das relações raciais desiguais de poder, corroboram com práticas educativas assim como, criam em seus canais espaço de ambiência formativa informal, contribuindo com a educação antirracista em ambientes escolares.

Marques dos Santos (2022, p. 141) verificou como as informações disseminadas pelo canal *Papo de Preta* (2015) impactam os internautas e concluiu que o conteúdo transforma as percepções raciais, assim como impacta a formação das identidades.

Santos Ribeiro (2022, p. 154) analisou o canal *Papo de Preta* (2015), na plataforma do *YouTube* e verificou que o conteúdo publicado impacta a formação das identidades dos internautas, uma vez que modifica as percepções raciais a partir da informação disseminada nos vídeos.

Espaços formativos como os canais de *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de preta* (2015) corroboram com a efetivação de praticas educativas antirracistas em ambientes escolares, por meio de um posicionamento critico, político em prol da igualdade racial.

Além de retratar a realidade, esses atores trazem elementos de análise que, muitas vezes, não circulam nas salas de aula. O olhar politizado dos youtubers revelam hierarquias, relações de poder as quais têm assegurado a manutenção do racismo e essas interpretações favorecem novas leituras sobre as relações étnico raciais.

Retomando aqui o tópico que trata a BNCC, no que tange à implementação da Lei 10.639/2003, verificou-se que a educação para as relações étnico-raciais é nominada como diversidades, no entanto, não há uma definição evidente do termo. Vale ressaltar que, as orientações da normativa incentivam respeitar as diversidades, mas em nenhum fragmento orienta o desenvolvimento de práticas educativas as quais analisem as relações de poder no que concerne a construção social das diferenças e diversidades.

Sendo assim, os youtubers vão na contramão da BNCC, pois não fazem pedidos para que as diversidades sejam respeitas ou valorizadas. A proposta dos *creators* é crítica e ativa, já que produzem analogias entre o passado e o presente para explicar o racismo na atualidade, revelando as hierarquias raciais ainda vigentes no país.

O ativismo dos canais é planejado e intencional, desde a definição de objetivos, às estratégias comunicativas, visando tornar o conteúdo inteligível, rápido e simples. Esse trabalho é orientado e avaliado pelas métricas, oferecidas pela plataforma do YouTube, que servem para confirmar quais medidas produzem maior engajamento.

Essa gama de recursos e aparatos comunica bem com o universo jovem, porque são dinâmicos, curtos e precisos, já as aulas formais, geralmente, são longas e têm a figura do educador como o protagonista da comunicação.

Arroyo (1992, p.46-47) afirma que o sistema educativo brasileiro apresenta um posicionamento político de exclusão. Trabalha há anos com a cultura do fracasso, com preconceitos de raça, gênero e classe, buscando construir um conjunto de habilidades e competências.

A aprendizagem, nesse contexto, é adultocêntrica, os educandos passam entre 4 e 5 horas sentados nas salas de aula, entretanto, o espaço e as linguagens que formam a educação escolar se organizam a partir dos adultos. Não se trata de uma postura dos educadores, mas o sistema educativo foi planejado em sua organização para ter esse aspecto.

Cavalcante (2021, p. 212-213) explica que o adultocentrismo tem o olhar focado na figura do adulto, por isso desconsidera a fase de vida da criança e adolescente, compreendendo-a apenas como um momento de transição para a fase mais importante, ou seja, a do homem ou mulher desenvolvidos, maduros.

Desconstruir essa visão, perpassa por observar e reconhecer a agência das crianças e adolescentes, logo, ouvi-las, faz parte de uma prática social que considera suas necessidades e atitudes, contribuindo com o rompimento com o paradigma de que os adultos são superiores às outras fases da vida.

Os jovens na atualidade nasceram em um momento histórico em que a tecnologia é um elemento marcante e interfere na participação social. Contudo, as mudanças ocorridas no espaço escolar, no que concerne às tecnologias da informação, são lentas e conservadoras. Em muitas escolas os smartfones são proibidos, os laboratórios de informática não possuem bom funcionamento e o acesso à internet é limitado.

Os vídeos dos youtubers quebram esse padrão de comportamento e criam uma dimensão educativa, uma vez que todo o seu planejamento é elaborado para dialogar com o jovem. Todos os elementos da comunicação, a linguagem corporal, visual, sonora, o tempo dos vídeos são pensados, estrategicamente, para esse público. Todos esses fatores presentes nos vídeos podem corroborar com a prática educativa de professores empenhados na efetivação da lei 10.639/2003 e na emancipação do universo juvenil por intermédio da educação democrática e antirracista.

4.3.1 Dessencialização de Youtubers negros

Ao navegar na plataforma do YouTube, nota-se que há *creators* negros falando sobre uma variedade de temas, ser negro não circunscreve o indivíduo numa pauta racial. Desse modo, selecionou-se, aleatoriamente, no Youtube 4 criadores negros de nichos diversos.

Imagem 6- ***Nath Finanças***

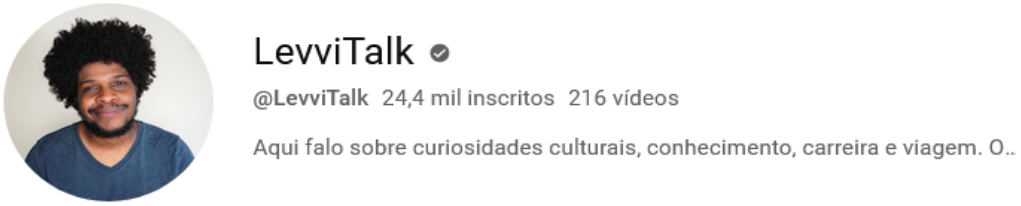


Fonte: Autoria própria com base no Canal *Nath Finanças* no YouTube (2023)[41].

A *Nath Finanças* ensina educação financeira, de maneira prática e promete auxiliar seus seguidores a saírem do vermelho, fazendo melhor uso de seus recursos.

[41] Disponível em: https://www.youtube.com/@NathFinancas/about.Acesso em: 29. jun. de 2023.

Imagem 7- *Levvi Talk*



Fonte: Autoria própria com base no Canal *Levvi Talk* no YouTube (2023)[42]

Levvi aborda curiosidades sobre diversos países, dialoga sobre cultura, trabalho, carreira e viagens de modo leve e descontraído.

Imagem 8: *Black Pipe Entretenimento*



Fonte: Autoria própria com base no Canal *Black Pipe Entretenimento* no YouTube (2023)[43]

Black Pipe Entretenimento é um canal que tem o foco no Universo Geek, Música e Lifestyle. Os criadores desse canal dialogam acerca da conexão entre esses universos, que para eles, não são tão distintos.

Imagem 9- *Programação Dinâmica*



Fonte: Autoria própria com base no Canal *Programação Dinâmica* no YouTube (2023)[44]

[42] Disponível em: https://www.youtube.com/@LevviTalk/about.Acesso em: 29. jun. de 2023.

[43] Disponível em: https://www.youtube.com/@BlackPipe/about.Acesso em: 29. jun. de 2023.

[44] Disponível em: https://www.youtube.com/@pgdinamica/about. Acesso em: 29. jun. de 2023.

O canal *Programação Dinâmica* propõe ensinar sobre programação, ciência de dados, machine learning e inteligência artificial, também promovem discussões sobre novas tecnologias e seus impactos na sociedade.

Os Youtubers citados são uma mostra da variedade de temas produzidos por pessoas negras na maior plataforma de vídeos do mundo. O conhecimento sobre as relações étnico-raciais não é intrínseco aos grupos negros, logo, enquadrar os Youtubers em um único nicho ou tema é uma forma de racialização pela via de naturalização e essencialização, como se as habilidades para tratar o assunto fossem da essência do indivíduo negro, ou seja, características genéticas.

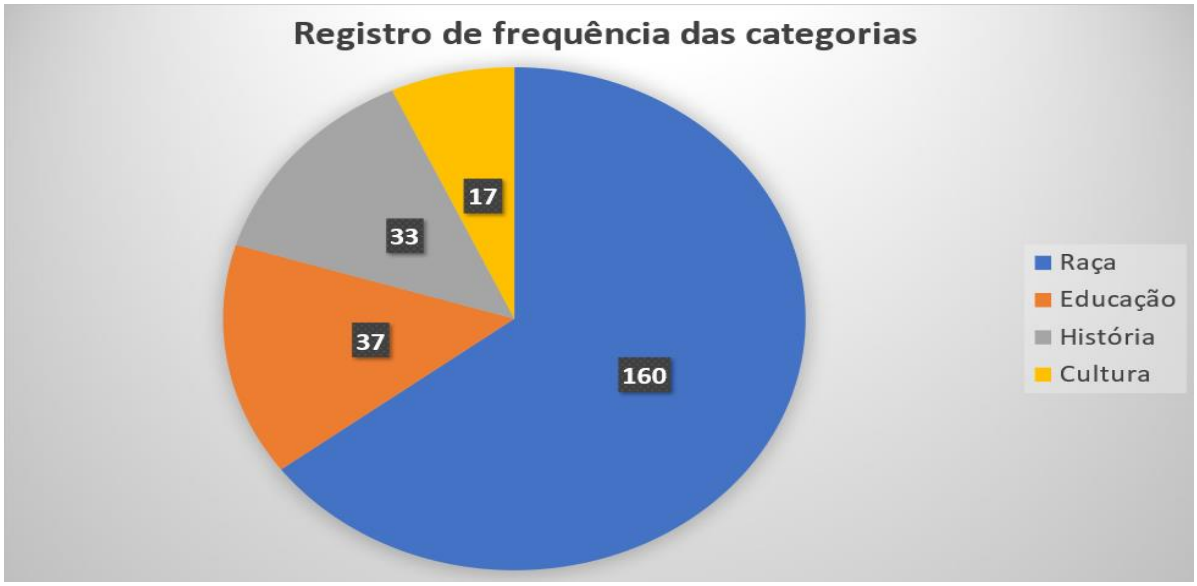
O que pode sensibilizar pessoas negras a estudarem as relações étnico-raciais é a necessidade provocada pelo racismo como experiência social compartilhada, contudo não se pode generalizar, porque a população negra é diversa e isso está refletido em seus posicionamentos, seja político, cultural ou social.

5 ALUNOS CONECTADOS: UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PELOS ATIVISMOS DIGITAIS

Cada vez mais os alunos têm acesso aos diversos conteúdos compartilhados por meio do uso da internet e pelos dispositivos móveis. Pensando nisso, buscou-se implementar a proposta de promoção da educação antirracista pelos ativismos digitais visando analisar se o uso dos conteúdos compartilhados por youtubers negros, no ano de 2020, se constituem ferramenta potencializadora de promoção da educação antirracista com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra.

Para isto recorreu-se à técnica análise temática ou categorial que integra o conjunto de técnicas do método de análise de conteúdo de Bardin (1977). Seguindo as fases da análise, desenvolveu-se a pré-análise, definição do corpus e a leitura flutuante para, posteriormente, definir as categorias temáticas da pesquisa. A escolha deu-se pelo agrupamento semântico (significado dos códigos) e expressivo (o que o estudante quis dizer), de modo que o número de registro totalizou a frequência de 247 vezes. Valor que, após as divisões por temáticas, resultou nas seguintes categorias: história, raça, cultura e educação, as quais são desdobradas em subseções para favorecer a exposição sistemática dos dados. O gráfico abaixo indica o número de frequência de cada categoria.

Gráfico 7- Registro de frequência das categorias



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Das 247 unidades de registro, a categoria raça ocupou a maior parte das falas, com uma porcentagem de 65% do total, seguida pela categoria educação com 15%, a categoria

história com valor 13% e por fim, a categoria cultura que apresentou 17% das unidades de registro.

Como estratégia de análise e interpretação dessas categorias buscou-se a construção de uma explicação por meio das unidades de registro formadas a partir das comunicações oriundas do grupo focal as quais estão apresentadas na sequência.

5.1 Categoria História

Após a exibição dos vídeos, evidenciou-se diversas manifestações que trazem questionamentos e apontamentos sobre a vida dos negros apresentada na história reproduzida pela escola e pelos livros didáticos.

O Aluno 4 questiona-se: "Por que, principalmente, em história**,** não se fala sobre isso?" E segue, "[...] (Na escola) é sempre um conteúdo básico. Eles não contam a verdadeira história pra gente, assim nossa. Por que será que eles não colocaram isso no livro né?".

Aprendeu-se com Hall (2006), na seção 2, que a formação de uma identidade nacional perpassa pela escolha da história contada, dos símbolos, da linguagem, da cultura, literatura, cinema, entre outros importantes elementos que formam o sentido de pertencimento. Esse sentido é narrado e representado, de geração em geração, fixando na memória coletiva a ideia de nação unificada.

Para que estes componentes sejam selecionados, outros precisam ser excluídos. No Brasil, a identidade nacional é construída, especialmente, de forma europeizada, relegando aos negros e indígenas representações estereotipadas, as quais subalternizam suas identidades.

A construção dessa identidade nacional não é passiva, desse modo, os grupos privilegiados pelo processo precisam assegurar seus lugares nesta hierarquia. Para isso, as tentativas de esquecimento e aniquilação, que foram discutidas na seção 2, visam continuar a atuar sobre os grupos subalternizados.

Para Kehinde, em Gonçalves (2009), passar pela árvore do esquecimento significou trocar o próprio nome, perder a família, se distanciar de sua cultura e não frequentar a escola. Atualmente, as tentativas de esquecimento e aniquilação se reproduzem na escola ao negarem o direito à aprendizagem, sobre a educação, para as relações étnico-raciais. O aluno 6 memoriza que,

> No caso da pessoa negra ela assume uma função na história dos familiares, porque ele faz parte dessa história e não um simples branco ditador impondo, tipo

> mostrando como foi mais uma visão da vítima que viu tudo que aconteceu. Porque tipo, sei lá, sexto até o oitavo não tinha essa visão. Não sabia de nada disso. Era só o básico da história mesmo. Não tinha essa visão de como eles foram de certa forma prejudicados. Não lembro, mas acho que não foi na escola. Eu acho que foi mais tipo de ouvir palestras alguma coisa assim. Algo dinâmico, mas não na escola [...]

Sirqueira (2022, p. 136-137), afirma que após a implementação da Lei 10.639/2003 os livros didáticos, analisados pela pesquisadora, passaram por uma mudança que inclui ao menos unidade ou um capítulo tratando a temática das relações étnico-raciais. No entanto, as imagens, em sua maioria, continuam a retratar os negros por meio de pintores europeus.

É inegável que a Lei 10.639/2003 ventilou mudanças nos espaços escolares, entretanto, os alunos, em acordo com o estudante 6, ainda carecem de estratégias educativas e materiais que contemplem os artigos propostos pela Lei. Defende-se, neste estudo, que atualmente, ainda sobrevive, na escola, orientações educativas para a construção de uma identidade nacional, sobretudo, reproduzidas nas falas dos alunos.

Os vídeos provocaram a problematização da história dos negros narradas na escola refletindo em falas de indignação. O aluno 6 questiona “[...] a história da princesa Isabel, aquela imagem dos escravos, todo mundo sorrindo, indo pra casa, e tipo não foi nada disso[...]”. Diante disso, argumenta-se que os vídeos dos canais de *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) fornecem elementos visuais e discursivos que auxiliam a educação antirracista.

O esquecimento das narrativas negras faz parte de um projeto de nação, não se trata, unicamente, de uma característica da escola pesquisada, pois conforme Almeida e Sanches (2017, p. 20), o sistema educativo brasileiro vive uma realidade social estruturada e organizada sobre preconceitos raciais e sociais que dificultam e vão na contramão da implementação da Lei 10.639/2003.

Ricoeur (2007, p. 425-435) ensina que o esquecimento ocorre pelo apagamento dos rastros da memória, que são os rastros documentais, ou seja, os escritos e os rastro psíquicos, os quais ficam impressos nas pessoas pelos acontecimentos marcantes. O processo acontece de dois modos: primeiro a memória se deplora com o envelhecimento ou a morte humana e isso se constitui em uma ameaça irremediável, porque é biológica. E em segundo plano, há um jogo entre memória e história, que é a manipulação humana, por meio de dispositivos de poder, sobre a memória coletiva para selecionar a história a ser narrada.

A memória é um potencial instrumento para representar, dessa forma, o poder sobre ela impacta a construção das identidades dos educandos na atualidade. Uma problemática que

cruza e confunde a memória e a identidade dos estudantes, uma vez que jogar com a memória autoriza grupos privilegiados a produzir o apagamento e aniquilação de grupos oprimidos. Esse jogo de memória faz com que os alunos tenham dificuldade em relacionar o passado e o presente, a exemplo, o educando 4, quando conclui que,

> É que nem eu falei, eu acho que assim ficar voltando ao passado, as pessoas irão se prender muito no que aconteceu e deixarão de focar no presente. Do meu ponto de vista pelo passado a gente vai saber como relatou. Só que o problema é que o povo fica voltando ao passado achando que hoje em dia é como o passado, mas não é.

É preciso identificar o passado cruel e permitir sua presença na memória do presente (Chartier 2021, p.20). As memórias podem retratar e borrar histórias oficiais que são fábulas manipuladoras do imaginário coletivo, as quais criam representações do passado que nunca existiram.

Em concordância com Gilroy (2001, p. 406-415), revisitar um passado mesmo que tortuoso, torturante, solicita um tipo de memória que entra em conflito com sistemas e concepções culturais ideológicas absolutistas para compreender a posição dos negros na contemporaneidade.

Uma avaliação crítica na compreensão das relações passado e presente faz-se perceptível na enunciação do estudante 6, quando reflete que,

> [...] é um passado meio cruel, tipo um favelado que hoje está na miséria, passando fome veio disso (escravidão). Então é complicado comparar quem nasceu numa mansão com a vida já rica. Agora moleque na favela cresce lá e talvez ele não tenha previsão de vida a não ser a favela. Difícil depois saber que tudo isso vem lá do passado.

O aluno relaciona a desigualdade racial de renda aos anos de colonização e escravização dos negros e busca comprovar sua ideia pelo uso de dados estatísticos,

> Até o número de porcentagem é bem maior a quantia de negros pobres do que brancos. A quantia do porquê vem lá no passado essas pessoas que estavam escravizadas, que saíram da escravidão e que foram para total miséria, seguiram lá tendo seus trampos e agora atualmente estão na favela.

Uma percepção que vai ao encontro dos dados apresentados por Osório (2021, p.23) quando ensina como o Brasil se tornou mais negro nas últimas décadas e demonstra que mesmo que as pessoas estejam assumindo mais a sua negritude, isso não impacta na

desigualdade racial, visto que a renda média dos brancos continua, ao menos, duas vezes maior que a dos negros. Esse debate, desenvolvido pelo estudante 6, foi contra-argumentado pela aluna 7 da seguinte forma,

> E assim não tem muita coisa a ver, porque como um negro pode ter uma mansão, um branco também pode ter. Como um negro pode morar na favela o branco também pode. Hoje em dia tem muito isso (racismo), mas eu acho que não tem tanto. Então vamos supor, um branco falar assim eu sofri, eu não tenho isso por causa da minha cor ou raça. Se alguém falar isso, muitas pessoas vão julgar ela. Se o negro fala assim, ah eu não consegui isso por causa da minha cor. Ela vai concordar comigo.

A estudante convence o aluno 6 ao utilizar o argumento meritocrático, em que cada pessoa é responsável por suas próprias conquistas, as quais são determinadas pelas habilidades individuais e pela capacidade de produção.

Próprio do capitalismo, desconsidera fatos históricos que afetam a ascensão social dos grupos subalternizados, como os negros e indígenas no Brasil. A meritocracia deslegitima o desenvolvimento de políticas públicas de igualdade racial e reparação social para estes grupos, já que, sendo todos iguais, as possibilidades de ascensão também seriam semelhantes.

No entanto, a situação exposta pela síntese de indicadores sociais que analisa as condições de vida da população Brasileira apresentada pelo IBGE (2022, p. 68) divulgou que há uma diferença significativa, pelo fator cor ou raça, sendo que pretos e pardos representam 70% dos mais pobres e extremamente pobres. O recorte racial também atinge os jovens negros em seu direito à educação, apontam os dados da PNAD-Contínua (2019-2021). O Gráfico abaixo ilustra os dados sobre os dados.

Gráfico 8 - Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados, por sexo e cor ou raça - Brasil - 2021



Fonte: Produzido pela autora com base no IBGE, Pesquisa nacional por amostra de domicílios continua 2019-2021

O estudo leva em consideração a frequência escolar de 12. 737 jovens no ano de 2021 e revela que estudantes negros do sexo masculino e feminino são, em relação aos brancos, o dobro dos alunos que não possuem acesso à educação.

A educação é uma ferramenta poderosa de ascensão social e em acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, é um "direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Para a população negra, o vetor racial é um forte indicativo de sua condição social, econômica, educacional e cultural. Todos esses elementos são explicados pela análise do passado, pela sua origem social e a exploração em um país escravocrata. Outro fator que atua na manutenção dessa estrutura é o racismo e a discriminação racial, as quais provocam o apagamento e aniquilação desse grupo.

Gomes e Laborne (2018, p. 10) explicitam a eficácia dos posicionamentos das juventudes negras nas redes sociais, como o YouTube, ao publicizarem os dados da violência contra jovens, revelando sua consciência social e política comprometida com a emancipação, no intuito de informar a população em geral sobre a atual situação da população negra brasileira.

Tais vídeos não são aulas, tão pouco cumprem o papel do professor, mas corroboram com a aprendizagem em contexto da cultura digital, apontou a análise das falas dos alunos. Os conteúdos instigam a análise sobre a educação para as relações étnico-raciais e motivam o diálogo em sala de aula, permitindo ao educador(a) observar quais são as percepções e dúvidas dos estudantes, logo, auxilia o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas mais assertivas.

5.2 Categoria Cultura

Cultura, geralmente, é caracterizada pelas formas de vida e os valores compartilhados por um povo, tal noção engloba a literatura, pintura, música, entretenimento, costumes e a língua de um determinado grupo, todavia, compreende-se, neste estudo, outro sentido para esta palavra, que é descrito por Hall (2016, p. 19-20) da seguinte forma, cultura seria não tanto um conjunto de coisas, como as artes, culinária e a tradição, mas sim os significados compartilhados entre as pessoas de uma comunidade.

Para Stuart Hall (2016) ter a mesma cultura, significa possuir formas semelhantes de ver e compartilhar os significados do mundo. Estes significados são associados e traduzidos pela linguagem que é um instrumento de produção e reprodução que possibilita o compartilhamento das representações.

Ter uma cultura significa sentir-se pertencido pelo modo de sentir e pensar o mundo, dessa maneira, esse conjunto de significados culturais determinam as práticas sociais. A sensação de pertencimento, os modos de vida, as formas de ler, escrever e interpretar e agir em sociedade sofre impactos culturais dentro do grupo, posto isto, coisas apreciadas por um povo, podem ser rejeitadas por outro.

Hall (2016, p. 21) explica que a forma como um objeto é representado determina o seu sentido social, ou seja, por meio das narrativas, das emoções e da conceituação associada ao dispositivo estipula-se seu significado e seu valor num processo que envereda o domínio simbólico.

As representações culturais que delimitam a forma de pensar, agir e viver determinam a construção das identidades subjetivas no meio social, pontua Hall (2016, p. 25). É possível compreender que o modo de vestir, de interagir, as preferências musicais e até mesmo o saber validado socialmente é fruto do domínio simbólico concretizado pela linguagem.

Assim, a representação cultural é um campo de poder que determina o que é bom ou ruim em todos os âmbitos do conhecimento, desse modo, também se impõe quais são as memórias, narrativas e os conhecimentos validados, a fim de construir uma identidade nacional.

As representações simbólicas afetam as formas de agir, os modos de ser e viver das pessoas, entretanto se essas noções não são elementos fixos, elas podem sofrer transformações ao longo do tempo. Da mesma maneira, as representações e estereótipos negativos sobre a população negra são, simbolicamente, construídos por um exercício de poder hegemônico, sendo assim, podem ser modificados na escola.

A palavra cultura aparece nas discussões apresentadas no grupo focal, fazendo dela uma categoria analítica complexa quando relacionada às teorias que fundamentam este estudo. Entre as orações, as que mais chamaram atenção, nesta categoria, foram as falas do aluno 1, que explica a questão da diferença cultural,

> A questão cultural era como a família da parte de pai era toda nordestina. Ou seja, preto, os negros. E a família da mãe foi por descendência alemã aí teve uma diferença porque dentro da casa o alemão trabalha igual condenado, mas ele trabalha pra investir, bebe, curte também, só que é muito pouco você vê o alemão curtir. Se o alemão não tem muito isso aqui (dinheiro) pra sobrar, você, que pode sair e fazer uma noitada e sobrar pro outro dia, pra pagar as contas ele não sai. Isso aí é natureza do alemão. Já a natureza da parte de pai foi ensinada era o quê? Trabalhar de manhã pra comer à noite. E era isso. E assim é até hoje, se o vô e a vó estivessem vivos. O pai aprendeu dessa forma até antes do pai conhecer a mãe, quando o pai começou a se relacionar com a mãe, todo dinheiro que ele trabalhava ganhava era trazido pra dentro da casa dos velhos, parentes do pai. Aí ele via ali o que que estava devendo, fazia as compras do mês e ficava devendo e assim ia. E o pouco que sobrava ao invés de investir e juntar pra comprar uma terra final de ano e tal. Que é o normal do alemão, o alemão trabalha fazendo o que? Não, no final vamos comprar isso e isso. Nós fazemos girar pra fazer isso e isso. E se não der, ele trabalha o dobro pra conseguir realmente tirar, poder bater aquela meta. Aí o dinheiro na casa dos meus avós paternos na parte nordestina era o quê? Pagava as contas que tinha ficava devendo ainda e um pouquinho de dinheiro que sobrava era gastado o quê? Cachaçada. Era isso. Era pisero. Se o pai não tivesse casado com a mãe ia ser até hoje assim. Aí depois a mãe foi explicando para o pai assim, aí vem aquela questão da parceria. Tirar melhor o nosso capital e tal. Aí foi. Mas se não fosse essa diferença de cultura nós não estaríamos onde nós estamos hoje. Se fosse só seguir só pela parte, só pela cultura nordestina [...] então assim claro, depende de pessoa pra pessoa e eu acho que interfere muito a questão cultural também. Porque como eu disse a família nordestina do meu pai família nordestina e eles faziam o quê? Era trabalhar de manhã e tarde para comer à noite.

A forma como o aluno 1 reflete sobre cultura remete à racialização do sujeito alemão (branco) e do sujeito nordestino (preto), em que o comportamento de ambos é explicado de forma a essencializar e naturalizar características de ambos os grupos, sendo que o primeiro tem uma representação positiva e o segundo negativa.

Para Monsma (2013, p. 8) a racialização busca essencializar o grupo negro por meio de características fenotípicas e comportamentos visando marcar as diferenças, assim pouco importa se as diferenças ocorrem entre cultura, história ou biologia.

A fala do aluno número 1 estigmatiza o sujeito nordestino (preto), essencializando-o como de pouca habilidade, disciplina, características que justificariam a mobilidade social descendente e a permanência na mesma estratificação social. Quanto à mãe (alemã, branca), o estudante expõe a crença em sua aptidão nata, comum ao seu grupo branco, racializado positivamente, a responsabilidade pela organização econômica, social e cultural ascendente da família.

A essencialização é a crença de que os grupos humanos podem ser divididos por categorias, as quais são determinadas por características intrínsecas dos indivíduos, portanto, imutáveis, se revelando nos atributos fenotípicos. Uma das formas de manifestação da essencialização ocorre por meio da naturalização, ancorada em leis físicas e biológicas, logo, um indivíduo incluído em um grupo naturalizado, compartilha características e traços dos demais membros do mesmo grupo (PEREIRA, MARCOS EMANOEL et al, 2011, p. 146-147).

A fala do educando não racializa apenas o pai e a mãe, mas grupos sociais. Naturaliza a população negra em local de inferioridade e brancos superioridade, fixando estereótipos. Este pensamento não é exclusivo desse indivíduo, povoa o imaginário brasileiro e está expresso nas práticas sociais cotidianas, assegurando uma categoria hegemonia eurocêntrica.

O estereótipo é uma prática de produção de significados que resulta na essencialização, naturalização e redução de características, de modo que elas sejam fixadas, como sendo naturalmente parte daquele indivíduo ou grupo. Simbolicamente produzido pelo grupo mais poderoso a estereotipagem determina binarismos, tais como, normalidade, anormalidade, civilizado, bárbaro e aos poucos institui a hegemonia econômica, cultural, assim como assegura a capacidade de representação, infere Hall (2016, p. 191-193).

Para produzir um estereótipo é preciso exercer um poder político, econômico, cultural, social e racial sobre o grupo estereotipado. Embora seja comprovado, cientificamente, que as pessoas não nascem com tais características culturais, ainda há a defesa da manutenção dessas representações, fato que impacta as percepções dos estudantes. Segundo o aluno 1,

> Na cultura vem a questão familiar de geração em geração e tem aquela cultura, um exemplo, a cultura nordestina, a cultura sulista, a cultura alemã, a etnia alemã. Então você envolve tudo isso e como a pessoa vive o dia a dia em si em cima da cultura.

> Porque tem cultura que realmente as pessoas são mais policiadas. Tem cultura que a pessoa consegue mais ter o domínio de si mesmo, entende? Então como ocorre na cultura alemã. A gente consegue ter um pouco mais de, não é assim assado, e é, e tem que ser assim, vai ser assim.

O discurso remete a ideia de que todos os alemães, assim como os nordestinos pensam e agem conforme sua raça. A essencialização contida na mensagem resulta na estereotipação. Neste estereótipo a cor da pele é um elemento marcador da diferença cultural e racial, o qual fixa o indivíduo em um lugar de representação em que o exercício de poder pode ser exercido.

O que valida a discriminação é justamente a pele, o cabelo, características que podem ser visualizadas, então, uma associação simplista é realizada, cor é um signo natural, assim como signo cultural de inferioridade. Essas marcações revelam uma ruptura entre raças, culturas e histórias, numa separação entre o passado e o presente, que se repete freneticamente, argumenta Bhabha (2005, p. 121-127).

A noção de que existe uma identidade nacional, eurocêntrica, dotada de saberes e capacidades superiores não se sustenta na modernidade, pois as identidades são cada vez mais híbridas, flutuantes e deslocadas. Sobre o tema, Bhabha (2005, p. 24) ensina que uma cultura homogênea, contínua, transferida, de geração em geração, está em processo de redefinição, ou seja, deslocamento, pois para se alcançar essa homogeneidade é preciso efetivar a morte simbólica e literal das diferenças.

Na escola, uma forma de matar simbolicamente as diferenças, ocorre ao desconsiderar a presença de negros na história, cultura e memória do país, sendo assim, evidenciar, investigar e discutir sobre esses discursos possibilita uma quebra de paradigma nas práticas educativas e o rompimento com as identidades nacionais, fortalecendo assim, as culturas do atlântico negro. Em conformidade com Gilroy (2001, p.13), as culturas do Atlântico negro,

> [...] criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contra- estéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer. Tais culturas da consolação são significativas em si mesmas, mas também estão carregadas e contrapostas a urna sombra: a consciência oculta e dissidente de um mundo transfigurado que tem sido ritual e sistematicamente conjurado por pessoas que agem em conjunto e se abastecessem com a energia fornecida por urna comunidade mais substantivamente democrática do que a raça jamais permitirá existir. Podemos encontrar prazer nesta história de resistência, mas, mais polemicamente, acho que deveríamos também estar preparados para lê-la política e filosoficamente nos momentos em que ela incorporou e manifestou críticas ao mundo tal como é.

A cultura do Atlântico negro, assim como a cultura brasileira não pode ser única ou nacional, porque não está circunscrita no país, uma vez que a diáspora africana integrou diversas nações intensificando trocas culturais mais democráticas. A desterritorializada apresentada pelo autor borra a noção de identidade cultural baseada na territorialização e no absolutismo racial ou étnico.

Nessa perspectiva, as falas do aluno 1 precisam ser lidas, politicamente, para subsidiar praticas pedagógicas antirracistas. O uso dos vídeos dos canais *Papo de preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) deslocam esses discursos pautados por binarismos, em que um grupo racial racializado positivamente, opera a exploração e dominação do outro, racializado negativamente, em função da concretização de uma identidade nacional.

Os Youtubers não se aprofundam, teoricamente, na temática racial, buscam por meio de uma linguagem simples, dinâmica e inteligível mostrar os efeitos nocivos do pensamento eurocêntrico sobre os negros na atualidade. As abordagens utilizadas por eles pode ser a abertura necessária para que professores possam identificar os conhecimentos dos estudantes acerca do tema, consequentemente, favorecer práticas educativas que oportunizem um novo olhar sobre as culturas do Atlântico Negro.

5.3 Categoria Raça

O termo raça, geneticamente, não é válido, mas já foi utilizado para legitimar a escravidão e o nazismo, atualmente, embora não haja justificativa genética para incluir ou excluir as pessoas em um determinado grupo, ainda assim, ocorre a classificação por meio das características visíveis, fenotípicas para explicar diferenças culturais, assim como para reforçar a supremacia de um povo sobre outros. Hall (2006, p. 63) explica que,

> A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. -como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Há uma forte relação entre raça e cultura, assim uma é lida por meio da outra. A significante raça funciona como um texto em que é possível ler os signos linguísticos impressos na cor, grossura do nariz, estrutura do cabelo entre outros traços fenotípicos. Segato (2005, p.5) oferece uma leitura crítica da noção de raça ao apontar que,

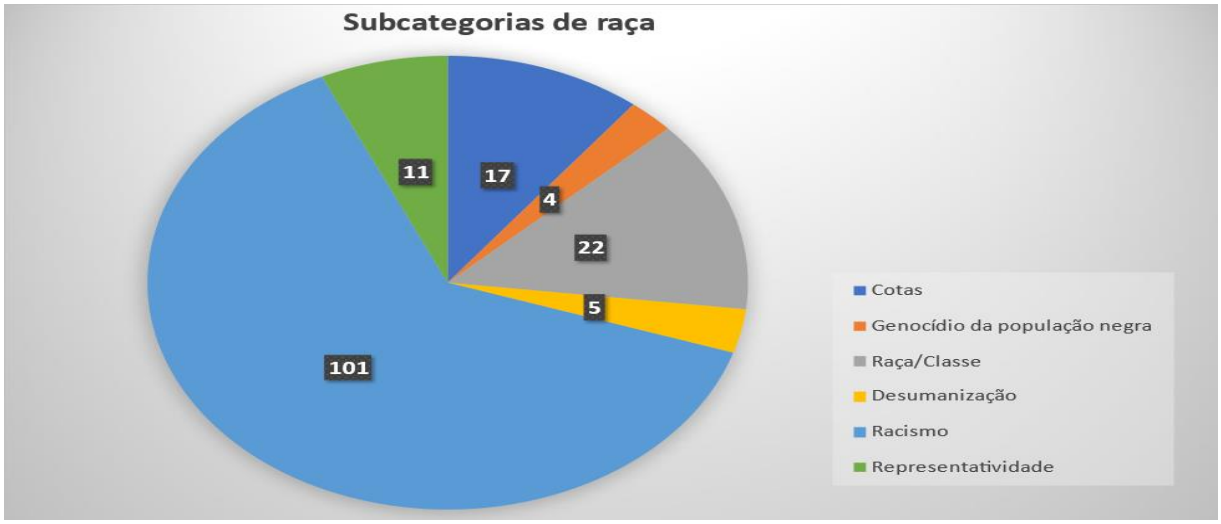
> "raça é signo" - significante produzido no seio de uma estrutura onde o estado e os grupos que com ele se identificam produzem e reproduzem seus processos de instalação em detrimento de e a expensas dos outros que este mesmo processo de emergência justamente secreta e simultaneamente segrega.

O conceito de raça para categorizar os grupos humanos não possui nenhuma base científica ou biológica, porque as diferenças entre as pessoas não são significativas para fazer esse tipo de distinção. Socialmente, raça é utilizada para justificar uma hierarquia entre os diferentes povos.

Gomes (2012, p. 728-731) traz um significado disruptivo da concepção de raça ao registrar que o Movimento negro promove um novo significado para o termo raça, politizando-a como uma potência emancipadora, uma categoria de análise das relações étnico-raciais e do racismo no Brasil.

Os encontros com os estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra propiciaram um amplo diálogo sobre a categoria raça, composta por 160 unidades de registro. Todo esse material foi organizado em 6 subcategorias visando sistematizar o conteúdo analisado. O gráfico abaixo ilustra a informação.

Gráfico 9 - Subcategorias de raça



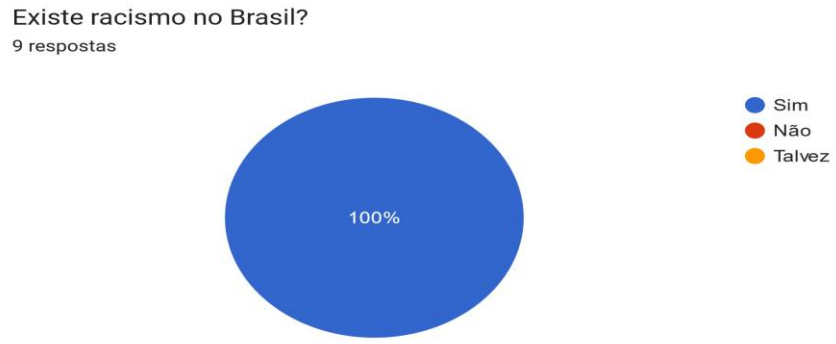
Fonte: Autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa (2022)

A subcategoria racismo abrange a maior parte das conversas, totalizando 63% das unidades de registro, logo, a análise se inicia-se por ela. Todas as demais estão dispostas de acordo com a ordem de maior frequência na fala dos estudantes: racismo, raça/classe, cotas representatividade, desumanização e por fim, genocídio da população.

5.3.1 Subcategoria racismo

Os vídeos dos Canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) provocaram extenso debate sobre racismo, revelando as concepções, percepções e reflexões dos estudantes sobre o tema. O gráfico abaixo ilustra a opinião dos estudantes quanto à existência do racismo.

Gráfico 10 - Existe racismo no Brasil?



Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Para apresentar as crenças, as orações foram dispostas em três quadros, quadro 15: Definição de racismo, quadro 16: Negação do racismo, quadro 17: Reflexão sobre o racismo.

Quadro 14 - Definição de racismo

Aluno (a)	Oração
1	"Racismo é um pré-julgamento [...]
7	"No racismo julga a cor, o cabelo, a cor do cabelo."
6	"No caso do racismo é negativo."

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2022)

O quadro 1 apresenta as concepções dos alunos no que se refere a definição de racismo. Percebe-se que reconhecem que envolve uma avaliação negativa dos corpos negros identificados pela cor da pele, textura dos cabelos, formato da boca e nariz. A noção de racismo apresentada pelos estudantes, quando trata dos signos físicos identificados para racializar, negativamente, a população negra se aproxima do que ensina Monsma (2013, p. 6-7), ao conceituar o racismo como uma forma de percepção e estratégia de ação que reforça e legitima a dominação e subordinação racial.

O elemento utilizado para categorizar e inferiorizar esses grupos são a essencialização pela via da naturalização, ou seja, os indivíduos identificados, visualmente, pelas características físicas da população negra, seriam possuidores de estruturas inerentes, que os

diferenciam dos grupos brancos, refletindo, por exemplo, em sua capacidade intelectual e comportamental. Logo, sendo característica intrínseca, fixa-os em local de subordinação, dificultando sua mobilidade e tornando-se expressão de poder político, social, econômico e cultural dos grupos dominantes.

Neste ponto, a definição apresentada pelos educandos se distancia da proposta de Monsma, porque não relaciona o racismo a uma hierarquia racial e reflete, superficialmente, as consequências dessa estratégia para os grupos subordinados. Ao desconsiderar as desigualdades promovidas pelas hierarquias raciais, os estudantes tendem a não acreditar que exista racismo na contemporaneidade, convicção expressa no quadro 16, exposto abaixo.

Quadro 15- Negação do racismo

Aluno (a)	Oração
2	Pra mim é coincidência mesmo, não há racismo nos desenhos.
7	Hoje em dia tem muito isso (racismo), mas eu acho que não tem tanto.
4	"Na nossa geração o racismo até que não está vindo tão forte."
1	Por isso que eu penso o seguinte, tudo que é falado demais, porque todo racismo se for com o consentimento da pessoa não é racismo, tipo a gente brinca com os outros.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2022)

A ideia contida nos enunciados pode conservar resquícios da falácia da democracia racial, proposta por Gilberto Freyre no livro Casa grande e Senzala, em que o país seria palco de uma convivência harmoniosa entre as distintas raças, já que desconsidera a existência do racismo.

Há grande dificuldade no reconhecimento de práticas racistas no país, porque não há impedimento, das pessoas negras, em seu direito de ir e vir, como ocorreu no *apartheid* na África do Sul e nos Estados Unidos da América por meio de leis segregacionistas.

O modo como o racismo opera no Brasil é singular, aponta a investigação desenvolvida por Lilian Schwarcz, que ao explorar os dados de uma pesquisa da Universidade de São Paulo conclui,

> 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelam a existência de preconceito racial no país. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que denominam racistas, os entrevistados indicaram com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. A conclusão informal da pesquisa era, assim, que todo brasileiro parece se sentir como uma "ilha de democracia" cercado de racistas por todos os lados. (SCHWARCZ, 2001, 76)

Na análise da autora os brasileiros não se declaram racistas, embora acreditem na existência do racismo. A realidade é que o Brasil é, frequentemente, palco do racismo, a exemplo, os ocorridos com atletas e artistas negros, alvos de hostilidade, visando a humilhação e inferiorização. Este tipo de ação estimulou que em 11 de janeiro de 2023, 135 anos após a abolição da escravatura, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva sancionasse a Lei 14.532 que tipifica como crime de racismo a injuria racial.

> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

A alteração da Lei 7.716 de 1989 auxilia na caracterização do racismo à brasileira ao explicitar a injuria racial, ou seja, a ofensa à dignidade humana, o desrespeito com base na raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A Lei também prevê como injuria racial quando esta ocorre por intermédio da internet, assim como pelas redes sociais.

As falas dos estudantes indicam que o reconhecimento de atitudes racistas é mais simples quando se trata de um ato de violência física direta ou aversão pública explícita, contudo, ao se apresentar velado e subtendido, a exemplo em piadas e brincadeiras, mais dúbia torna-se a interpretação e confirmação de uma discriminação racial. Tal informação pode ser confirmada no quadro abaixo.

Quadro 16 - Reflexão sobre o racismo

Aluno (a)	Oração
8	Para mim foi um racismo. Por exemplo, eu tinha meu cabelo bem grandão, aí uma pessoa falou bem assim pra outra, ah, mas não deixa seu cabelo crescer igual de tal fulano. Aí começou a rir sabe? Rir com deboche, sabe? Aí eu achei que foi racismo, porque ela viu, ela falou assim com deboche. Racismo pelo cabelo achei que foi racismo. Falaram dos meus lábios também.
3	Eles falam que é uma brincadeira entre eles, de boas, se não está ofendendo nenhum deles. Mas vamos supor, estou chamando a pessoa de preta de forma pejorativa, de uma forma que seja uma ofensa, mas entre eles é uma brincadeira, quem está escutando de fora se é uma pessoa preta, vai falar *pô*, mas sou o que, se é uma forma pejorativa, e está falando da raça da pessoa. Ela nem está fazendo parte da brincadeira, nem só essa palavra como outras.
6	A gente tá assistindo parece alguma coisa irreal, por realmente ser por esse fator, você olhar para alguém e falar que tem discriminação com ela só pela **cor**. Mas realmente acontece, isso é irreal. Tá certo, porque ele está falando todos os dados. Esse lance de 95% dos diretores serem brancos, acaba refletindo que há sim o racismo.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2022)

O aluno de número 1 argumenta “achei que foi racismo”. O verbo utilizado aponta uma suposição, ponderação acerca do ocorrido, o riso e as considerações a respeito de suas características fenotípicas o fizeram supor que era racismo. Não houve nesta fala nenhuma citação à reação ao ato de discriminação racial, porque a incerteza inibe e impede a ação.

A educanda 3 analisa o racismo recreativo que ocorre na sala de aula, onde as falas expressam menosprezo em torno da raça. Conforme a aluna, para alguns alunos isso ainda não foi compreendido, pois não passa de “brincadeira entre eles”. A Lei 14.532/2023 no Artigo 20-A. prevê que,

> “[...] Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.”

Uma Lei é um importante instrumento para estabelecer normas sociais, a 14.532/2023, em específico, envolve toda atitude dada à grupos minoritários, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional no intuito de humilhar, constranger, provocar vergonha ou medo.

Nganga (2023, p. 11-18) divulgou o Sumário executivo *Percepções sobre o Racismo no Brasil*, no qual revela que 81% da população entre 16 e 24 anos afirmam que o Brasil é um

país racista, sendo que o ambiente escolar é apontado por 64% desses jovens como local onde mais sofrem racismo.

Desse modo, é relevante que os estudantes reconheçam as formas pelas quais ocorrem as práticas racistas, assim como saibam exigir os seus direitos diante dessas manifestações.Os vídeos dos youtubers dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) desenvolvem seus discursos de modo a fortalecer posicionamentos políticos no trato com a educação para as relações étnico-raciais, auxiliando na desarticulação dessas noções enviesadas que negam o racismo. Um dos artifícios utilizados pelos youtubers é a argumentação como recurso de linguagem para dialogar sobre teses já comprovadas sobre a temática.

A utilização de Leis, dados estatísticos, fatos históricos, exemplos atuais e falas de autoridades conhecedoras na área inseridas na sequência do raciocínio provoca no interlocutor a reflexão sobre o racismo na contemporaneidade.

A percepção do aluno 6 indica que "[...] ele (Spartakus Santiago) está expondo todos os dados. Esse lance de 95% dos diretores serem brancos, acaba refletindo que há sim o racismo." A argumentação desenvolvida pelo youtuber faz conexões com a realidade no que concerne a educação para a educação das relações étnico-raciais, estimulando os estudantes a avaliarem ações individuais e coletivas, produzindo novas leituras sobre os signos raça.

5.3.2 Subcategoria raça/classe

Acerca da subcategoria raça/classe, selecionou-se a fala do estudante 4, que sintetiza outras falas semelhantes, "Eles vão julgar, primeiro a classe social, se é uma pessoa pobre ou não, isso não vem nem de racismo." De acordo com Munanga (2010, p. 03) a afirmação de que o racismo contra o negro, no Brasil, é de ordem de classe econômica e não racial omite a ideia de que há hierarquia racial no país e ressalta a falsa noção de democracia racial.

O capitalismo também se beneficia do racismo, contudo, por si só não justifica a manutenção de práticas racistas no século XXI. Batista e Mastrodi (2018, p. 2335-2336) argumentam que o racismo brasileiro vai além do capitalismo, atingindo a população negra em qualquer classe social. O racismo tem muito mais relação com o sistema escravagista, que se apropria da mão de obra escrava, por meio da dominação, violência física e objetificação, visando manter a ordem econômica.

De acordo com os autores, no capitalismo, pouco importa a cor, gênero ou faixa etária dos trabalhadores, o relevante é um mercado consumidor, assim o industrial não é dono do

trabalhador, por isso, não faz sentido discriminar racialmente a força de trabalho, uma vez que ela será mal paga de qualquer maneira.

O capitalismo é favorecido pelo racismo, quando ele contrata um sujeito negro por um valor ainda mais baixo que um sujeito branco, no entanto, o principal vetor desse processo é a herança cultural escravagista, a qual perpetua o racismo mesmo diante das leis que vigoram na atualidade.

5.3.3 Cotas

As cotas raciais são dispositivos de ações afirmativas que visam favorecer grupos discriminados em função da raça. Sobre o tema, diferentes posicionamentos eclodem nos comentários dos estudantes. À título de exemplo, o discurso do aluno 4,

> Ontem eu comentei sobre as cotas. Não são todos os brancos, mas alguns levam como privilégio de ter cotas pra negros. Pra dizer que os negros não são capazes. Então, eu acho que fica como vitimismo, que não são capazes de fazer. É isso, porque vamos supor eu. Eu ganhei lá a faculdade por causa da minha cor, por causa desse negócio de cotas. Aí eu acho injusto isso. Porque tipo da mesma forma que o branco tem a possibilidade de estudar negro também tem. Hoje não é tão, não é, tem o racismo, mas eu acho assim que aí é que é complicado[...]. É algo que dá um empoderamento aos brancos, que nem você vai fazer uma faculdade tem cotas de negros, pensa bem, para os brancos eles devem pensar que os negros são incapazes de fazer uma prova, ter um mesmo cargo ou algo semelhante. Isso desvaloriza os negros, eu sou totalmente contra. Eu acho isso sem lógica, porque vamos supor, você vai ali, todos nós somos iguais, tá certo que em alguns lugares ainda existe racismo, mas você vai participar de alguma prova, alguma coisa, vamos supor, a maioria é branco e poucos são negros e eles vão falar aqueles estão fazendo porque eles têm uma chance a mais, tem uma cota, ou eles não dão conta. Então eu acho que isso no presente não é uma coisa muito legal, isso acaba desvalorizando muito os negros.

O estudante utiliza o discurso da meritocracia para sustentar o argumento de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades, consequentemente, as cotas seriam uma forma injusta de beneficiar a população negra. Esta leitura vai ao encontro do crescente pensamento conservador brasileiro e é explicado por Bento (2022) como o pacto narcísico da branquitude que garante cotas para brancos nos principais espaços de prestígio, tanto que em alguns cargos não se vê negros e especialmente mulheres negras, consequentemente, as mudanças promovidas por políticas públicas de ações afirmativas representam uma ameaça à supremacia branca.

Para Gomes, Silva e Brito (2021, p. 9-10) a Lei de Cotas é uma modalidade de implementação das ações afirmativas e possui caráter político, já que busca assegurar a igualdade de direitos à população negra. Para os autores, o atual fortalecimento do setor conservador e o desmonte do Estado democrático representam uma ameaça às políticas de ações afirmativas de promoção da igualdade racial, inclusive a Lei de Cotas.

Entre os divergentes pontos de vista apresentados pelos estudantes, há quem considere a referida Lei como uma medida mitigadora da desigualdade racial, como é o caso da aluna 3, quando indica que,

> Questão das cotas eu acho totalmente diferente, eu sou a favor, não é porque um é merecedor ou o outro, é diferente, porque são classes sociais diferentes, são realidades diferentes, com certeza porque é mais presente em nossa sociedade. Não tem como discordar disso, então não é uma chance a mais, é dar uma oportunidade igual, mesmo a gente enxergando de outra forma. Há um índice maior de pessoas negras que moram em favelas, se for pesquisar realmente é isso. São realidades diferentes infelizmente, não é uma ajuda, é uma coisa pra deixar igualitário.

Joaquim B. Barbosa Gomes (2001, p. 129), há 21 anos, em seu artigo intitulado *A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro*, chegava, timidamente, no meio acadêmico o debate sobre medidas compensatórias destinadas a promover a igualdade em prol da população negra. Tema nobre no direito constitucional, que aborda os diversos mecanismos de apagamento e aniquilação da população brasileira, contudo, ainda é muito negligenciado no país.

Onze anos após o estudo de Barbosa é sancionada a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 que trata sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio para pessoas que foram historicamente excluídas dos sistemas de ensino, tal como negros, indígenas, pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência e aqueles oriundos de escolas públicas.

Em 2021, vinte anos após o estudo de Barbosa, ainda há questionamentos acerca da Lei de cotas, Vieira (2012, p. 45-67) explica que é preciso recuar ao passado para compreender as disputas em torno do tema cotas e depreender que os argumentos contrários a ação afirmativa desnudam o mito da democracia racial e da mestiçagem, uma vez que, o pensamento social brasileiro pautado por esses dois elementos anuncia a existência de uma nação composta por diversas raças, vivendo em harmonia, simbolizando, discursivamente a resolução de problemas de uma sociedade multirracial.

Ao relacionar o argumento de Viera aos posicionamentos contrários à Lei de Cotas, no grupo focal, pode-se inferir que há vestígios da ideia de mito da democracia racial entre os alunos e de uma suposta harmonia entre todas as raças, fato que possibilitaria a todos terem as mesmas oportunidades.

5.3.4 Representatividade

Define-se *representatividade* como a "qualidade reconhecida a uma pessoa, a um grupo, a uma entidade ou a um organismo, mandatado oficialmente por um grupo de pessoas para defender ou representar os seus interesses ou exprimir-se em seu nome" (PRIBERAM, 2023). O vídeo O *outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala* de *Spartakus Santiago* (2007), estimulou a aluna 7 a dialogar sobre o assunto e argumentar que,

> "Porque essa pessoa, essa mulher, realmente impactou o Brasil, porque o vídeo anterior falava, quando matava alguém falava naqueles dias ali e acabava a história. No caso da Marielle não, se você for perguntar, todo mundo conhece a história da Marielle [...] Bastante pessoas a conhecia, mas depois que ela morreu, depois que foi passado a história dela eu tenho certeza que ela abriu a cabeça de muitas outras pessoas sobre o assunto."

Há comentários positivos acerca de Marielle Franco, contudo, nada falaram sobre a principal crítica apresentada no vídeo, que envolve o fato do diretor da série ser um homem branco. *Spartakus Santiago* (2007) versou sobre a falsa representatividade, em que a mídia age como se fosse apoiadora da representação da diferença, mas ao contratar, busca selecionar profissionais brancos.

Representar é um poder simbólico, efetivado pela linguagem, que impacta diretamente as práticas sociais e afeta a formação das identidades. A cultura se liga diretamente às representações. Em concordância com Hall (2016, p. 18-25) cultura se relaciona aos significados compartilhados, sendo que estes significados nunca são fixos, não nasceram prontos e acabados, foram construídos pelas mídias, literatura, cinema, música de determinada cultura.

Esses significados são compartilhados pela linguagem e há diversas formas de representa-los, sedo que cada uma delas afetará os indivíduos de modo diferente. Acerca da representatividade da população negra, nas telenovelas, o aluno 6 memora que,

> [...] Eu lembro que o carrossel, aquela novelinha de criança, o Cirilo era o único preto. Passou essa visão, ele tipo era o único preto e era uma familiazinha pobre, no final ficou rico, mas passou toda a novela sendo representado como pobre, como

> coitado, sofrendo com a Maria Joaquina que era uma branca rica, mimadinha lá e que não queria ficar com ele. [...], mas normalmente, pra mim quando aparece algum ator principal negro eu fico caraca um ator negro. Quando é o principal, porque normalmente novela e filme até se pegar os mais antigos até mais comum de só terem pessoas brancas como os principais. Isso aí, atualmente eles estão introduzindo cada vez mais e tornando algo meio que o novo normal.

O caso citado pelo estudante número 6 faz alusão a uma representação negativa do negro, por meio do personagem Cirilo, na novela *Carrossel*. A mídia expressa os significados compartilhados pela cultura brasileira, produz a ideia de pertencimento, neste caso, do sujeito branco, à medida que situa o menino negro em local de subordinação, uma prática simbólica que reforça entre os telespectadores negros a sensação de não pertencimento.

No Brasil, esses sistemas representacionais, televisão, redes sociais, música, cinema, fixam os significados de uma hierarquia racial, dessa forma, grupos brancos passam a se considerar detentores dos padrões de beleza, do conhecimento e dos cargos de liderança. Para garantir esse privilégio racial, social, cultural, político e econômico, os significados que estereotipam a população negra precisam circular, nesse contexto, as novelas são um grande alvo de divulgação de sentidos.

Para Souza (2021, p. 151-157) é preciso avaliar não só a ausência como também a presença das pessoas negras. A pesquisa desenvolvida a partir das personagens mulheres negras na telenovela *Malhação: Viva a diferença* divulgou que há um meio termo entre a representatividade e a não-representatividade, no qual as personagens demonstram em alguns momentos, imagens de controle, ou seja, estereotipadas e em outros exibem eixos de resistência (autodefinição, autovalorização e respeito, autossuficiência e independência, transformação do eu para o empoderamento).

O movimento negro tem exigido, estrategicamente, o espaço da população negra nos mais diversos meios de comunicação, fazendo com que a presença de negros tenha aumentado nos últimos anos, contudo, não basta a presença de pessoas negras, mas sim, o modo como ocorre essa representação, porque uma representação negativa contribui com a manutenção, reprodução do racismo, trazendo diversas implicações para a população negra.

Os sentidos também são revelados, nas escolas, pelos livros didáticos, Freitas e Jesus (2021, p.130-131) mapearam as principais pesquisas que tratam a representação de pessoas negras em livros didáticos e concluíram que embora haja mudanças concretizadas pelas reivindicações do movimento negro nos livros didáticos, ainda se apresentam superficiais e insuficientes. Os autores não desconsideram a importância do livro didático para fins

pedagógicos, entretanto orientam os professores a buscarem outros materiais para tratar a história do Brasil, da África e de seus povos.

Os vídeos dos canais *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) se enquadram no âmbito informativo militante, já que que não só informam, mas refletem e se posicionam, criticamente, sobre o tema relações étnico-raciais, desse modo, instigaram a subcategoria representatividade, que é um tema relevante na categoria raça, sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores. Esses conteúdos não substituirão os livros didáticos, todavia, podem trazer novos elementos de análise que contribuem com a educação democrática.

5.3.5 Desumanização da população negra

O branco tem certeza que o preto é uma animal de mentalidade primitiva, como se o preto não houvesse acompanhado a evolução da humanidade, mas na verdade a humanidade do preto foi roubada (FANON, 2008, p. 116).

O estudante 6 argumenta que "[...] pra conseguir falar mesmo que seria racismo é mais em casos que tem espancamento ou xingamento, chamar de macaco." Para o aluno só é possível comprovar racismo naqueles casos que resultem em agressão física ou verbal, sendo assim, desconsidera-se o sutil racismo cotidiano.

O racismo cotidiano é descrito por Grada Kilomba (2019, p. 78) como todo ato de comunicação verbal ou não-verbal que coloca o sujeito negro como o *outro*, depositando neste os aspectos reprimidos da sociedade branca. A autora reitera que a sociedade branca foge de sua história, cotidianamente, ao representar a população negra por meio de significados repreendidos em si mesmo, tal como a infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização.

A animalização ou desumanização do negro foi tema discutido no vídeo *Os filmes mais racistas da Disney* do Canal *Papo de Preta* (2015) em que apresenta personagens negros desumanizados nos desenhos animados e filmes. A título de exemplo, no filme *A Princesa e o Sapo*, a personagem principal, Tiana, a primeira princesa negra da Walt Disney vira sapo ao beijar o príncipe, contrariando a ordem natural dos demais filmes de princesa. Sobre o vídeo a estudante 7 declara que,

> Na minha opinião eu acho que desenho animado não tem isso. No meu ponto de vista né, professora que às vezes não é por maldade, é porque eles têm que fazer uma coisa diferente, divertido para as crianças rirem. Não tem sentido fazer uma história normal vamos, dizer assim, igual é a nossa vida, acho que não teria cabimento. Então, claro que tem mais disso nos negros. Isso de virar animaizinhos

> na história. O negócio do vídeo é que a história faz os personagens negros virarem animais. Então eu acho claro que tem mais dos negros. Mas acho que sim, acontece com mais frequência com negros. Isso pode ser algum argumento da Disney, alguma coisa que ela tem que dizer, alguma coisa que ela quer dizer, que é ensinar as crianças ou pode ser mesmo uma parte de racismo.

No Brasil, o comprometimento da história pela manipulação da memória autoriza a produção de estereótipos sobre população negra, que embora tenham raízes no passado, viajam no tempo e invadem o presente, colocando em desvantagem os grupos alvos da coerção, dominação e violência. Tal ação naturaliza a desumanização, como representado na fala da estudante 7.

Em os *Condenados da terra,* Fanon (1968, p. 175) argumenta que o colonialismo busca, por meio da alienação cultural, garantir que os indígenas acreditassem que sua partida seria o mesmo que o retorno à barbárie e à animalização. Para Fanon (2008, p. 190) essa desumanização consiste em uma desgraça para o homem de cor, pois é organizada e efetivada, racionalmente pelo branco.

Essa desumanização da população negra impacta negativamente na representação dos negros, que em sala de aula, pode resultar em baixa autoestima, sensação de inferioridade e consequentemente, menores índices de aprendizagem. Custódio, Oliveira e Vale (2020, p. 11-15) exploram a desumanização do negro e não brancos nas animações de cinema e argumentam que a indústria cultural não é democrática, uma vez que normaliza o racismo por meio de mensagens subliminares, atuando na manutenção do controle moral e social.

Essas mensagens afetam as crianças, uma estratégia insana que desqualifica atores socias e naturaliza a desumanização. Nessa perspectiva, questiona-se qual é o papel da escola diante da postura das mídias tradicionais em relação à identidade negra?A escola é espaço onde compartilha-se, culturalmente, saberes e crenças, preconceitos raciais, de gênero, de idade entre outros. Nesse cruzamento de conhecimentos e experiências as identidades negras podem ser valorizadas ou estigmatizadas (GOMES, 2022, p.39).

O modo como esses filmes naturalizam a animalização dos personagens negros, validam crenças e estereótipos sobre o *outro e* rouba sua humanidade, dessa forma, compreende-se porque o aluno 2 diz que há apenas “[...] coincidência mesmo, não há racismo nos desenhos”.

O racismo é um produto do colonialismo europeu e envolve a dominação étnica, a ideologia da essencialização e a classificação negativa de um grupo para justificar sua

subordinação (MONSMA, 2013, p. 06). Uma das formas de classificação negativa ocorre por meio da animalização e desumanização, possível por meio da representação.

A representação só é possível pelos signos e símbolos, expressos pela música, poesia, literatura, cinema, entre outros os quais exprimem nossas ideias. A forma como se organizam as representações regulam as práticas sociais, o domínio simbólico, criando as identidades e convenções sociais (HALL, 2016, p. 189-201).

Sendo os significados uma criação produzida pela linguagem há a possibilidade de desconstruir esses significados por meio da própria linguagem e de contranarrativas que desestabilizem as relações raciais de poder.

5.3.6 Genocídio da população negra

Ao longo desse estudo desenvolveu-se a ideia de que as inúmeras tentativas de aniquilação e apagamento da população negra tem como propósito a construção de uma identidade nacional. Tal fenômeno, Abdias Nascimento chama de genocídio da população negra, nome utilizado, neste estudo, para descrever uma das subcategorias da categoria raça.

A respeito da temática, observou-se que há divergências em relação às percepções dos estudantes. Para o aluno 6,

> "Se você ficar ligado bastante no jornal, direto eu vejo caso de a polícia entrar armada na favela e dando tiro matando um monte de pessoa. Aí tem gente que fala é isso aí tem que matar ladrão mesmo. Só que isso acaba interferindo muito na população, porque mesmo que esteja indo lá pra proteger a cidadania do crime todo, só que não é muito assim que acontece, porque muitas vezes eles matam por racismo[...]até o número de porcentagem é bem maior de negros pobres do que brancos. A quantia de que o porquê puxa lá no passado essas pessoas que estavam escravizadas que saíram da escravidão e que foram pra total miséria seguiram lá tendo seus trampos e agora atualmente estão na favela. Existem pessoas brancas na favela, existem pessoas brancas, pobres. Só que todo esse início que tem da miséria veio dos negros. Tipo no comecinho dele ninguém que está escravizado era branco, os filhos deles provavelmente também foram pobres, e atualmente também são pobres. brancos que não vieram da descendência escrava já estavam no patamar de sociedade média ou alta.

Durante as conversas esse estudante apresentou uma visão bastante coerente sobre a história dos negros no Brasil, no entanto, à medida que seus colegas foram apresentando ideias contrárias, ele mudou de percepção. Dessa forma, no último dia de encontro, em um momento que ainda não havia iniciado as filmagens, ele revelou que não pensava mais dessa maneira e que não havia nenhuma relação entre a história e a situação econômica dos negros.

O estudante 4 afirma que,

> [...] O racismo já começa desde ali (abordagem policial). Porque você vê um rapaz moreno na rua ou um branco, obviamente, eles vão suspeitar do moreno, mas não suspeitam do branco e isso é em todo lugar não é só aqui. Isso acontece em todo lugar. Eles já passam essa visão a maioria dos enquadros, eles enquadram negros. E é tudo porque eles acham, aí você vai ver nas abordagens. Olha o jeito que eles tratam. Chamando de neguinho, de não sei o que, de bandido, de não sei o que. Isso não é certo. Então já começa desde ali. Como é que vai mudar alguma coisa assim? Que lei que você vai implantar? Se nem a nossa própria segurança, não segue. Como é que faz? É bem complicado. Quem não faz eles passam a mão na cabeça. Porque até hoje eu não vi um policial sendo preso por racismo[...] falar todo dia não (falar sobre racismo), seria chato, o problema é que é que matou o rapaz lá, o negro que mataram lá nos Estados Unidos, fizeram rebeliões, queimaram quase toda uma cidade inteira lá, mas só fizeram por causa daquilo depois que passou, sumiu.

Quanto ao estudante 4, embora argumente que a abordagem policial é mais violenta entre os negros, explica que falar sobre o passado não auxilia na resolução dos problemas do presente, assim como falar de racismo no cotidiano é chato.

Na contramão dessa opinião, Gomes e Laborne (2018, p. 05-10) afirmam que o jovem negro estampa no seu corpo a cor do medo, pelo estereótipo de ser sempre suspeito. Algo que depende menos de sua origem econômica do que de sua raça, uma situação que é denunciada por jovens negros e negras, conscientes dessa violência, no YouTube e demais redes sociais.

Contrária ao argumento do aluno 4, a aluna 7 aponta que,

> E assim não tem muita coisa a ver, porque como um negro pode ter uma mansão, um branco também pode ter. Como um negro pode morar na favela o branco também pode. Hoje em dia tem muito isso (racismo), mas eu acho que não tem tanto. Então vamos supor, um branco falar assim eu sofri, eu não tenho isso por causa da minha cor ou raça. Se alguém falar isso, muitas pessoas vão julgar ela. Se o negro fala assim, ah eu não consegui isso por causa da minha cor. Ela vai concordar comigo.

A fala dessa estudante vai ao encontro da teoria da democracia racial e da identidade nacional, uma vez que, para ela, não há nenhuma relação entre a raça e classe social da população negra. Abdias Nascimento (2016, p. 83-100) explica que há um genocídio da população negra em curso no país, o qual desvela-se por meio de diferentes dispositivos. Ressalta-se três deles nesta investigação: 1º o branqueamento da população, por intermédio do estupro das mulheres negras pelos opressores brancos, o qual deu origem ao símbolo da falsa democracia racial no país, o pardo.

2º refere-se à proibição da discussão sobre raça no país, sob o argumento de que todos são brasileiros, portanto, todos têm direitos iguais. Isto posto, qualquer manifestação sobre o

tema raça é visto como uma tentativa dos negros de impor uma superioridade racial, um método eficiente para negar-lhe a auto definição.

E por fim, o autor dialoga sobre a discriminação da realidade racial do país para comprovar seus reflexos na condição econômica da população negra, a qual encontra dificuldade em conseguir emprego, gerando um ciclo vicioso que envolve a escolarização, saúde, moradia e trabalho, por isso, as falácias que alegam uma separação entre questões de raça e classe são frutos do racismo brasileiro.

Os vídeos dos youtubers utilizados para os encontros no grupo focal em nenhum momento citaram a Lei 10.639/2003, também não fazem uma introdução ao tema numa perspectiva teórica, ambas características poderiam suscitar dúvidas quanto ao seu uso em sala de aula, porém, sua curta duração, a acessibilidade, linguagem e dinâmica, estimulam os jovens a discutirem temas atuais sobre as relações para a educação das relações étnico-raciais.

5.4 Categoria Educação

Quanto à subcategoria educação, a maioria dos alunos expressam que os conteúdos que envolvem a história dos negros no Brasil são desenvolvidos de modo superficial nas escolas. O aluno 6 explica,

> [...] como eu disse muitas vezes as pessoas dizem os escravos foram libertos e não contam esse lado na escola, agora se fosse pegar pra falar sobre um pouco mais filosófico sobre esse assunto já viria todos esses pontos que ele mostrou. Foi liberto, mas não tinha pra onde ir. Foi liberto, mas não tinha renda pra poder continuar e se estabelecer na vida. Então achei bem interessante o vídeo.

A crítica anunciada evidencia que o conteúdo apresentado ao longo das etapas da Educação Básica não foi suficiente para que o estudante compreendesse a história da população negra brasileira. Ao serem questionados se conhecem a Lei 10.639/2003, que inclui no currículo a temática história e cultura afro-brasileira, a maioria dos educandos participantes da pesquisa responderam que desconhecem a legislação.

Gráfico 11 - Você conhece a Lei 10.639/2003?



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa.

A Lei 10.639/2003 ainda encontra diversas barreiras para sua completa implementação, sendo que os principais propulsores empenhados em sua efetivação são os movimentos negros e professores que tiveram contato com a temática ou que se sensibilizaram por pertencerem à população negra.

O educando 6 tece uma forte crítica às escolas quanto ao ensino das relações étnico-raciais,

> Também achei bem importante porque é uma parte pra gente que estuda principalmente aqui na escola é uma parte muito omitida não só a escola, porque em rede social em qualquer conteúdo histórico relacionado a questão da escravidão é uma coisa muito omitida, porque todo mundo realmente exalta a princesa e tal não sei o quê que ela assinou e pra isso a gente ensinava como se isso fosse um ponto final e que não tivesse uma continuação ou no caso uma anterior né.

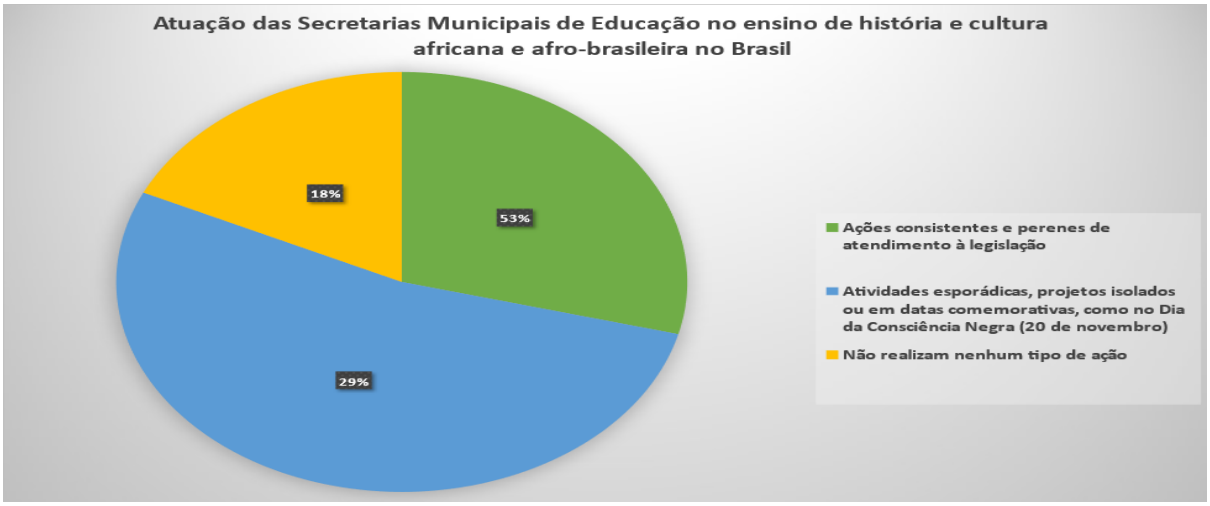
Não aplicar a Lei significa silenciar a participação do negro no Brasil. Segundo Gomes (2012, p. 105) o silencio é pedagógico e é também um tipo de racismo contemporâneo, o qual deve ser rompido pela implementação da Lei 10.639/2003 pensando em uma existência emancipadora na escola. O jovem 4 reforça que não estudou a temática durante as etapas da Educação Básica,

> “Estudei desde o sexto e sétimo ano, sempre um conteúdo básico eles não contam a verdadeira história pra gente assim nossa por que será que eles não colocaram isso no livro, né? Treze anos na escola pra descobrir agora como é que aconteceu.” Como ele estava falando no vídeo, ele trata muito sobre a desigualdade de emprego. Os brancos têm mais prioridade, ou seja, trabalhar isso na sala com os alunos, é complicado porque aqui na nossa região é difícil isso (racismo) ocorrer, a gente vê alguma coisa, mas vê na internet. Então, eu acho que o povo, pra isso poder mudar tinha, não rebelião é claro. Mas tinha que ter mais debate, palestras e participar disso, acho que desde do início, assim desde a quinta série.

Ressalta a necessidade de implementar ações pedagógicas na escola para tratar a educação antirracista, apesar disso, salienta que em sua região não ocorrem práticas racistas, pois estas são visualizadas apenas pela internet, sendo assim, seria complicado abordar o assunto com os alunos da região.

As falas dos estudantes revelam que a legislação referente à educação antirracista, possivelmente, não é implementada efetivamente nas escolas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto da Mulher Negra e Alana, organizada por Benedito et al (2023, p. 8) investigaram a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e apresentou dados relevantes sobre o tema. O gráfico abaixo expõe os dados.

Gráfico 12 - Atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no País.



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa realizada pelo Instituto da Mulher Negra e Alana (2023).

A pesquisa obteve resposta de 21% de todos os municípios do país, ou seja, 1.187 Secretarias Municipais de Educação que oferecem vagas em creches, pré-escolas e no ensino fundamental. Ao agregar as secretarias que não adotaram nenhuma ação e aquelas com ações pontuais e esporádicas, soma-se 71% do total.

A resposta dos estudantes pode ser um reflexo da insuficiência de ações de promoção da educação antirracista nas escolas. Gomes (2002, p.41-42) explica que um dos métodos para a escola excluir o aluno negro acontece pela ausência ou pela presença superficial dos conteúdos propostos pela Lei.

Os discursos dos estudantes revelam uma história em que o negro não tem protagonismo, pois seu passado resume-se à escravidão. A educanda 7 relata que,

> A gente aprendeu como ele falou veio a princesa Isabel os escravos foram soltos e foi basicamente isso. Não falava sobre essas leis, sobre crianças, sobre os idosos até seis, cinco anos. Até tinha, mas não era passada dessa forma, porque era mais um relato de lei. [...] mas uma pessoa dessa aí pode mudar, tipo assim, meu pai poderia ter mudado a vida se ele não tivesse deixado a escola. Tem cinco anos que minha prima foi pra São Paulo, mas até então a gente foi criada praticamente junto assim, ela na minha casa e eu na casa dela e ela é diferente de mim ela estuda estudou muito, muito ela passou no ENEM ela conseguiu entrar em direito [...] Fala assim ah eu vou estudar e eu quero ser alguém na vida. Eu quero dedicar minha vida a isto. Ela vai conseguir fazer isso, porque hoje em dia tem muitas condições, assim não condições de dinheiro, muita faculdade que consegue se você estudar sim, aqui não falta emprego aqui no Porto, por exemplo, que tem muito lugares procurando, mas as pessoas que não querem trabalhar. [...] Antigamente não. Antigamente as pessoas escolheriam entre estudar e trabalhar. No caso do meu avô nem foi escolhido. Ele teve que ir trabalhar pra entrar em casa. O pai dele falou você tem que trabalhar. Você tem que me ajudar na roça. Não tem tempo de estudar.

A educanda 7 compreende que a escravidão prejudicou a população negra, mas que as pessoas podem transformar a vida pelo esforço pessoal. Vê na educação uma possibilidade de mudança e alega que, atualmente, não há dificuldade no acesso e permanência de ninguém ao Ensino Superior, já que há inúmeras oportunidades de ingresso nesses espaços.

Para a aluna 7, a história pouco impacta as conquistas de uma pessoa, uma vez que estas dependem do desenvolvimento e capacidade pessoal, assim utiliza-se exemplos individuais para justificar a meritocracia, que enquanto ideologia, Barbosa (2006, p.67-68), explica que, trata-se de um valor global, um critério fundamental utilizado para qualquer ordenação social, mesmo aquelas que referem-se à questão socioeconômica.

Na meritocracia desconsidera-se a condição socioeconômica do sujeito, assim, não se questiona a estratificação na sociedade, uma vez que, cada um ocupa o local que merece na hierarquia, consequentemente, isenta o Estado de cumprir seu papel promotor políticas públicas para combater as desigualdades sociais.

No caso da população negra, há de se considerar o longo histórico de opressão, exploração e violência sofrida nesse sistema meritocrático, que a excluí das universidades, concursos públicos, cargos políticos entre outros postos de liderança e poder. Nesse contexto, não se avalia as condições que impedem sua ascensão, mas constroem e naturalizam uma falsa incapacidade do negro para chegar a estes locais.

Melo e Schucman (2022, p. 21) teorizam que no Brasil há uma supremacia branca que, embora não anuncie explicitamente, acredita na crença de sua própria superioridade enquanto

raça, por isso, esse grupo hegemônico declara que a discriminação no país ocorre pela desigualdade econômica.

Os autores argumentam que esse discurso omite uma realidade que permeia as diferenças raciais, em que raça é uma construção social e cultural que atua como mecanismo para segregar e hierarquizar os grupos racializados.

Tanto o mito da democracia racial, quanto a meritocracia servem para legitimar o lugar estratégico da supremacia branca na hierarquia social sem que ela precise verbalizar sua hegemonia. Esse é um exercício de poder que dispensa a violência física, uma vez que age, simbolicamente, imprimindo consensos ideológicos (MELO E SCHUCMAN, 2022, p. 21).

Esses consensos visam fixar os estudantes negros dificultando sua trajetória educativa. Tais práticas discriminatórias e preconceituosas na escola determinam os distintos percursos educativos vivenciados por estudantes brancos e negros. Logo, os vídeos dos canais, auxiliam práticas educativas democráticas e antirracistas, pois promovem o questionamento das relações de poder para a superação da naturalização do racismo, contribuindo com o reconhecimento da população negra enquanto sujeito histórico.

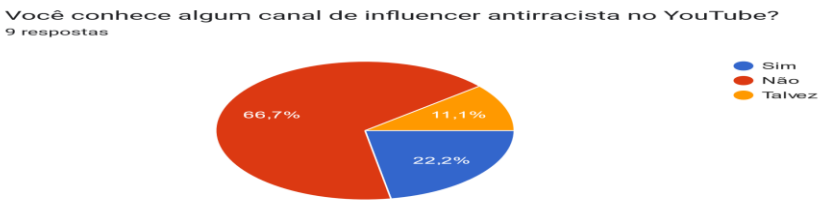
5.5 Sistematização: Percepções, reflexões e as relações dos estudantes aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista

A pesquisa empregou seis encontros, desenvolvidos com apoio da técnica grupo focal, junto a 8 alunos, de diferentes pertenças raciais, de gênero e classe social, matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra. A investigação buscou problematizar como adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista.

Para isso selecionou-se o canal *Papo de Preta* (2015) e seus vídeos: *Racismo na literatura, Os filmes mais racistas da Disney, Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?* E canal *Spartakus Santiago* (2007), juntamente dos vídeos *O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra, Porque Isabel não era fada sensata? - a verdade sobre a abolição e a lei áurea*.

Ao iniciar os encontros, os alunos foram questionados se conheciam influencers antirracistas no YouTube. O gráfico abaixo revela que a maior parte deles desconheciam esses youtubers.

Gráfico 13 - Conhece algum canal de influencer antirracista no YouTube



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

O diagrama demonstra que 66,7% dos estudantes, participantes da pesquisa, desconhecem youtubers negros e 11,1% deles preferiram utilizar o advérbio talvez para expressar a possibilidade, mas não a certeza de conhecê-los. Uma das diversas e possíveis causas do desconhecimento, por parte dos jovens, de youtubers negros pode ser explicado pelo algoritmo racista.

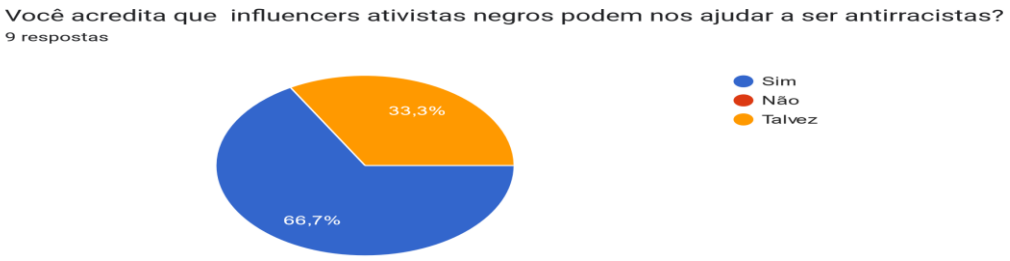
De acordo com Noble (2021, p. 17) a capacidade e poder dos algoritmos, acentuam desigualdade e opressão racial, pois são produzidos por seres humanos, portanto não são neutros, refletem crenças, reforçam estereótipos, impactando diretamente sobre os usuários. Para a autora, os algoritmos tendem a orientar as buscas guiadas por noções hegemônicas, resistindo às pessoas não brancas.

O YouTube está inserido nas relações de poder em torno da construção de significados e da representatividade, sendo assim, youtubers negros, como *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) podem ter menos visibilidade que youtubers brancos nos dispositivos automatizados de busca, reproduzindo as hierarquias raciais da sociedade brasileira.

As conversas desenvolvidas ao longo dos seis encontros, em torno do grupo focal, resultaram nas categorias: raça, educação, história e cultura, sendo que a categoria raça, devido a sua abrangência, subdividiu-se em 6 subcategorias, intituladas racismos, desumanização da população negra, cotas, representatividade e genocídio da população negra. Esta sistematização deu-se com base nas crenças, percepções, sentimentos e atitudes revelados nos discursos dos alunos.

Utilizou-se também, questionários de perguntas fechadas que trouxeram respostas quantificáveis sobre as impressões dos estudantes. O diagrama abaixo ilustra o resumo de um questionário aplicado antes do início dos encontros, no intuito identificar quais as concepções prévias dos alunos sobre a temática.

Gráfico 14 - Influencers ativistas negros podem nos auxiliarem a sermos antirracistas?



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Naquele momento, 66,7% dos jovens disseram que sim, os canais auxiliam na educação antirracista, ou seja, eles estimulam mudanças na forma de pensar e agir acerca da diferença racial. Os demais alunos possuíam dúvida se os canais estimulavam essa aprendizagem.

Ao fim dos encontros, aplicou-se outro questionário fechado visando mensurar se houve mudanças nos posicionamentos dos integrantes do grupo focal. O gráfico abaixo, demonstra a percepção dos educandos, após as reuniões, quanto a capacidade dos youtubers negros dos canais *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) corroborarem com a reflexão sobre a educação antirracista.

Gráfico 15 - Você acredita que os educadores podem utilizar os vídeos dos youtubers negros em sala de aula com o objetivo de facilitar e complementar a aprendizagem sobre a educação antirracista?



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Para 62,5% dos participantes o compartilhamento dos conteúdos pelos canais dos youtubers sempre são aliados na formação para educação das relações étnico-raciais, 25% deles acreditam que às vezes e para 12,5% dos jovens, muitas vezes, esses vídeos podem complementar práticas educativas antirracistas.

Conforme a maioria dos integrantes do grupo focal, os vídeos, muitas vezes, promovem o interesse pela educação antirracista, aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 16 - Os vídeos dos youtubers negros promovem interesse pelo conteúdo antirracista?



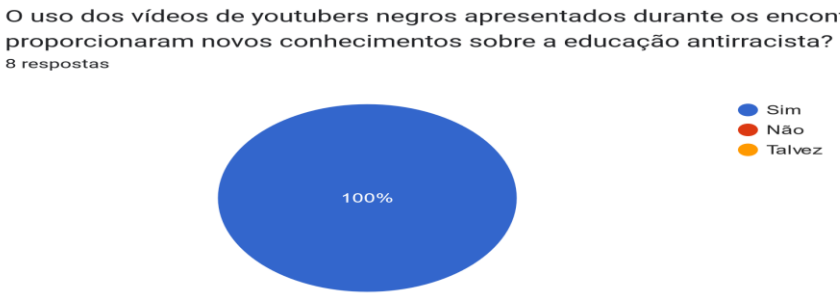
Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

25% dos alunos indicaram que os canais sempre estimulam o interesse para a educação das relações étnico-raciais. E 12,5% acreditam que nunca despertam o interesse.

Vele ressaltar que, ao analisar os resumos das respostas, individualmente, nota-se que o único aluno a não se interessar pelos vídeos trata-se de número 1, estudante autodeclarado branco, o qual durante as reuniões, sempre sorria, dizendo que só apareciam os dentes da youtuber Natália Romualdo do canal *Papo de Preta* (2015), mulher negra de pele retinta. Também defendeu o racismo reverso e racializou, negativamente, a população negra nordestina.

Quanto ao uso dos vídeos objetivando a aquisição de novos conhecimentos, a resposta foi unânime, ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 17 - Os vídeos dos youtubers negros proporcionam novos conhecimentos sobre a educação antirracista?



Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Todos concordam que assistir aos vídeos possibilitou resultados positivos para o desenvolvimento de novos aprendizados. Os dados oriundos das reuniões revelam como como adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers

negros ao mobilizar o tema educação antirracista por meio das categorias raça, cultura, educação e história.

Estas categorias contribuem para a implementação de três princípios previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O 1º princípio, *Consciência política e histórica da diversidade*, conduz a igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos vivendo em uma sociedade formada por diferentes culturas e grupos étnicos, sendo eles igualmente valiosos. Dessa forma, cabe conhecer e valorizar a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, assim como desconstruir por meio do diálogo, o mito da democracia racial, superando as injustiças contra a população negra.

O 2º princípio, Fortalecimento *de identidades e de direitos*, orienta para o conhecimento da diversidade de identidades presentes na sociedade brasileira, rompimento com as imagens destorcidas e negativas contra os povos negros, bem como, o combate a privação e violação de direitos.

O 3º princípio, trata as *Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações* e encaminha para a mudança de mentalidade e de comportamento, tanto dos indivíduos da comunidade escolar, quanto da instituição e de sua tradição cultural. Nesse sentido determina que, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana envolverá o presente e o passado, de modo a evitar distorções e promover atividades que oportunizam o diálogo, respeito aos valores e distintas visões de mundo.

Portanto, os dados oriundos da pesquisa indicam que os vídeos dos canais Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007), selecionados para a pesquisa, auxiliam a promoção da educação antirracista pautadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e pela Lei 10.639/2003, ou seja, as principais Leis que orientam a educação antirracista no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como relatado pelo livro *Um defeito de cor de Gonçalves* (2001), o processo de dominação promovido pela migração forçada de homens e mulheres do continente Africano traz consequências aos descendentes da diáspora negra até os dias atuais. Poderia ser diferente se não houvesse, atualmente, interesse de grupos privilegiados em assegurar os benefícios desse processo exploratório.

As provas das diversas tentativas de esquecimento e aniquilação estão expostas na alta incidência dos índices de violência policial, no nível de instrução, na renda, no acesso aos bens e serviço, no acesso aos cargos de liderança apresentados pelas principais pesquisas sobre as desigualdades raciais no país.

Como sistema social e econômico projetado pela supremacia branca, o racismo utiliza a natureza para justificar a subordinação imposta sobre as diferenças, nesse contexto, o Movimento negro, que é educador, ensina que, cientificamente, não existe raça, assim, politizam esse termo, visando utilizá-lo como ferramenta contra o processo de dominação.

As conquistas promovidas pelo Movimento negro impactam diretamente sobre a sala de aula pelo estabelecimento da Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.

A implementação dessa Lei é mais efetiva a depender dos esforços e interesses dos governos na promoção das políticas públicas, por exemplo, a BNNC do Ensino Médio, que institui o silenciamento das diferenças, expressando o momento conservador vivenciado pelo país.

A disputa em torno da educação dá-se, concomitante, ao avanço das tecnologias da comunicação e informação, logo celulares, internet, selfies, vídeos, games, redes sociais e suas linguagens verbal (oral e escrita), visual (imagens, ícones e ilustrações), sonora, corporal e digital são alguns dos elementos que compõe, os desafios atuais postos ao sistema educativo.

Em 2020, tais desafios, tornaram-se ainda mais intensos diante do isolamento provocado pela pandemia da COVID-19, em que o uso de dispositivos móveis assegurou o direito às aulas remotas para muitos estudantes brasileiros. Em meio a esse contexto, emergiu o objetivo geral dessa pesquisa, analisar o uso dos conteúdos compartilhados por youtubers

negros, no ano de 2020, como ferramenta potencializadora de promoção da educação antirracista junto a alunos do Ensino Médio da Escola Estadual José Alves Bezerra no Município de Porto dos Gaúchos.

Com base neste objetivo geral, desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos, verificar as configurações políticas promovidas por youtubers negros, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares; problematizar como adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista; investigar a possibilidade dos canais dos youtubers negros em se constituírem ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista.

Os sujeitos da pesquisa foram 8 alunos da Escola Estadual José Alves Bezerra em Porto dos Gaúchos. A seleção efetivou-se mediante os seguintes critérios: estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio, grupo misto, ou seja, sexo masculino e feminino, bem como de diferentes pertenças étnico-raciais e classes sociais, a fim de efetivar seis encontros de duas horas cada, no formato presencial, no espaço físico da escola.

Para a escolha dos canais optou-se pelos seguintes critérios: ter criador negro(a), publicar conteúdo que promova a educação antirracista no recorte temporal de 2020.O critério para seleção dos vídeos incluem ser publicação dos canais *Papo de Preta* (2015) e Spartakus Santiago (2007), apresentar conteúdo que contemple a educação antirracista, ser conteúdo publicizado dentro do recorte temporal de 2020.

Quadro 17 - Canais e vídeos selecionados para a pesquisa

Nome do vídeo	**Nome do Canal no YouTube**
Racismo na literatura	Papo de Preta (2015)
Os filmes mais racistas da Disney	Papo de Preta (2015)
Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?	Papo de Preta (2015)
Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra	Spartakus Santiago (2007)
Porque Isabel não era fada sensata? - a verdade sobre a abolição e a lei áurea	Spartakus Santiago (2007)
O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala	Spartakus Santiago (2007)

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022)

Os resultados da análise revelaram que a configuração política dos canais de *Spartakus Santiago* (2007) e *Papo de Preta* (2015) na plataforma do Youtube estão alinhados à educação antirracista, pois se relacionam aos principais documentos que regem a educação no Brasil, estimulando a formação de uma sociedade democrática, logo, antirracista, por meio da criação de conteúdo para a reeducação para as relações étnico-raciais.

O quadro abaixo resume os principais elementos utilizados pelos Youtubers para incitar praticas educativas antirracistas em ambientes escolares.

Quadro 18 - Configurações políticas promovidas por youtubers dos canais *Papo de Preta* e *Spartakus Santiago*, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares.

Configurações políticas promovidas por youtubers dos canais *Papo de Preta* e *Spartakus Santiago*, enquanto ações que incitam práticas educativas antirracistas em ambientes escolares
Uso do gênero textual multissemiótico *vlog*, que por suas características, permite a exibição do conteúdo combinando diversas formas linguísticas, tal como a verbal (oral e escrita), visual (cor, foto, vídeo, ilustração) e sonora (música, áudio) corporal e digital. Todos esses elementos ampliam os sentidos impressos no conteúdo, numa composição precisa, que visa informar, atrair e produzir engajamento.
No geral, as cores empregadas são, predominantemente, quentes, vibrantes, descontraídas, irreverentes. Todos esses componentes construídos pelos *creators* e emitidos pelo conjunto da identidade visual expressam as ideias, valores e o propósito dos canais.
A linguagem de todos os vídeos é informal, descontraída, como se estivessem conversando com um amigo, sem tanta preocupação com as normas gramaticais. Emprego de termos e neologismos conhecidos nas redes sociais e utilizados para aproximar e atrair seus seguidores.
O ativismo antirracista dos canais é planejado e intencional, desde a definição dos objetivos, às estratégias comunicativas e aos conteúdos, visando tornar o conteúdo inteligível, rápido e simples. Esse trabalho é orientado e avaliado pelas métricas, oferecidas pela plataforma do YouTube, que servem para confirmar quais medidas adotadas produzem maior engajamento.

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Tanto o canal *Papo de Preta* (2015), quanto o de *Spartakus Santiago* (2007) se constituem ambiência formativa pelas configurações políticas que dão forma e representam seus canais. Ambos possuem criadores jovens, com formação em comunicação, experiência em criação de conteúdo digital e são orientados por uma perspectiva politizada a respeito da educação para as relações étnico-raciais. Esse conjunto de características reúnem elementos potenciais para complementar práticas pedagógicas antirracistas.

Quanto à análise dos vídeos, no intuito de averiguar a possibilidade dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007), em se constituírem ambiências formativas, visando contribuir com a perspectiva de uma educação antirracista, investigou-se as relações entre os conteúdos dos vídeos e os principais documentos que orientam a educação antirracista, tais como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.639/2003, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).O quadro abaixo apresenta os dados.

Quadro 19 - Possibilidade dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007*)*, em se constituírem ambiências formativas, visando contribuir com a educação antirracista.

Possibilidade dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007*)*, em se constituírem ambiências formativas, visando contribuir com a educação antirracista.
O conteúdo apresentado pelos *creators* relacionam-se a meta descrita no artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, posto que, corroboram com a promoção da educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma sociedade democrática.
Envolvem o que é proposto por Brasil (2004, p.22), quando orienta que o ensino terá o propósito de divulgar a história do Brasil e a participação dos negros, tais como Zumbi dos palmares, nos âmbitos social, econômico e cultural.
Auxilia a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, em virtude de expor uma narrativa, sobre a data 13 de maio, como uma atualização das formas de exploração da população negra. Em contrapartida, evidencia o 20 de novembro como a data de morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares, que, conforme o youtuber, pode libertar mais que a Lei Áurea. Logo, se aproxima do que prevê a Lei 10.639/2010 ao estabelecer a data 20 de novembro, no Art. 79-B., seja incluída no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra.
Os conteúdos se relacionam à Lei nº 12.288/2010 que instituiu Estatuto da Igualdade Racial e publica as diretrizes destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
O capítulo VI, artigo 43 do Estatuto da Igualdade Racial trata os meios de comunicação e regulamenta a organização e funcionamento das produções de filmes e programas de televisão para que seja conferido oportunidades iguais, vedando qualquer tipo de discriminação. Diante dessas diretrizes, constata-se que o conteúdo dos canais não faz apenas uma crítica, são provocativos, soando mais como uma denúncia de uma prática irregular e discriminatória contra os diretores negros.
Também vão ao encontro do que proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.22) quando explicita que o ensino se fará por diferentes meios, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social.
Oportuniza a pluralidade ao incitar a leitura de autores negros, uma prática que vai ao encontro do proposto pela Lei 10.639/2003 no artigo A, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e acrescenta no parágrafo 2º, que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial de Literatura, assim como História e Educação artística.
Contribui com os princípios previstos em Brasil (2004), 1º princípio, *Consciência política e histórica da diversidade*, conduz a igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos vivendo em uma sociedade formada por diferentes culturas e grupos étnicos, sendo eles igualmente valiosos. O 2º princípio, fortalecimento *de identidades e de direitos*, orienta para o conhecimento da diversidade de identidades presentes na sociedade brasileira, rompimento com as imagens destorcidas e negativas contra os povos negros, bem como, o combate a privação e violação de direitos. O 3º princípio, que trata as *Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações* e encaminha para a mudança de mentalidade e de comportamento, tanto dos indivíduos da comunidade escolar, quanto da instituição e de sua tradição cultural.

Fonte**:** Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2022).

Diante disso, estimulam mudanças de percepção acerca da compreensão das relações raciais desiguais de poder, corroboram com práticas educativas assim como, criam em seus

canais espaço de ambiência formativa informal, contribuindo com a educação antirracista em ambientes escolares.

Caracteriza-se como um espaço de ambiência informal de aprendizagem, dado que, abrangem processos formativos que se desenvolvem a partir de conteúdos compartilhados na plataforma YouTube, diferencinado-se da educação escolar que se efetiva em instituições próprias e divide-se em modalidades de ensino.

A proposta de promoção da educação antirracista pelos ativismos digitais desenvolvida na Escola Estadual José Alves Bezerra problematizou como os adolescentes percebem, refletem e se relacionam aos conteúdos compartilhados por youtubers negros ao mobilizar o tema educação antirracista.

Os conteúdos exibidos pelos *creators* provocou ampla discussão acerca da história dos negros narradas na escola e nos livros didáticos, já que, conforme os adolescentes, os vídeos inserem novos elementos às narrativas propagadas na instituição de ensino. O esquecimento, no currículo, da história e cultura negra revela as estratégias reproduzidas pela branquitude que permitem jogar com a memória coletiva, provocando o apagamento e aniquilação da desse grupo.

Consequentemente surge espaço para a categorização positiva do grupo branco e negativa do negro, uma classificação racialista, por via de essencialização que resulta na estereotipação do segundo. Neste estereótipo, o fenótipo tal como cor da pele, formato do cabelo, nariz e boca são elementos marcadores da diferença cultural e racial que fixam o indivíduo em um lugar de representação negativa.

Desde o século XX há uma distinção evidente entre biologia e cultura, logo um sistema de classificação serve apenas para produzir estereótipo e exercer um poder político, econômico, cultural, social e racial sobre o grupo estereotipado. Embora seja comprovado, cientificamente, que biologicamente não há diferenças entre os grupos humanos para justificar uma classificação racial, ainda há a defesa e manutenção dessas representações, impactando, negativamente, as percepções e aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, os vídeos dos canais *Papo de Preta* (2015) e *Spartakus Santiago* (2007) planejam seus discursos de modo a relacionar o presente e o passado, favorecendo novas leituras sobre os signos raça. Esses espaços são ambiências formativas que auxiliam a produção de práticas educativas democráticas, pois promovem o questionamento das relações raciais de poder e o combate ao racismo, contribuindo com a emancipação da população negra.

De acordo com as percepções dos estudantes, apresentadas nos encontros, as escolas pelas quais eles estudaram não incluíram os conteúdos previstos pela Lei nº 10.639/2003 no currículo. Tal decisão é política, instituída pela gestão da instituição e ancorada por docentes e demais integrantes da comunidade escolar que, sutilmente, aniquila as diferenças.

O conjunto dessas ações se relacionam, em alguma medida, à arvore do esquecimento, ritual simbólico que anunciava a despedida da história, cultura e identidade dos escravizados, já que, atualmente, conforme os jovens, os aspectos que marcam a ancestralidade africana são, superficialmente, abordados.

Os resultados da pesquisa sugerem que está em curso uma forte disputa pela memória, cultura e identidade dos adolescentes, esse processo, de acordo com Silva (2008, p. 81) envolve diferentes grupos sociais assimétricos e uma disputa mais ampla pelos recursos simbólicos e materiais da sociedade, visando garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

Significa dizer que, nas salas de aula, concorrem forças pelo poder de definir o que é a identidade e o que é uma diferença. Não há inocência no ato de não cumprir a Lei 10.639/2003, já que tal ação política reforça o poder de dividir e classificar, determinando quais são os saberes, o que é bom ou ruim, o *nós* e o *eles,* normais e anormais.

Os Youtubers dos canais Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007) desestabilizam e subvertem esses parâmetros produzindo o questionamento das representações e das normas hegemônicas. Tal postura se associa à *pedagogia como diferença* que é classifica por Silva (2008, p. 97) como uma estratégia liberal que estimula a diversidade cultural, uma vez que, a identidade não é algo da natureza, não é fixa, consequentemente, são híbridas, flutuantes e tem uma série de formas legitimas de se expressar culturalmente.

O autor acrescenta que, nesta pedagogia, a identidade e diferença deveriam ser tratadas como questão política, tendo como elemento principal desse método de ensino o processo de produção da identidade e diferença, de modo que, os alunos possam questionar quem são os atores envolvidos e os mecanismos presentes nesse sistema.

O currículo que ensine apenas conhecer, respeitar e tolerar as diferenças não é capaz de desestruturar as representações e relações de poder expressas pelas falas dos estudantes ao longo dos encontros na Escola estadual José Alves Bezerra, ao passo que, também não consegue implementar a Lei 10.639/2003.

Consequentemente, desconsidera a educação como direito prioritário e absoluto estabelecido pelos artigos 6º e 205º da Constituição Federal (1988), em que envolve o conjunto de toda a população brasileira, sem nenhuma distinção de raça/cor, gênero ou orientação sexual, portanto, tais escolas, corroboram com o conjunto de medidas que impedem o acesso e permanência da população negra aos direitos de educação.

Não é possível tratar esse ato de ilegalidade como desconhecimento ou ignorância, já que ele está em conflito com as regras e princípios que regem a educação democrática que é, no país, orientada pelo Ministério da educação quando criou em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e em 2009, o Plano Nacional de Implementação das diretrizes.

Esses documentos orientam a educação para as relações étnico-raciais, conhecida por professores e estudiosos do tema como educação antirracista, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), portanto, executar a LDB não é opcional, é uma responsabilidade civil de todas as escolas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, p. 85-97, 2011.Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38 Acesso em: 21 fev. 2022.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única.** Youtube, jul**.** 2009. Disponívelem:https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt#t-14316. Acesso em 21.jan.2022.

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Vera Peroni; BARBOSA, Inês de. **Currículos e Pesquisas com os Cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos 'pensados praticados' pelos 'praticantes pensantes' dos cotidianos das escolas**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). Currículos, Pesquisas, Conhecimentos e Produção de Subjetividades. Petrópolis/RJ: D et Alli, 2012: 4

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas** - publicado pela ANPAE. 2018.Disponível em: https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf Acesso em: 21 fev. 2022.

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 55–80, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8649160. Acesso em: 25 maio. 2022

ALGORITHMIC JUSTICE LEAGUE. **A tecnologia deve servir a todos nós, não apenas os poucos privilegiados.**2023 Disponível em: https://www.ajl.org.Acesso em: 17.jan.2023

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; ABDC - Associação Brasileira de Currículo. **Exposição de Motivos: BNCC-EM**.2018 Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/anped_abdc_contrabncc-emago2018final.pdf.Acesso em: 21 fev. 2022.

ARROYO, **Miguel G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da Educação Básica.** Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709173/mod_resource/content/3/Leitura%20complementar.pdf . Acesso em: 18.jan.2022.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia. 4a ed.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Disponível em: https://fritznelalphonse.files.wordpress.com/2013/05/barbosa_igualdadeemeritocraciaaeticadodesempenhonassociedadesmodernas.pdf.Acesso em: 02.ago.2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa edições, 70, 225,1977.Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDlN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 18.jan.2021.

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. **Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil** / On the extraeconomic grounds of racism in Brazil. Revista Direito e Práxis, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 2332-2359, dez. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30077>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Vol.2; tradução: Sérgio Mielliet. -3ª. edição-Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2016.

BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé A. O que é democracia? Luanda: Friedrich Ebert Stiftung, 2011. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/08202.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

BENEDITO, Beatriz Soares CARNEIRO, Suelaine PORTELLA, Tânia**. Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/. Acesso em: 17.jul.2023.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORTOLAZZO, Sandro, Faccin. **O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais.** Rev. Cad.Comun, Santa Maria, v.20, n.1, art 1, p.1 de 24, jan/abr.2016. Disponível em: file:///C:/Users/souza/AppData/Local/Temp/22133-110306-1-PB.pdf. Acesso em 26.nov.2021.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In Conference on Fairness, Accountability and Transparency. pages 77–91. 2018. Disponível em: https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a/buolamwini18a.pdf. Acesso em: 17.jul.2022.

BUOLAMWINI, Joy; **Artificial Intelligence Has a Problem With Gender and Racial Bias. Here's How to Solve It.** Time.07 de fev.2019.Disponível em: https://time.com/5520558/artificial-intelligence-racial-gender-bias/. Acesso em: 17.jan.2023

BHABHA, Homi K. ***O local da cultura*.** Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a Revolução Digital**. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205278/mod_resource/content/1/Burgess%20et%20al.%20-%202009%20-%20YouTube%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20Como%20o%20ma

ior%20fen%C3%B4meno%20da%20cultura%20participativa%20transformou%20a%20m%C3%ADdia%20e%20a%20socieda.pdf. Acesso em: 10 de ago.2021.

BHERING, M. de S.; MACHADO DA FONSECA, V..; HENRIQUE MOTA SILVA, T. A BNCC e a Lei n. 10639/2003: **Componentes curriculares e educação antirracista**. Revista de Ciências Humanas, *[S. l.]*, v. 2, n. 21, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/12726. Acesso em: 16 mar. 2022.

BLACK PIPE ENTRETENIMENTO**. Página inicial do canal Black pipe entretenimento**. YouTube. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/@BlackPipe/about**.** Acesso em: 23 mar. 2023.

BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; BRANCO, Emerson Pereira; IWASSE, Lilia Fávaro Alegrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 21, p. 47–70, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5087 Acesso em: 07. fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2021**: notas estatísticas. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 05. mar 2023.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05. mar 2022.

_____. Decreto nº 1.331-a de 17 de fevereiro de 1854. **Regulamento da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html. Acesso em: Acesso em: 05. mar 2022.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.Disponível em :https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em 24.fev.2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório Brasil no PISA 2018** Brasília-DF. INEP/MEC, 2020.Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso em:24.fev.2022.

_____, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, D. F: Diário oficial da união, 2012.disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. acesso em: 26 jun. 2022

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____. **Lei 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília,2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 02. abr. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em:14.fev.2022.

_____**Lei n.º 10.172, de 9. Jan. 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm.Acesso. Acesso em: 14.fev.2022.

_____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____, **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____, **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. em: 28 de mar. 2023.

_____. **Lei n.º 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 de fev. 2022.

_____**Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base . Acesso em: jun. 2021.

_____. Ministério da Educação **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 14.fev. 2022.

_____Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2022.

_____ Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Acesso em:03.abr.2022.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**- institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). MEC: Brasília - DF, 2018c.Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296. Acesso em:14.fev.2022.

_____, Ministério da Educação**. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2022.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.Disponível em: https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). (2022). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos **domicílios** brasileiros: Pesquisa **TIC Domicílios**, ano 2021: Relatório metodológico. São Paulo: CGI.br. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf.Acesso em:14.fev.2022.

COSTA, Marco Antônio Fonseca, da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**/ Marco Antônio F. da Costa, Maria de Fátima Barrozo da Costa. 3, ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Giovanna. **YouTube e extremistas ganharam dinheiro com transmissões ao vivo das ações terroristas**. Marco Zero, 09, jan. 2023. Disponível em: https://marcozero.org/youtube-e-extremistas-ganharam-dinheiro-com-transmissoes-ao-vivo-das-acoes-terroristas/. Acesso em: 17.jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.Disponível em: https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf .Acesso em: 10 de ago.2021.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. Fronteiras, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 196–215, 2021. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15814. Acesso em: 23 jun. 2023.

CECHINEL, Andre; FONTANA Silvia Aparecida Pereira; GIUSTINA Kelli Pazeto Della; PEREIRA, Antonio Serafim; PRADO Silvia Salvador do Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. Criar Educação. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./jun., 2016.Disponível em: file:///c:/users/souza/downloads/canarim,+cechienel+et+all,+estudo-analise+documental-uma+revis%c3%83o+teorica+e+metodologica.-1.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2023.

CECI, L. YouTube - **Statistics & Facts.** Statista. 22, mar. 2023. Disponível em: https://www.statista.com/topics/2019/youtube/#topicOverview.Acesso em 01.jul.2023.

CEPAL. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego**. Comissão Econômica para a América Latina -CEPAL, 2021. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte. Acesso em: 18 de maio de 2023

CETIC.BR. Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação do Comitê Gestor da Internet Brasil. **Resumo Executivo TIC Domicílios 2020**. Edição covid-19 metodologia adaptada. On-line. São Paulo: CGI.br, 2021 Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo_executivo_tic_domicilios_2020.pdf.Acesso em 15.nov.2021.

CONASS. **Painel Nacional: COVID-19**. CONASS – Conselho Nacional de Secretários de saúde, 2023.Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 18 de maio de 2023.

CUSTODIO, Denizard; OLIVEIRA, Laura; VALLE, Francisco. **Quando eu for humano: A Desumanização Do Negro Nas Animações**. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, Salvador, Bahia. ANAIS PROVISÓRIOS DO INTERCOM, 2020. Disponível em: http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0492-1.pdf. Acesso em: 25. jul. 2022.

CGI. TIC Kids online Brasil 2022: **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil.** São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2022_principais_resultados.pdf. Acesso em:15.jun.2023.

CHARTIER, Roger. **O passado no presente**. História Revista, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 29–53, 2021. DOI: 10.5216/hr.v26i2.68280. Disponível em: https://revistas.ufg.br/historia/article/view/68280. Acesso em: 23 jul. 2022.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. in: Romão, Jeruse (org.). A história da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: acesso em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf Acesso em: 26 jun. 2021.

DÂMASO, Lívia. **O que é app? Quatro perguntas e respostas sobre aplicativos para celular.** TechTudo. 09.Dez.2019. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-app-quatro-perguntas-e-respostas-sobre-aplicativos-para-celular.ghtml. Acesso em: 26.nov.2021.

DE LIMA VELHO JUNGES, Débora; GATTI, Amanda. **Estudando por vídeos: o Youtube como ferramenta de aprendizagem**. Informática na educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2019. DOI: 10.22456/1982-1654.88586. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/88586. Acesso em: 22 jul. 2022.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWEY, John. **Experiência e Educação.** 3. ed. Tradução de Anísio Teixeira, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1062221/mod_resource/content/1/experiencia-e-educacao-dewey.pdf . Acesso em: 20.jun.2023.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; NETTO, Menelick de Carvalho. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas**. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/download/3553/2822.Acesso em: 18.dez.2021.

FAGUNDES, H. P. P.; CARDOSO, B. L. C. **Quinze anos de implementação da Lei 10639/2003: desafios e tensões no contexto da Base Nacional Comum Curricular**. Revista Exitus, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 59-86, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n3ID918. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/918. Acesso em: 05. mar. 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

_____, Frantz **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, (1968).Disponível em: https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2012/06/os-condenados-da-terra-frantz-fanon.pdf. Acesso em: 05. mar. 2022.

FAPPI, Tiago. **Antepassados Negros: genealogia para brasileiros Afro-descendentes**. Edição do autor. Leipzig. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/antepassados_negros_genealogia_para_afro__1_.pdf Acesso em:18.dez.2021.

FERREIRA, Eliete Mota. **Ensino de história e cultura-afro-brasileira no Ensino Médio da Educação Básica.** Revista Educação e Ciências Sociais**.** (ISSN: 2595-9980), Salvador, v.3, n.4, 2020.Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/7862. Acesso em: Acesso em:18.dez.2021.

FRANCO, Mariele. **Instituto Mariele Franco**. 2023.Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/. Acesso em: 17. abril de 2023.

FREITAS, Lucia Gonçalves de; JESUS, Marcos Túlio Pereira de. **Pessoas negras em livros didáticos: trajetórias de pesquisas**. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5384. Acesso em: 23 jul. 2022.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.GUIMARÃES, Antônio, S. A. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.43, p.26-44, nov. 1995.Dsponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229395/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala%20%281%29.pdf. Acesso em:15.jun.2021

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos**. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: Acesso em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5971548/mod_resource/content/1/722-2195-1-PB.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro.**2001**.** Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/705.Acesso em: Acesso em:15.mar.2023.

GOMES, Laurentino. **A árvore do esquecimento**. Twitter: @laurentinogomes. 01.ago. 2019.Disponível em: https://twitter.com/laurentinogomes/status/1156946178627555329.Acesso em: 17.dez. 2021.

Gomes, Nilma Lino. **Educação democrática antirracista: uma escolha política**. Fundação Santillana, 2023. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/blog/educacao-democratica-antirracista-uma-escolha-politica/. Acesso em:15.jul.2023.

_____, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Educação em Revista|Belo Horizonte, v.34, Petrópolis, RJ: vozes,

2017.Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/wcPLnhyn3RszrkMKnQvXLTS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20.jun.2022.

_____, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. Educ. Rev. [online]. vol.34, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982018000100207&script=sci_abstract. . Acesso em:15.mar.2022.

_____, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a Raça.** Educação & Sociedade, vol. 33, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/abstract/?lang=pt. Acesso em:15.mar.2022.

_____, Nilma. Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em:15.mar.2023.

_____, Nilma. Lino; **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n. 21. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/abstract/?lang=pt. Acesso em:08.abr.2022.

GOMES, Vitor Savio de Araújo. **O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular**. Anais v. 1 n. 1, 2020. Disponível em: https://anais.ueg.br/index.php/sielli/article/view/14262. Acesso em:15.mar.2022.

GONÇALVES, Ana Maria. ***Um defeito de cor***. 17ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GUALTIERI, R. C. E. **Educar para regenerar e selecionar**. **Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil**. Estudos de Sociologia, *[S. l.]*, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1147. Acesso em: 15.nov. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.Disponível em: Acesso em: https://repositorio.usp.br/item/001048486. Acesso em: 22 jul. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. - Rio De Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Cultura e representação. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.). Disponível em:https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em:15.dez.2021.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. [et al.] - Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília: Representação da |Unesco no Brasil, 2003. 434 p.(Humanitas).Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall.pdf. Acesso em:15.dez.2021.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. [et al.].1ª edição atualizada - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.410 p. (Humanitas).

HOOTSUITE. **Global State of Digital 2022.** Disponível em: https://www.hootsuite.com/pt/recursos/digital-trends**.** Acesso em:27.jan.2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**. Nº.48, 2ª ed., Rio de janeiro, 2022. Disponível em: Acesso em: 02 de fev. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental: municípios das capitais: 2009/2019**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. nº.46, Rio de janeiro, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979. Acesso em: 02 de fev. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica, nº.49, Rio de janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica, nº.44, Rio de janeiro, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979. Acesso em: 02 de fev. 2023.

_____, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -PNAD. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=publicacoes. Acesso em:27.jan.2023

_____Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Educação: 2019**.Rio de janeiro,2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em:27.jan.2023

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução: Susana Alexandria, 428 pp. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3428514/mod_resource/content/3/intro-cultu-conver.pdf. Acesso em:04.abr.2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus; 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014. 200p. Disponível em: http://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf. Acesso em:04.abr.2022.

KAWAKAMI, Erica Aparecida; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos *et al*. **Perspectivas afrodiaspóricas: interrogações ao cânone do pensamento social brasileiro** - 1ª.ed.-jundiaí [SP]: Paco Editorial, 232p. 2021. (Série estudos reunidos; v 96).

KEEN, Andrew. **The cult of the amateur: how today'sinternet is killing our culture**. Nova York: Doubleday/Currency, 2007, 228 páginas.Disponível em: https://filmadapter.files.wordpress.com/2014/10/andrew_keen_the_cult_of_the_amateur_how_todaysbookfi-org.pdf. Acesso em:25.nov.2021.

KEMP, Simon. **Digital 2022: Global Overview Report.** Disponível em: 26 Jan.2022. https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report. Acesso em: 15.jan.2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/memorias_da_plantacao_-_episodios_de_rac_1_grada.pdf .Acesso em: 15.jan.2022.

LEVVI TALK. **YouTube.**2023. Disponível em: https://www.youtube.com/@LevviTalk/about**.** Acesso em: 23 mar. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf.Acesso em: 21.jun.2021.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. **Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa.** Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/2356-Texto%20do%20Artigo-8504-1-10-20210407.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

MACHADO, N. S.; LUPEPSO, M.; JUNGBLUTH, **A. Educação Híbrida. Guia de Leitura do curso Educação Híbrida.** Edição e Revisão: Maria Josele Bucco Coelho. CIPEAD Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância. Universidade Federal do Paraná, 2017.Disponível em: https://cipead.ufpr.br/portal1/wp-content/uploads/2020/03/ehV02.pdf. Acesso em: 25.nov.2021.

MARIANI, Daniel; RONCOLATO, Murilo; ALMEIDA, Rodolfo; e TONGLET, Ariel. **Censo de 1872: retrato do Brasil da escravidão.** Nexo Jornal, 2017.Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o. Acesso em: 30.jun.2023

MEDEIROS, Priscila Martins; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Por narrativas outras: educação e desracialização da experiência negra no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São

Paulo, v. 49, n. 171, p. 288–307, 2019. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5497. Acesso em: 21 jul. 2022.

MELO, Willamys da Costa; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Mérito e mito da democracia racial**. Revista Espaço Acadêmico, v. 21, p. 14-23, 1 fev. 2022. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59991. Acesso em: 21.jun.2023.

MENDES, Alexandre. **TIC – Muita gente está comentando, mas você sabe o que é?** Portal iMaster**,** mar.2008. Disponível em: http://imasters.com.br/artigo/8278/gerencia-de-ti/tic-muita-gente-esta-comentando-mas-voce-sabe-o-que-e/ . Acesso em: 07. abr. 2023.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22-26/jul., 2013, p. 1-16. Disponível em:http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf . Acesso em: 21.out.2021.

MOREIRA, Rodrigo Birck; PERETI, Emerson**. A Árvore do Esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiaspórica**. Revista UNIABEU, V.13, Número 33, 2020.Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3860. Acesso em: 17.dez.2021.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, n. 12, p. 169-203, 2010.Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

NAGUMO, Estevon; TELES, Lucio França. **O uso do celular por estudantes na escola: motivos e desdobramentos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 97, n. 246, p. 356-371, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812016000200356&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2017. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/371614642. Acesso em 25.nov.2021.

NATH FINANÇAS. **Página inicial do canal Nath finanças**. YouTube. Disponível em: **https://www.youtube.com/@NathFinancas/about.** Acesso em: 23 mar. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro*:*** processo de um racismo mascarado. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Simonia Souza do; MOTA, Alessandra Ferreira. **Sala de aula em Porto dos Gaúchos: educação antirracista em tempos de interfaces digitais.** In: Anais do Seminário de Educação do Vale do Arinos. Anais. Juara (MT) UNEMAT, 2021. Disponível em: https://eva.faespe.org.br/anais/xvseva/411614-sala-de-aula-em-porto-dos-gauchos--educacao-antirracista-em-tempos-de-interfaces-digitais/.Acesso em: 01.Dez.2021.

NGANGA, João Gabriel do Nascimento. **Percepções sobre o Racismo no Brasil.** Julho/2023.Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/Sumario-Executivo-Percepcoes-sobre-o-Racismo-no-Brasil.pdf. Acesso em:02 de ago.2023

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da Opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo**. Traduzido por Felipe Damorim. Santo André/SP: Rua do Sabão, 2021.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde 2023**.**Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 18 de maio de 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. 184p.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no brasil nas três últimas décadas.** Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2657). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10623/1/td_2657.pdf. Acesso em: 03.mar.2023.

OXFORD ECONOMICS**. Impacto do YouTube no Brasil em 2021**. Disponível em: https://www.oxfordeconomics.com/wp-content/uploads/2022/08/Impacto-do-YouTube-no-Brasil-em-2021.pdf. Acesso em: Acesso em: 03.mar.2022.

OXFORD ECONOMICS**. Impacto do YouTube no Brasil em 2020**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1e0J-ESHGWP-CprXUu-Q57tG2KM8Zs-ks/view . Acesso em: Acesso em: 03.mar.2022.

PAPO DE PRETA**. Página inicial do Canal Papo de Preta no YouTube**. YouTube: @PapodePreta. Disponível em: https://www.youtube.com/c/papodepreta. Acesso em:03 de abr.2021.

_____. **Foto Maristela Rosa**. 24 out. 2022. Instagram: @papodepreta. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CkHWbyMMbfy/. Acesso em: 20 de jan. 2023.

_____. **Foto Natália Romualdo**. 15 dez. 2022. Instagram: @rosamaristela. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CmMdbNXrm5r/. Acesso em: 20 de jan. 2023.

_____. **Já passou a época de se falar em racismo no Brasil**. YouTube: @PapodePreta. 10 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yl9QpUtLNts. Acesso em:03 de abr.2021.

_____. **Os filmes mais racistas da Disney**. YouTube: @PapodePreta.19 ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eElcgb1b_ak. Acesso em:03 de abr.2021.

_____. **Página do papo de Preta no Facebook**. Facebook: @canalpapodepreta. Disponível em: https://www.facebook.com/canalpapodepreta/?locale=pt_BR. Acesso em 26 de abr.2023.

_____. **Página do papo de Preta no Instagram**. Instagram: @papodepreta. Disponível em: https://www.instagram.com/papodepreta/. Acesso em 26 de abr.2023.

_____. **Página do papo de Preta no TikTok**: TikTok @papodepreta. Disponível em: https://www.facebook.com/canalpapodepreta/?locale=pt_BR. Acesso em 26 de abr.2023.

_____. **Racismo na literatura**. YouTube: @PapodePreta. 28 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=thIuJ-i5WRk. Acesso em:03 de abr.2021.

PEREIRA, Alexandre, Barbosa. **Rolezinho no shopping: Aproximação etnográfica E política**. Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP Vol. 3, n. 2, ano 4. 2014. Semestral. ISSN: 2237-678X.Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/679/33 . Acesso em: 02.nov.2021.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. **Os "rolês" do movimento negro brasileiro na atualidade, nas "pegadas" da educação**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], v. 1, n. 75, p. 162-183, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i75p162-183. Disponível em https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/169201. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O movimento negro brasileiro e a Lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação.** Revista Contemporânea de Educação, Revista Contemporânea de Educação, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016.Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452. Acesso em 11.mai.2022.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** 2010. 268f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22402/%e2%80%9cO%20Mundo%20Negro%e2%80%9d_%20A%20constitui%c3%a7%c3%a3o%20do%20movimento%20negro%20contemporor%c3%a2neo%20no%20Brasil%20%281970-1995%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **"Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história.** Revista História Hoje, v. 1, n. 1, p. 111-128, jun. 2012. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/307691487_Por_uma_autentica_democracia_racial_os_movimentos_negros_nas_escolas_e_nos_curriculos_de_historia Acesso em: Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. **Percurso da lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos.** Revista Linguagens e Cidadania, Santa Maria, v. 14, p. 1-12, jan/dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810/14010. Acesso em:24 maio 2021.

PEREIRA, Marcos Emanoel; ÁLVARO, josé Luis; OLIVEIRA, Andréia C.; DANTAS, Gilcimar S. **Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo**. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 144-153, abr. 2011. Disponível em:

http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07. mar. 2023.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. **Pós-colonial: a ruptura com a história única**. Simbiótica, UFES, V. úni., n.3, junho -2013. Disponível em https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/5494/4012. Acesso em:15.nov.2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417Q.Acesso em: 19.dez.2021.

POWELL, R. A.; SINGLE. H. M. Focus groups. **International Jornal for Quality in Health Care**, v. 8, n. 5, p. 499–504, 1996.

PRENSKY, Marc . **Digital natives, digital immigrants**. On the horizon, MCB University Press, v. 9, n. 5, 2001, p.1-6.Disponível em:https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf. Acesso em 06.dez.2021.

PROGRAMAÇÃO DINÂMICA. **Página inicial do canal Programação Dinâmica.** YouTube. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/@pgdinamica/about**.** Acesso em: 23 mar. 2023.

REPRESENTATIVIDADE: in Dicionário PRIBERAM da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/representatividade.Acesso: em 24-03-2023.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. 4. ed. - Rio de Janeiro: Pallas, 2011.Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/8+Artigo+-+Jefferson+Queiroz+-+negros+no+cinema.pdf. Acesso em: 28.04.2023.

ROLON, R. B. B. **O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no curriculum escolar brasileiro: algumas considerações**. Revista ECOS, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/720. Acesso em: 25 mar. 2022.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. **"Como ocupar uma escola? pesquiso na internet!": política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil**. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 93-110, 2017. Disponível em: < https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201726 > DOI: 10.1590/1809-5844201726.Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/814e6e6a-5bb3-4378-a715-a0b990f640bd/002867490.pdf. Acesso em 02.nov.2021.

ROSA, Maristela. **Página de Maristela Rosa no twitter**: twitter @RosaMaristela. Disponível em: https://twitter.com/RosaMaristela.Acesso em 26 de abr.2023.

RICŒUR, Paul, 1913 tradução: **A memória, a história, o esquecimento** / Paul Ricoeur Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/Paul%20Ricoeur%20-

%20A%20mem%C3%B3ria,%20a%20hist%C3%B3ria,%20o%20esquecimento%20(2007,%20Unicamp).pdf. Acesso 28.abr. 2022.

RUFINO, Luana. **Diversidade de Gênero e de Raça no Audiovisual: A importância da produção de dados e informações para construção de políticas públicas**. Superintendência de Análise de Mercado – ANCINE, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/MARCachoeira_LUANARUFINO.pdf. Acesso 28.abr. 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista das mídias locativas**. Revista FAMECOS, v. 15, n. 37, p. 20-24, 27 jan. 2009. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4795. Acesso em 25.nov.2021.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território.** Caderno Prudentino de Geografia, *[S. l.]*, v. 4, n. 42, p. 200–224, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7877. Acesso em: 18 maio. 2023.

SANTOS RIBEIRO, Bárbara Cristina Marques dos. **A cor da informação: o canal *Papo de Preta* e a formação da identidade negra.** Ensaio Geral, n. 2 (2022), p. 141-163.Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/51236-Texto%20do%20Artigo-179934-1-10-20211029-1.pdf. Acesso em: 24.abr.2023

SANTOS, Rosemary dos. **Formação de Formadores e Educação Superior na cibercultura: itinerâncias de Grupos de Pesquisa no Facebook**. 2015. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2010_1-505-DO.pdf. Acesso em: 20.jun.2021.

SEABRA, C. **O celular na sala de aula**. Wordpress, mar. 2013. Disponível em: http://cseabra.wordpress.com/2013/03/03/o-celular-na-sala-de-aula/. Acesso em: 18 nov. 2021.

SEGATO, Rita Laura. **Raça é signo**. Brasília, 2005. (pp. 16). http://dan.unb.br/images/doc/Serie372empdf.pdf. Acesso em: 25.mar. 2022.

SILVA, Adriana, Souza e. **From Cyber to Hybrid: Mobile Technologies as Interfaces of Hybrid Spaces.** space and culture vol. 9 no. 3, august, 2006. 261-278. Disponível em: https://www.academia.edu/2669373/From_Cyber_to_Hybrid_Mobile_Technologies_as_Interfaces_of_Hybrid_Spaces?from=cover_page. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Geraldo da e ARAÚJO, Márcia. **Da interdição escolar às ações educacionais de acesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). A história da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf Acesso em: 16 de mai.2022

SILVA, Monica Ribeiro da. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso**. Educação em Revista. Belo Horizonte.v.34. 2018.Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em:05mar.2022

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2018). **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares**. Educar em Revista, 34 (69), 123-150.Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/xggQmhckhC9mPwSYPJWFbND/?lang=pt#. Acesso em: 01.jun.2022.

SILVA, Tarcízio. **Colonialidade automatizada**: algoritmos e aprendizado de máquina nas plataformas de mídias sociais. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C.; ANDRADE, I. H. (orgs.). Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia. São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/Colonialidadeautomatizadaalgoritmoseaprendizadodemquinanasplataformasdemdiassociais-3.pdf. Acesso em: 01.jun.2022.

_____, Tarcízio. **Linha do Tempo do Racismo Algorítmico: casos, dados e reações**. Site Tarcízio Silva. 2023. Disponível em: https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo/. Acesso em: 01.jun.2023.

_____, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: Anais do IV Simpósio Internacional LAVITS – Assimetrias e (In)visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça. Salvador, Bahia, Brasil, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/ArtigoLavits-SILVATarcizio-1.pdf. Acesso em: 01.jun.2022.

_____, Tarcísio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais** (2022). Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/Racismoalgortmico_intelignciaartificialediscriminaonasredesdigitais-1.pdf. Acesso em: 01.abr.2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização**.Unicamp.1999.Disponível em http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/210752?guid=1650144355191&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1650144355191%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d210752%23210752&i=1. Acesso em:16.abr.2022.

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A imagem como documento: a história dos africanos e afro brasileiros por meio das imagens nos livros didáticos**.2022.Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12392/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Karoline%20Lima%20Sirqueira%20-%202022.pdf. Acesso em: 28.fev.2023.

SOUZA, Olívia Luiza Pilar de. **Representatividade importa? Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens mulheres negras em malhação: viva a diferença.** Belo Horizonte. 2021. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36631/1/representatividade%20importa%20-%20representa%c3%a7%c3%a3o%2c%20imagens%20de%20controle%20e%20uma%20proposta%20de%20representatividade%20a%20partir%20das%20personagens%20mulheres%20negras%20em%20malha%c3%a7%c3%a3o%20viva%20a%20diferen%c3%a7a.pdf. acesso em 01.nov.2022.

SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **O chocante bloqueio algorítmico do Youtube.**22 de jan.2020. Disponível em: https://br.boell.org/pt-br/2020/01/22/o-chocante-bloqueio-algoritmico-do-youtube. Acesso em: 20.jun.2022.

SPARTAKUS, Santiago. **Página inicial do Canal Spartakus Santiago no YouTube**. YouTube: @SpartakusSantiago. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC34UfLmI_CZ72VW7Y4Vibww. Acesso em:03 de abr.2021.

_____**. Como pensava Marielle Franco? -** Especial consciência negra. YouTube: @SpartakusSantiago. 10 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3K6XzQdmv7o. Acesso em:03 de abr.2021.

_____**. Foto Spartakus Santiago**. 12 abr. 2023. Instagram: @papodepreta. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cq8JgWVgAEx/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 19 de mai. 2023.

_____**. O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala**. YouTube:@SpartakusSantiago.12 mar.2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HTkRamZbEs0.Acesso em:03 de abr.2021.

_____**. Por que Isabel não era fada sensata?** YouTube: @SpartakusSantiago. 13 mai. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5uRteNWnDiQ&t=93s. Acesso em:03 de abr.2021.

_____. **Site Spartakus Santiago**. 2023.Disponível em: https://spartakus.com.br/. Acesso em: 17. abril de 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STAKER, Heather; HORN, Michael B. **Classifying K–12 blended learning.** ***Innosight Institute***, 2012. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED535180.pdf. Acesso em 01.nov.2021.

STRAUB, Sandra, Luzia, Wrobel, et al. **Laboratórios de Informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-Grossenses: uma análise discursiva da realidade educacional** /Sandra Luzia Wrobel Straub (org.) ... [et al.]. – Cáceres: UNEMAT Editora, 2020.

Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Laborat%C3%B3rio%20de%20Inform%C3%A1tica%20das%20Escolas%20P%C3%BAblicas%20Estaduais.pdf. Acesso em 10.nov.2021.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

TAVARES, Clarice; SIMÃO, Bárbara; VILANOVA, Vitor Santos. **Em novo relatório, InternetLab mapeia o uso de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras**. InternetLab.16 de mar.2023. Disponível em: https://internetlab.org.br/pt/noticias/em-novo-relatorio-internetlab-mapeia-o-uso-de-reconhecimento-facial-em-escolas-publicas-brasileiras/. Acesso em 10.jun.2023.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana** – 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. História da Diversidade Humana. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre. 2001.

VIEIRA, C. de A.; DA SILVA, R. M. **Desigualdade racial na elite ocupacional brasileira: considerações acerca da discriminação no mercado de trabalho 2005-2015.** Revista da ABET, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, p. 109–123, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1676-4439.2021v20n1.41504. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41504 . Acesso em: 21 abr. 2022.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Cotas para negros em universidades públicas no Brasil: significados da política contemporânea de ação afirmativa**. São Carlos – São Paulo, março.2012. Disponível em https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7264/TesePASV.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24.nov. 2021.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Morte morrida e morte matada.** WhatsApp: [Conversa privada]. 09 mai. 2022. 21:24. mensagem de WhatsApp.

UNESCO. **Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel.** 2014. ISBN: 978-85-7652-190-7. Disponível em: http://www.bibl.ita.br/UNESCO-Diretrizes.pdf. Acesso em: 24.nov. 2021.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Reprovação e distorção idade série**, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da cultura-do-fracasso-escolar.pdf. Acesso em:03.abr.2021

YOUTUBE. **Conceitos básicos do YouTube Analytics**.2023. Disponível em: https://support.google.com/youtube/answer/9002587?hl=ptBR&co=GENIE.Platform%3DAndroid&sjid=5818077064014742745-SA. Acesso em: 24.jul. 2023.

YOUTUBE VIBES. **O mundo do YouTube para além do YouTube.2021**. Disponível em: https://services.google.com/fh/files/blogs/youtubevibes_01.pdf?&YTGenre=youtube-trends&ContentType=other-news&utm_content=other-news-cta&feature=lnp-em-ad39-BR-a-OT-OT&utm_medium=email-d&utm_source=newsletter&utm_team=youtube-br&utm_campaign=20210519-youtube-br-ytr-monthly-a&mkt_tok=MTcyLUdPUC04MTEAAAF9a8qTdyeKGNR1LE5-pTNMbCGNPyBBGQhZeduY8iq34DPJpopoNHZ0dHI7WpRGVIOnVorMbLJ8agiMbtSeHoT3ufum5eKCggoANKSsF4TOkI5A. Acesso em: 18 abr. 2022.

YOUTUBE VIBES. **O mundo do YouTube para além do YouTube.2021**. Disponível em: file:///C:/Users/souza/Downloads/twg_youtubevibes_04-7.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

APÊNDICE A - Categorias

Quadro 4: **REGISTRO DE DADOS DA CATEGORIA HISTÓRIA**

CATEGORIA	NÚMERO DE FREQUÊNCIA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
História	02	(...todo mundo conhece a **história** da Mariele)	"Porque essa pessoa, essa mulher realmente foi impactou o Brasil, porque o vídeo anterior fala "você quando matou alguém falava naqueles dias ali e acabava a **história**" no caso da Marielle não se você for perguntar, todo mundo conhece a **história** da Marielle." (Aluna7:00:01:19 sobre o vídeo Como pensava Marielle Franco, 19.05.2022)
História	01	"...depois que foi passado a **história** dela..."	Bastante pessoas a conhecia, mas depois que ela morreu, depois que foi passado a **história** dela eu tenho certeza que ela abriu a cabeça de muitas outras pessoas sobre o assunto. (Aluna 7: 00:02:03 sobre o vídeo Como pensava Marielle Franco, 19.05.2022)
História	03	"...passa no livro de **histórias**..." "...comentário **histórico**..." "...passando como foi a **história**..."	"...espero pelo menos que todo mundo já conheça que não é tão bom quanto passa no livro de **histórias**. Eu gostei bastante porque não é mais um tipo um comentário **histórico**, só passando como foi a **história** e tal..." (Aluno 6: 00:03:35, vídeo Porque

			Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	03	"...Não tem sentido fazer uma **história** normal..." (...Isso de virar animaizinhos na **história**. O negócio do vídeo é que a **história** faz os personagens negros virarem animais.)	"...Não tem sentido fazer uma **história** normal vamos, dizer assim, igual é a nossa vida, acho que não teria então tipo assim cabimento. Então, claro que tem mais disso nos negros. Isso de virar animaizinhos na **história**. O negócio do vídeo é que a **história** faz os personagens negros virarem animais." (Aluna7: 00:02:34 sobre o vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
História	01	"Por que e principalmente em **história** não fala sobre isso?	"Por que e principalmente em **história** não fala sobre isso? Exatamente isso que eu ia perguntar pra vocês."
História	04	"Enfim no caso da pessoa negra ela assume uma função na **história** dos familiares porque ele faz parte dessa **história**.." "Não sabia de nada disso. Era só o básico da **história** mesmo..." "Na escola até se fosse pra estudar mais sobre essa área não seria **história**..."	Enfim no caso da pessoa negra ela assume uma função na **história** dos familiares porque ele faz parte dessa **história** e não um simples **branco** ditador impondo, tipo mostrando como foi mais uma visão da vítima que viu tudo que aconteceu. Porque tipo sei lá sexto até o oitavo não tinha essa visão. Não sabia de nada disso. Era só o básico da **história** mesmo. Não tinha essa visão de como eles foram de certa forma prejudicados. Não lembro, mas acho que não foi na escola (o aprendizado). Eu acho que foi mais tipo de ouvir palestras alguma coisa assim. Algo dinâmico, mas não na escola. Na escola até se fosse pra estudar mais sobre essa área não seria **história** e seria mais de filosofia que só

			foi o primeiro ano. normalmente filosofia e sociologia tem em essa visão, uma visão mais aberta sobre os conteúdos. (Aluno 6: 00:7:47, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	01	"A **história** da princesa Isabel..."	A **história** da princesa Isabel, aquela imagem dos escravos todo mundo sorrindo, indo pra casa, e tipo não foi nada disso. (Aluno 6: 00:09:16, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	01	"...acho que assim ficar voltando no **passado**..."	É que nem eu falei, eu acho que assim ficar voltando no **passado.** as pessoas iriam se prender muito no que aconteceu e iriam deixar de focar no presente. (Aluno 4: 00:12:18, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	03	"Mas é um **passado** meio cruel..." "Difícil depois saber que tudo isso vem lá do **passado,** onde **passou.**"	Mas é um **passado** meio cruel, tipo um favelado que hoje está na miséria, passando fome veio disso. Então é complicado comparar quem nasceu numa mansão com a vida já rica. Agora moleque na favela e cresce lá e talvez ele não tenha previsão de vida a não ser a favela. Difícil depois saber que tudo isso vem lá do **passado** onde **passou.**

			(Aluno 6: 00:12:32, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	1	"...lá no **passado** essas pessoas que estavam escravizadas que saíram da escravidão e que foram pra total miséria..."	Até o número de porcentagem é bem maior a quantia de negros pobres do que brancos. A quantia de que o porquê puxa lá no **passado** essas pessoas que estavam escravizadas que saíram da escravidão e que foram pra total miséria, seguiram lá tendo seus trampos e agora atualmente estão na favela. (Aluno 6: 00:14:45: vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	03	"...Eu no meu ponto de vista do **passado** são muito bem..." "...o problema é que o povo fica voltando no **passado**..." "...achando que hoje em dia é como o **passado**, mas não é."	Isso aí. Eu no meu ponto de vista do **passado** são muito bem, a gente vai saber como relatou. Só que o problema é que o povo fica voltando no **passado** achando que hoje em dia é como o **passado**, mas não é. (Aluno 4: 00:15:50, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
História	02	**"Antigamente** não. **Antigamente** as pessoas escolheriam..."	**Antigamente** não. **Antigamente** as pessoas escolheriam entre estudar e trabalhar. (Aluna 7: 00:04:19, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei

			Áurea,02.06.2022)
História	02	"volta no **passado**, eles vão trazer sempre aquele **passado**..."	Querendo ou não você volta no **passado**, eles vão trazer sempre aquele **passado**. (Aluno 4: 00:18:02, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
História	02	"Eu acho que ela está voltando muito no **passado**." "Ela citou sobre os livros, sobre as **histórias de antigamente** que eram contadas."	Eu acho que ela está voltando muito no **passado.** Ela citou sobre os livros, sobre as **histórias de antigamente** que eram contadas... (Aluno 4: 00:23:33: vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
História	02	"Em questão de ficar voltando no **passado**, não acho que está voltando no **passado**..."	Em questão de ficar voltando no **passado**, não acho que está voltando no **passado,** é uma forma de conversar, atualmente, sobre questões que merecem ser discutidas, nesses casos antigos, nem eu sabia de algumas coisas ali. É importante. (Aluna 3: 00:25.31, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
História	02	"É importante sim, que **antigamente** tinha muito mais do que hoje(racismo), principalmente a questão dos escravos." "Acho que é interessante sim pra gente se lembrar um pouco e tentar relacionar com o presente utilizando o **passado."**	Sobre minha opinião eu acho que é uma balança que você tem que pesar, porque realmente tinha pessoas ali que ela citou a gente conhece a maioria das obras e não sabia dessas pequenas frases, foi praticamente uma frase que ela disse. É importante sim, que **antigamente** tinha muito mais do que hoje(racismo),

			principalmente a questão dos escravos. Hoje em dia melhorou muito, não tem escravidão, mas mesmo assim algumas questões tem diferença de Classe. Acho que é interessante sim pra gente se lembrar um pouco e tentar relacionar com o presente utilizando o **passado.** (Aluna 5: 00:27:21-, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
	Total número de frequência: 33		

Fonte: Autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa (2022)

Quadro 5: Registro de dados da categoria Cultura

Categoria	**Número de frequência**	**Unidade de registro**	**Unidade de contexto**
Cultura	04	"A questão **cultural...**" "...família da parte de pai era tudo **nordestino**..." "...essa diferença de **cultura...**" "... só pela **cultura nordestina**."	A questão **cultural** era como a família da parte de pai era tudo nordestino. Ou seja, preto, os negros. E a família da mãe foi por descendência alemã aí teve uma diferença porque dentro da casa. O alemão trabalha igual condenado, mas ele trabalha pra investir, bebe, curte também, só que é muito pouco você vê o alemão curtir. Se o alemão não tem muito isso aqui (dinheiro) pra sobrar, você, que pode sair e fazer uma noitada e sobrar pro outro dia, pra pagar as contas ele não sai. Isso aí é natureza do alemão. Já a natureza da parte de pai foi ensinada era o quê? Trabalhar de manhã pra comer à noite. E era isso. E assim é até hoje, se o vô e a vó estivessem vivos. o pai aprendeu dessa forma até antes do pai conhecer a mãe, quando o pai começou a se relacionar com a mãe, todo dinheiro que ele trabalhava ganhava era trazido pra dentro da casa dos velhos, parentes do pai. Aí ele via ali o que que estava devendo, fazia as compras do mês e ficava devendo e assim ia. E o pouco que sobrava ao invés de investir e juntar pra comprar uma terra final de ano e tal. Que é o normal do alemão, o alemão trabalha fazendo o que? Não, no final vamos comprar isso e isso. Nós fazemos girar pra fazer isso e isso. E se não der, ele trabalha o dobro pra

			conseguir realmente tirar, poder bater aquela meta. Aí o dinheiro na casa dos meus avós paternos na parte nordestina era o quê? Pagava as contas que tinha ficava devendo ainda e um pouquinho de dinheiro que sobrava era gastado o quê? Cachaçada. Era isso. Era pisero. Se o pai não tivesse casado com a mãe ia ser até hoje assim. Aí depois a mãe foi explicando pro pai assim, aí vem aquela questão da parceria. Tirar melhor o nosso capital e tal. Aí foi. Mas se não fosse essa diferença de **cultura** nós não estaríamos onde nós estamos hoje. Se fosse só seguir só pela parte, só pela **cultura nordestina.** (Aluno 1: 00:00:54, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Cultura	01	"...eu acho que interfere muito a questão **cultural** também."	Então assim claro, depende de pessoa pra pessoa e eu acho que interfere muito a questão **cultural** também. Porque como eu disse a família nordestina do meu pai família nordestina e eles faziam o quê? Era trabalhado de manhã e tarde pra comer à noite. (Aluno 1: 00:06:42, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Cultura	01	"A **Cultura** muda..."	A **Cultura** muda, meu pai falou isso hoje pra mim. Ele falou que na época dele porque ele trabalhava, ele tinha que dar o salário dele, o salário dele todinho

			para os pais dele. E os pais dele compravam lá o que eles quisessem, pagavam o que dava pra pagar e o que sobrava se sobrasse pagava pra ele. Hoje em dia eu não faço isso entendeu? Eu não deixo meu dinheiro para o meu pai. A cada geração vai mudando um pouco, então na nossa geração já mudou muito, então eu acho que a geração dos nossos filhos vai mudar mais ainda. (Aluna 7: 00:03:59, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Cultura	02	"...por isso que eu falo é passado de claro de geração pra geração e de **cultura..."** "... nós só estamos diferentes por conta da diferença das c**ulturas** ali."	Só que o conhecimento do vô pai do pai, parte nordestino, ele tinha até o ano passado ele morreu de COVID né? Ele dizia algo "pra mim morrer pobre, o que eu já tenho já basta." isso daí tem um ponto de vista, por isso que eu falo é passado de claro de geração pra geração e de **cultura**, porque ele foi criado dessa forma e assim se meu pai tivesse vivido toda vez perto não tivesse casado com a mãe, o pai pensaria da mesma forma, nós só está diferente por conta da diferença das c**ulturas** ali. Aluno 1: 00:08:50, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Cultura	01	"Eu falo que não vai ter **cultura** mais."	Mas querendo ou não cada geração nossa ela vai ficando um pouco mais rebelde. Vai ignorando um pouco mais o

			padrão. Eu falo que não vai ter **cultura** mais. Minha opinião não vai ter mais isso. Porque a cada geração que está passando está tendo mais liberdade. Aluno 7: 00: 09: 42, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Cultura	08	"Na **cultura** vem a questão familiar de geração em geração e tem aquela **cultura**, um exemplo ó, a **cultura** nordestina, a **cultura** sulista, a **cultura** alemã, a etnia alemã." "...como a pessoa vive o dia a dia em si em cima da **cultura."** "Tem **cultura q**ue a pessoa consegue mais ter o domínio de si..." "Então como ocorre na **cultura** alemã. A gente consegue ter um pouco mais de, não é assim assado, e é, e tem que ser assim, vai ser assim."	Na **cultura** vem a questão familiar de geração em geração e tem aquela **cultura**, um exemplo ó, a **cultura** nordestina, a **cultura** sulista, a **cultura** alemã, a **etnia** alemã. Então você envolve tudo isso e como a pessoa vive o dia a dia em si em cima da **cultura.** Porque tem **cultura** que realmente as pessoas são mais policiadas. Tem **cultura q**ue a pessoa consegue mais ter o domínio de si mesmo do que as coisas ter domínio sobre a pessoa. Entende? Então como ocorre na **cultura** alemã. A gente consegue ter um pouco mais de, não é assim assado, e é, e tem que ser assim, vai ser assim. Aluno 1: 00:10:37, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
	Total número de frequência: 17		

Fonte: Autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa (2022).

Quadro 6: Registro de dados da categoria Raça

Categoria	**Subcategoria**	**Número de frequência**	**Unidade de registro**	**Unidade de contexto**
Raça	Genocídio da população negra	01	"Porque muitas vezes eles matam por **racismo**."	"Se você ficar ligado bastante no jornal, direto eu vejo caso de a polícia entrar armado na favela e dando tiro matando um monte de pessoa. Aí tem gente que fala é isso aí tem que matar ladrão mesmo. Só que isso acaba interferindo muito na população, porque mesmo que esteja indo lá pra proteger a cidadania do crime todo, só que não é muito assim que acontece. Porque muitas vezes eles matam por **racismo**." (Aluno 6: 00:04:17 sobre o vídeo Como pensava Marielle Franco, 19.05.2022)
Raça	Raça/classe	02	"pessoa rica provavelmente **branca."**	Claro que não. Por quê? Porque normalmente vai ser uma pessoa rica provavelmente **branca**. consome mais maconha aí eu não opino. (Aluno 1: 00:10:35 sobre o vídeo Como pensava Marielle Franco, 19.05.2022)
Raça	Representatividade	01	"Quem é **negro** percebe mais a ausência de representatividade."	"Ah! Foi isso que eu comentei das crianças lá no vídeo. Elas não nascem assim, são ensinadas. É importante a representatividade

				que nós muitas vezes não percebemos e muitas vezes não te atrai. Quem é **negro** percebe mais a ausência de representatividade." (Aluna 3: 00:02:00 sobre o vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
Raça	Desumanização	05	"...claro que tem mais disso nos **negros**..." "...faz os personagens **negros** virarem animais..." "...Então eu acho claro que tem mais dos **negros.**.." "...acontece com mais frequência com **negros**..." "...pode ser mesmo uma parte de **racismo**..."	Então, claro que tem mais disso nos **negros**. Isso de virar animaizinhos na história. O negócio do vídeo é que a história faz os personagens **negros** virarem animais. Então eu acho claro que tem mais dos **negros.** Mas acho que sim, acontece com mais frequência com **negros**. Isso pode ser algum argumento da Disney, alguma coisa que ela tem que dizer, alguma coisa que ela quer dizer que é ensinar as crianças ou pode ser mesmo uma parte de **racismo.** (Aluna: 7: 00:02:34sobre o vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
Raça	Representatividade	03	"...quando aparece algum ator principal **negro** eu fico caraca um ator **negro**..." "...até mais comum de só terem pessoas **brancas** como os principais..."	"Mas normalmente, pra mim quando aparece algum ator principal **negro** eu fico caraca um ator **negro**. Quando é o principal, porque normalmente novela e filme até se pegar os mais antigos até mais comum de só terem pessoas **brancas** como os principais. Isso aí atualmente eles estão introduzindo cada vez mais

				e tornando algo meio que o novo normal.” (Aluno 6: 00:04:32, vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
Raça	Representatividade	04	“...é meio novo ainda quando eu vejo uma boneca **preta**...” “É só a Barbie **branca** e pronto...” “...estão introduzindo uma boneca **negra** e normalmente eles colocam bem **negra**...”	Pra mim assim é meio novo ainda quando eu vejo uma boneca **preta,** porque tem tipo assim se você for pegar a seção da Barbie mesmo não tem nenhuma **preta**. É só a Barbie **branca** e pronto. É só agora que eles estão introduzindo uma boneca **negra** e normalmente eles colocam bem **negra.** (Aluno 6: 00:05:16, vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
Raça	racismo	08	“...não há **racismo** nos desenhos...”	Pra mim é coincidência mesmo, não há **racismo** nos desenhos. (Aluno 2: 00:06:03: vídeo Os filmes mais racistas da Disney, 24.05.2022)
Raça	Raça/classe	09	“porque como um **negro** pode ter uma mansão, um **branco** também pode ter.” “Como um **negro** pode morar na favela o **branco** também pode.” “Hoje em dia tem muito isso (**racismo**)”	E assim não tem muita coisa a ver, porque como um **negro** pode ter uma mansão, um **branco** também pode ter. Como um **negro** pode morar na favela o **branco** também pode. Hoje em dia tem muito isso (**racismo**), mas eu acho que não tem tanto. Então vamos supor, um **branco** falar assim eu sofri, eu não tenho isso por causa da minha **cor ou raça**. Se alguém

			“um **branco** falar assim eu sofri, eu não tenho isso por causa da minha **cor ou raça”** “Se o **negro** fala assim, ah eu não consegui isso por causa da minha **cor”**	falar isso, muitas pessoas vão julgar ela. Se o **negro** fala assim, ah eu não consegui isso por causa da minha **cor**. Ela vai concordar comigo. (Aluna 7: 00:13:00: vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Raça	Cotas	07	“Não são todos os **brancos**, mas alguns levam com o privilégio de ter cotas pra **negros**...” “Pra dizer que os **negros** não são capazes...” “...Eu ganhei lá a faculdade por causa da minha **cor**...” “Porque tipo da mesma forma que o **branco** tem a possibilidade de estudar **negro** também tem...” “Hoje não é tão, não é, tem o **racismo...”**	“Ontem eu comentei sobre as cotas. Não são todos os **brancos**, mas alguns levam com o privilégio de ter cotas pra **negros**. Pra dizer que os **negros** não são capazes. Então tipo assim eu acho que isso que a criança falou isso fica como vitimismo, que não são capazes de fazer. É isso porque vamos supor eu. Eu ganhei lá a faculdade por causa da minha **cor,** por causa desse negócio de cotas. Aí eu acho injusto isso. Porque tipo da mesma forma que o **branco** tem a possibilidade de estudar **negro** também tem. Hoje não é tão, não é, tem o **racismo**, mas eu acho assim que aí é que é complicado.” (Aluno4: 00:16:47, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei

				Áurea,02.06.2022)
Raça	Raça/classe	07	"...é bem maior a quantia de **negros** pobres do que **brancos...**" "...Existem pessoas **brancas** na favela, existem pessoas **brancas**, pobres..." "...esse início que tem da miséria veio dos **negros**..." "...ninguém que está escravizado era **branco...**" **"...branco**s que não vieram da descendência escrava..."	Até o número de porcentagem é bem maior a quantia de **negros** pobres do que **brancos.** A quantia de que o porquê puxa lá no passado essas pessoas que estavam escravizadas que saíram da escravidão e que foram pra total miséria seguiram lá tendo seus trampos e agora atualmente estão na favela. Existem pessoas **brancas** na favela, existem pessoas **brancas**, pobres. Só que todo esse início que tem da miséria veio dos **negros**. Tipo no comecinho dele ninguém que está escravizado era **branco**, os filhos deles provavelmente também foram pobres, e atualmente também são pobres. **branco**s que não vieram da descendência escrava já estavam no patamar de sociedade média ou alta. (Aluno6: 00:14:45: vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Raça	Raça/classe	02	"...Vai é casa com **branco**, vai melhorando de vida..." "..., mas não significa que todo **negro** é pobre."	Vai é casa com **branco**, vai melhorando de vida, mas tipo de escravo é a maioria, acho que eu acredito que assim, virou escravo já vai ficando com escravo e é uma corrente até hoje. Mas não

				significa que todo **negro** é pobre. Claro que tem um percentual tipo pode ter mudado. (Aluno5: 00:16:03 vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Raça	Genocídio população negra	02	"...do rapaz **negro** lá." "...como nosso país está tratando o **racismo**."	O que eu entendi foi que ela quis passar em relação ao caso que teve do assassinato do rapaz **negro** lá. E a preocupação em termos de segurança, em como ela pode viver, como nosso país está tratando o **racismo**. (Aluno 4: 00:00:17, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	02	"...todo mundo fica preso naquela mesma coisa (**tema racismo**)." "...todo dia e tal e ficar falando de **racismo**.	Não tem como ficar aqui não, que todo mundo fica preso naquela mesma coisa (**tema racismo**). É todo dia e tal e ficar falando de **racismo**. (Aluno 6: 00:02:33, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	Genocídio população negra	01	"... o problema é que é que matou o rapaz lá, o **negro** que mataram lá nos Estados Unidos..."	Falar todo dia não, seria chato, o problema é que é que matou o rapaz lá, o **negro** que mataram lá nos Estados Unidos, fizeram

				rebeliões, queimaram quase toda uma cidade inteira lá, mas só fizeram por causa daquilo depois que passou, sumiu. (Aluno 4: 00:02:46, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
	racismo	03	"Na nossa geração o **racismo** até que não está vindo tão forte." "... mas a pessoa simplesmente nasceu com uma tonalidade de **cor** diferente da sua..." "ah como ele tem a **cor** assim, ele é, não é isso..."	Na nossa geração o **racismo** até que não está vindo tão forte. Quem critica gay, homem que usa brinco, usa piercing ou tem tatuagem são as pessoas mais velhas. São as pessoas mais velhas que criticam. Chegar à pessoa lá tá, mas a pessoa simplesmente nasceu com uma tonalidade de **cor** diferente da sua, o que te leva a ter esse preconceito com ela? Não tem uma explicação. Não tem como explicar. Não tem uma causa tipo, ah como ele tem a **cor** assim, ele é, não é isso. Ele pode fazer isso? Não, não tem nenhuma explicação. (Aluno 4: 00:04:48, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	01	**"Racismo** é um pré-julgamento..."	**Racismo** é um pré-julgamento, eu sei que é isso. (Aluno 1: 00:07:49, vídeo: Já

				passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	Raça/classe	02	"Isso não vem nem de **racismo."** "Vem de classe social e **cor**."	Eles vão julgar, primeiro vem a classe social, se é uma pessoa pobre ou não. Isso não vem nem de **racismo.** Vem de classe social e **cor**. Querendo ou não você volta no passado, eles vão trazer sempre aquele passado. (Aluno 4: 00:18:02, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	02	"Só de ver ela você já faz o julgamento. No caso seria da **cor**." "No caso do **racismo** é negativo."	Como é um pré-julgamento, você nem conhece a pessoa, nem sabe da dificuldade, vida dela, nem nada. Só de ver ela você já faz o julgamento. No caso seria da **cor**. No caso do **racismo** é negativo. (Aluno 6: 00:09:27, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	06	"No **racismo** julga a **cor**, o cabelo, a cor do cabelo." "Acho que **racismo** é praticamente tudo."	No **racismo** julga a **cor**, o cabelo, a cor do cabelo. Acho que **racismo** é praticamente tudo. Se for uma pessoa que ela realmente **racista** ela olha pra você ela vai falar. vai falar do seu cabelo, ela

			“A partir do momento que um **racista** olha para uma pessoa, ela já olha para pessoa com maldade.” “...diferente do que olha pra uma pessoa de **pele mais clara**...” “...tipo de roupa é a mesma coisa da **cor da pessoa**...”	fala da sua **cor,** da sua unha. Ela repara tudo, tudo, tudo. Até a cor do seu dente. E é um julgamento negativo. A partir do momento que um **racista** olha para uma pessoa, ela já olha para pessoa com maldade. Olha para pessoa com um pensamento diferente do que olha pra uma pessoa de **pele mais clara,** não tem boca. Então como ele falou ali, tipo de roupa é a mesma coisa da **cor da pessoa**, porque tem muitas pessoas com maldade no coração, na cabeça assim. (Aluna 7: 00:12:17, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	01	“Como que um **negro** vai entrar num restaurante chique?	Como que um **negro** vai entrar num restaurante chique? O garçom vai colocar alguma coisa na sua comida. (Aluna 7: 00:13:18, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	04	“...para ter aquela repulsa por outra **cor.**” “Não tem explicação no **racismo**.”	Uma pessoa dessa deve ter sofrido um abuso só pode, para ter aquela repulsa por outra **cor**. Não tem explicação no **racismo**. Não gosta de **preto** não gosta de **branco.**

			"Não gosta de **preto** não gosta de **branco**."	(Aluna 7: 00:13:33, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	01	"... é **negra** não gosto dela..."	Porque não tem um conceito para a pessoa, é **negra** não gosto dela. Vou julgar ela, vou falar dela, deixá-la mal, porque as pessoas ficam mal com isso. Acho que tem que ter muita maldade mesmo. (Aluna 7: 00:13:48, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	04	"Para mim foi um **racismo**." "Aí eu achei que foi **racismo**..." **"Racismo** pelo cabelo." "Eu achei que foi **racismo**."	Para mim foi um **racismo**. Por exemplo, eu tinha meu cabelo bem grandão, aí uma pessoa falou bem assim pra outra, ah, mas não deixa seu cabelo crescer igual de tal fulano. Aí começou a rir sabe? Rir com deboche, sabe? Aí eu achei que foi **racismo**, porque ela viu, ela falou assim com deboche. **Racismo** pelo cabelo achei que foi **racismo**. Falaram dos meus lábios também. (Aluno 8: 00:15:33, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)

Raça	Racismo	06	“Claro que existe alguns **negros**” “...da mesma maneira que as pessoas **brancas** que roubam e matam...” “Da mesma maneira que existe **branco** de coração bom, também existe **negra**...” “...quantas pessoas que **negra** que é melhor do que qualquer **branco** rico...”	Uma pessoa nunca vai falar mal da outra por causa da personalidade dela. Claro que existe alguns **negros**, da mesma maneira que as pessoas **brancas** que roubam e matam. Da mesma maneira que existe **branco** de coração bom, também existe **negra**, quantas pessoas que **negra** que é melhor do que qualquer **branco** rico que tem por aí. Então tipo não tem como a pessoa julgar o caráter assim só pelo físico eu acho né. (Aluno 7: 00:16:46, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	08	“O **racismo** já começa desde ali.” “...você vê um rapaz **moreno** na rua ou um **branco**, obviamente, eles vão suspeitar do **moreno**, mas não suspeitam do **branco** e isso é em todo lugar não é só aqui...” “...eles enquadram **negros**...” “Chamando de **neguinho**, de não sei o que, de bandido...” “Porque até hoje eu não vi um policial sendo preso por **racismo**.”	O **racismo** já começa desde ali. Porque você vê um rapaz **moreno** na rua ou um **branco**, obviamente, eles vão suspeitar do **moreno**, mas não suspeitam do **branco** e isso é em todo lugar não é só aqui. Isso acontece em todo lugar. Eles já passam essa visão a maioria dos enquadros, eles enquadram **negros.** E é tudo porque eles acham, aí você vai ver na nas abordagens. Olha o jeito que eles tratam. Chamando de **neguinho**, de não sei o que, de bandido, de não sei o que. Isso não é certo. Então já começa desde ali. Como é que vai mudar alguma coisa

				assim? Que lei que você vai implantar? Se nem a nossa própria segurança, não segue. Como é que faz? É bem complicado. Quem não faz eles passam a mão na cabeça. Porque até hoje eu não vi um policial sendo preso por **racismo**. Eu não vi nenhum caso. A não ser aquele que matou *(George Perry Floyd Jr).* Mas no Brasil não vi nenhum ainda. (Aluno 4: 00:18:03, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	racismo	01	"Ele é bem **preto**, bem."	Já aconteceu isso com o meu primo. Ele é bem **preto**, bem. Aí ele estava com um amigo dele. Aí a polícia bateu mais nele, pegou no escuro. Pegou, ele desceu o pau nele, só no meu primo. E no caso do outro colega dele deu só três lapadas. Bateu mais no meu primo que no outro. Bateu mais no meu primo. (Aluno 8: 00:19:33, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Raça	Racismo reverso	11	"O vô era de **etnia negra** e a mãe por ser **alemã branca** totalmente, aí começou o **racismo**."	Comigo já por parte de avós paternos. O vô era de **etnia negra** e a mãe por ser **alemã branca**

			“...por ela ser **morena**...” “...ter puxado mais a família, minha tia ter se relacionado com um cara **moreno** também, ficou bem **piche** assim sabe.” “Aí começou o **racismo**.” “...todo **racismo** se for com o consentimento da pessoa não é **racismo.**” “...chamo ele de **preto**. Chego em ciclano e chamo de **branco.”**	totalmente, aí começou o **racismo**. Aí quando nós nascemos, a gente era meio deixado de lado. Como já tinha uma neta mais velha do que eu, eu fui o primeiro neto homem, por ela ser **morena**, ter puxado mais a família, minha tia ter se relacionado com um cara **moreno** também, ficou bem **piche** assim sabe. Aí começou o **racismo** a partir daí, deixava eu de lado, assim não fazia questão, ficava brincando por causa da **cor**, então de certa forma isso nunca me afetou. Por isso que eu penso o seguinte, tudo que é falado demais, porque todo **racismo** se for com o consentimento da pessoa não é **racismo**, tipo a gente brinca com os outros. Tipo chego no fulano e chamo ele de **preto**. Chego em ciclano e chamo de **branco**. Nós levamos como brincadeira e não como ofensa. você parar para ficar daí as pessoas se põe mais pra baixo ainda ...as pessoas ficam nossa não sei o que... não tem necessidade disso. As pessoas fazem tempestade em copo da água. (Aluno 1: 00:33:16, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
Raça	racismo	01	“...ainda tem **racismo** no Brasil...”	Querendo ou não ainda tem

				racismo no Brasil, mas voltar no passado não seria algo que faria as pessoas abrirem os olhos. Acho que deveria focar mais no presente. (Aluno 4: 00:23:33, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
Raça	cotas	09	"É algo que dá um empoderamento aos **brancos**, que nem você vai fazer uma faculdade tem cotas de **negros**, pensa bem, para os **brancos** eles devem pensar que os **negros** são incapazes..." "Isso desvaloriza os **negros** eu sou totalmente contra." "...tá certo que em alguns lugares ainda existe **racismo**..." "...a maioria é **branco** e poucos são **negros**..." "...isso acaba desvalorizando muito os **negros**."	É algo que dá um empoderamento aos **brancos**, que nem você vai fazer uma faculdade tem cotas de **negros**, pensa bem, para os **brancos** eles devem pensar que os **negros** são incapazes de fazer uma prova, ter um mesmo cargo ou algo semelhante. Isso desvaloriza os **negros** eu sou totalmente contra. Eu acho isso sem lógica, porque vamos supor, você vai ali, todos nós somos iguais, tá certo que em alguns lugares ainda existe **racismo**, mas você vai participar de alguma prova, alguma coisa, vamos supor, a maioria é **branco** e poucos são **negros** e eles vão falar aqueles estão fazendo porque eles tem uma chance a mais, tem uma cota, ou eles não dão conta.Então eu acho que isso no presente não é uma coisa muito legal, isso acaba desvalorizando muito os **negros.** (Aluno 4: 00:24:22, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)

Raça	racismo	02	"...julgam pela **cor..."** "falam que **negro** tem que trabalhar em baixo do sol..."	Eu já presenciei algumas no serviço, de vez em quando tem uns engraçadinhos que fazem isso, com outras pessoas, são os mais velhos, os mais ranzinzas, eu já presenciei, eles fazendo brincadeiras de mal gosto com pessoas mais novas, julgam pela **cor**, pelo trabalho, falam que **negro** tem que trabalhar em baixo do sol, porque nasceu pra isso, chama de macaco, são as pessoas mais antigas, por isso que eu acho que a gente tem que focar mais no presente. (Aluno 4: 00:31:13, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
Raça	racismo	03	"...são brincadeiras que se for parar para analisar acaba tendo **racismo**, não só de **cor**..." "...acha que é um **racismo**..."	. Aí é que nem a aluna 3 falou é uma coisa que pra nós não tem tanta relevância, é só com quem temos intimidade, obviamente com quem não tem intimidade não vamos fazer qualquer tipo de brincadeira, mas querendo ou não são brincadeiras que se for parar para analisar acaba tendo **racismo**, não só de **cor**, isso não é legal, mas fazer o que? Às vezes acha que é uma brincadeira, mas pra quem seja aquela brincadeira acha que é um **racismo** e acaba ficando quieto e não fala nada. (Aluno 4: 00:35.00, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)

Raça	cotas	01	“Há um índice maior de pessoas **negras** que moram em favelas...”	Questão das cotas eu acho totalmente diferente, eu sou a favor, não é porque um é merecedor ou o outro, é diferente porque são classes sociais diferentes, são realidades diferentes, com certeza porque, é mais presente em nossa sociedade. Não tem como discordar disso, então não é uma chance a mais é dar uma oportunidade igual, mesmo a gente enxergando de outra forma. Há um índice maior de pessoas **negras** que moram em favelas, se for pesquisar realmente é isso. São realidades diferentes infelizmente, não é uma ajuda, é uma coisa pra deixar igualitário. (Aluno 3: 00:25.31, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
Raça	Racismo reverso	04	“...**racismo reverso** não existe...” “Se você for ver hoje em dia não existe um **racismo** assim também que é **racismo** direto” “...todo dia na sala tem uma brincadeira que é **racismo**...”	Comigo não aconteceu né, porque **racismo reverso** não existe, mas já presenciei. Se você for ver hoje em dia não existe um **racismo** assim também que é **racismo** direto, porque se for parar para prestar atenção todo dia na sala tem uma brincadeira que é **racismo**, só que a gente já tá acostumado com alguma coisa mais escondida, oculta que acha que por ser oculta é normal, mas não é. Mas se for parar pra prestar atenção tem sempre uma coisa ou

				outra, inclusive de professor em sala de aula.
Raça	Racismo	03	"...estou chamando a pessoa de **preta** de forma pejorativa..." "...quem está escutando de fora se é uma pessoa **preta**..." "... está falando da **raça** da pessoa..."	Eles falam que é uma brincadeira entre eles, de boas, se não está ofendendo nenhum deles. Mas vamos supor, estou chamando a pessoa de **preta** de forma pejorativa, de uma forma que seja uma ofensa, mas entre eles é uma brincadeira, quem está escutando de fora se é uma pessoa **preta,** vai falar pô mas sou o que, se é uma forma pejorativa, e está falando da **raça** da pessoa. Ela nem está fazendo parte da brincadeira, nem só essa palavra como outras. (Aluna 3: 00:36:10, vídeo: Racismo na literatura, 17.05.2022)
Raça	racismo	04	"...onde só tem **brancos** e entra uma pessoa **negra**..." "onde só tem **branco**..." "...entra uma pessoa **negra**..."	Que nem nós comentamos aquela vez do hotel, se vai em um lugar onde só tem **brancos** e entra uma pessoa **negra** ou o dono do estabelecimento não aceita, ele vai falar não quero esse tipo de pessoa aqui dentro. É a mesma coisa nos cargos de trabalho. Vamos supor, numa empresa onde só tem **branco** que são diretores e superiores no caso entra uma pessoa **negra** ele vai falar não quero uma pessoa assim trabalhando na minha empresa. Esse tipo de pessoa. (Aluno 4: 00:16:20, vídeo: O outro lado da representatividade -

				Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	03	tem discriminação com ela só pela **cor**. "...95% dos diretores serem **brancos**, acaba refletindo que há sim o **racismo**."	A gente tá assistindo parece alguma coisa irreal, por realmente ser por esse fator, você olhar para alguém e falar que tem discriminação com ela só pela **cor**. Mas realmente acontece, isso é irreal. Tá certo, porque ele está falando todos os dados. Esse lance de 95% dos diretores serem **brancos**, acaba refletindo que há sim o **racismo.** (Aluno 6: 00:12:51, vídeo: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	03	provar que foi por conta disso (**racismo**) porque você é **preto** processar por uma questão **racial**	E tem até uma Lei defendendo, se eu for lá e conseguir provar que foi por conta disso (**racismo**), tem. Por exemplo, se eu chegar a um recinto e o dono falar que não vou te contratar, porque você é **preto** eu não vou poder fazer nada, no máximo processar por uma questão **racial**, mas como ele é o dono ele que decide. (Aluno 6: 00:16:44, vídeo: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)

Raça	racismo	03	"...na visão delas já foi **racismo** "Se eu fosse juiz eu diria que não foi **racismo."** "...pra conseguir falar mesmo que seria **racismo** é mais em casos que tem espancamento ou xingamento, chamar de macaco."	Acho que o racismo é difícil de ser comprovado por exemplo no vídeo das mulheres lá no hotel eu diria que foi um mal ocorrido, na visão delas já foi **racismo**. Se eu fosse juiz eu diria que não foi racismo. Eu acho que pra conseguir falar mesmo que seria racismo é mais em casos que tem espancamento ou xingamento, chamar de macaco. (Aluno 6: 00:17:11, vídeo: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	05	"...tem um **negro** ali que é diretor..." "...tem uma pessoa **branca** aqui." "...chama mais atenção é a voz da pessoa **branca**..." "Tem sim, diretores **negros**..." "...eu acho que há **racismo**..."	Que nem eu falei professora, vamos supor, eu sou dono de uma empresa e vou dar um exemplo, não que eu seja assim, tem um **negro** ali que é diretor ele atuou em algumas obras de arte e tem uma pessoa **branca** aqui, provavelmente o que chama mais atenção é a voz da pessoa **branca,** como ele citou no vídeo. Obviamente ele vai querer aquela pessoa, que ele vai ter mais visualização nas coisas dele, vai ter mais comentários. Eu penso que seria nesse ponto de vista. Tem sim, diretores **negros** tal, mas eu acho que há **racismo**. Não falo de todas as pessoas sim, mas alguns tem, obviamente sim.

				(Aluno 4: 00:18:10-, vídeo: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	05	"...questão **racial** mesmo..." "...eu tivesse que contratar um diretor **negro** ou diretor **branco**..." "...não tem como eu ser um **racista** porque eu sou **negro**..."	Como é uma porcentagem muito alta eu acho que muito provavelmente seja a questão **racial** mesmo e tal. Assim eu não vejo tanto, não sei se é porque eu sou **negro**, mas digamos que eu tivesse que contratar um diretor **negro** ou diretor **branco**, na hora de contratar eu até esqueço essa questão e realmente, não tendo nada relacionado. Eu só vou mais ver o trabalho e o material de cada um.? Eu pela minha visão nem passa sobre isso. Não sei se é porque não tem como eu ser um **racista** porque eu sou **negro**. Aluno 6: 00:19:17vídeo: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	01	"...diretor geralmente é **branco**"	Vai depender do ponto de vista da pessoa. Porque chega lá vamos supor diretor né? Aí chega lá vamos pesquisar ver que é um diretor você vê olha a Netflix né? Você vê, aí você vai lá, você assiste um filme bom, você vê quem é o diretor a hora que você vai ver lá o filme nem votado pra os mais qualificado e é setenta e

				cinco por cento relevante, sessenta e cinco por cento. Aí você vai ver alguns outros filmes que é bem porcaria. Então aí o nome do diretor geralmente é **branco** o filme está lá em cima. É que nem eu falei, é mais pela vida visualização do diretor. Aluno 4: 00:19:57: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racismo	04	"...sofrendo preconceito, **racismo**..." "...ter uma fama assim, porque **negro** ou diretor **branco**..." "...Já é um diretor **negro**..."	É muito preconceito, talvez um preconceito é muito difícil pra essa pessoa que está sofrendo preconceito, **racismo** ter conhecimento, ter uma fama assim, porque **negro** ou diretor **branco** ele vai no lugar ele consegue o contrato, ele vai em outro e consegue comprar contrato. E tipo deve ter um conhecido. Já é um diretor **negro**, no caso vai num lugar é rejeitado. Em outro é aceito, mas aí é meio que furrebinha ali. Aluno6: 00:20:28: O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	racialismo	02	"...sobrenome é origem **alemã** né?..."	É a questão do sobrenome. Meu sobrenome é origem **alemã** né? Muitas vezes o mais visado é a

			“...puxado para o **alemão** já atrai...”	questão do sobrenome. Pelo fato de ter o sobrenome puxado para o **alemão** já atrai. De mais valor digamos assim. Não que os outros tenha menos valor né? Aluno 1: 00:23:02 O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Raça	representatividade	03	“...se não tiver nenhum **negro**...” “...o Cirilo era o único **preto**...” “Joaquina que era uma **branca”**	Como eu disse, a gente vai assistindo um filme e não vejo essas coisas, eu não fico observando e procurando e se não tiver nenhum **negro** eu não fico nossa! Mas é legal. Eu lembro que o carrossel, aquela novelinha de criança, o Cirilo era o único **preto**. Passou essa visão, ele tipo era o único **preto** e era uma familiazinha pobre no final ficou rico, mas passou toda a novela sendo representado como pobre, como coitado, sofrendo com a Maria Joaquina que era uma **branca** rica, mimadinha lá e que não queria ficar com ele. Aluno6: 00:23:59, O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala, 26.05.2022)
Número total de frequência: 160				

Número de registro de cada subcategoria de raça: Cotas: 17 Genocídio da população negra: 8 Desumanização: 5 Raça/classe: 20 Representatividade: 11 Racismo: 101				

Fonte: Autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa (2022).

Quadro 7: Registro de dados da categoria Educação

Categoria	**Número de frequência**	**Unidade de registro**	**Unidade de contexto**
Educação	01	(...não contam esse lado na **escola)**	Esse aí mais filosófico mostrando o que aconteceu e a real porque como eu disse muitas vezes as pessoas dizem os escravos foram libertos e não contam esse lado na **escola**, agora se fosse pegar tipo pra falar sobre um pouco mais filosófico sobre esse assunto já viria todos esses pontos que ele mostrou. Foi liberto, mas não tinha pra onde ir. Foi liberto, mas não tinha renda pra poder continuar e se estabelecer na vida. Então achei bem interessante o vídeo. (Aluno 6: 00:03:35, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	04	"...é uma parte pra gente que **estuda** principalmente aqui na **escola** é uma parte muito omitida não só a **escola**." "...gente **ensinava** como se isso fosse um ponto final..."	Também achei bem importante porque é uma parte pra gente que **estuda** principalmente aqui na **escola** é uma parte muito omitida não só a **escola**, porque em rede social em qualquer conteúdo histórico relacionado a questão da escravidão é uma coisa muito omitida, porque todo mundo realmente exalta a princesa e tal não sei o quê que ela assinou e pra isso a gente **ensinava** como se isso fosse um ponto final e que não tivesse uma continuação ou no caso uma anterior né? (Aluna5: 00:04:31, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre

			a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	03	**"Estudei** desde o sexto e **sétimo ano**, sempre um conteúdo básico eles não contam a verdadeira história..." Treze anos na **escola** pra descobrir agora como é que aconteceu."	"**Estudei** desde o sexto e **sétimo ano**, sempre um conteúdo básico eles não contam a verdadeira história pra gente assim nossa por que será que eles não colocaram isso no livro né? Treze anos na **escola** pra descobrir agora como é que aconteceu." (Aluno 4: 00:07:15, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	06	"Porque tipo sei lá **sexto até o oitavo** não tinha essa visão..." "...Não lembro, mas acho que não foi na **escola**..." "...Algo dinâmico, mas não na **escola**. Na **escola** até se fosse pra **estudar** mais sobre essa área não seria história..." "só foi no **primeiro ano**..."	"Porque tipo sei lá **sexto até o oitavo** não tinha essa visão. Não sabia de nada disso. Era só o básico da história mesmo. Não tinha essa visão de como eles foram de certa forma prejudicados. Não lembro, mas acho que não foi na **escola**. Eu acho que foi mais tipo de ouvir palestras alguma coisa assim. Algo dinâmico, mas não na **escola**. Na **escola** até se fosse pra **estudar** mais sobre essa área não seria história e seria mais de filosofia que só foi no **primeiro ano**. normalmente filosofia e sociologia tem em essa visão, uma visão mais aberta sobre os conteúdos." (Aluno 6: 00:7:47: vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	01	"A gente **aprendeu** como ele falou veio a princesa Isabel os escravos foram soltos e foi basicamente isso."	A gente **aprendeu** como ele falou veio a princesa Isabel os escravos foram soltos e foi basicamente isso. Não falava sobre essas leis, sobre crianças, sobre os

			idosos até seis, cinco anos. Até tinha, mas não era passada dessa forma, porque era mais um relato de lei. (Aluno 7: 00:09:02, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	01	"...se ele não tivesse deixado a **escola."**	Mas uma pessoa dessa aí pode mudar, tipo assim, meu pai poderia ter mudado vida se ele não tivesse deixado a **escola.** (Aluna 7: 00:15:42, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	09	"...ela é diferente de mim ela **estuda estudou** muito, muito ela passou no **ENEM** ela conseguiu entrar em **direito**..." "Fala assim ah eu vou **estudar** e eu quero ser alguém na vida." "...porque hoje em dia tem muitas condições, assim não condições de dinheiro, muita **faculdade** que consegue se você **estudar** sim, aqui não falta emprego aqui no Porto..." "Antigamente não. Antigamente as pessoas escolheriam entre **estudar** e trabalhar..."	Tem cinco anos que minha prima foi pra São Paulo, mas até então a gente foi criada praticamente junto assim, ela na minha casa e eu na casa dela e ela é diferente de mim ela **estuda estudou** muito, muito ela passou no **ENEM** ela conseguiu entrar em **direito.** Fala assim ah eu vou **estudar** e eu quero ser alguém na vida. Eu quero dedicar minha vida a isto. Ela vai conseguir fazer isso, porque hoje em dia tem muitas condições, assim não condições de dinheiro, muita **faculdade** que consegue se você **estudar** sim, aqui não falta emprego aqui no Porto por exemplo que tem muito lugares procurando, mas as pessoas que não querem trabalhar.

		“Você tem que me ajudar na roça. Não tem tempo de **estudar**.”	Antigamente não. Antigamente as pessoas escolheriam entre **estudar** e trabalhar. No caso do meu avô nem foi escolhido. Ele teve que ir trabalhar pra entrar em casa. O pai dele falou você tem que trabalhar. Você tem que me ajudar na roça. Não tem tempo de **estudar**. (Aluna 7: 00:04:19, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	01	“Claro é a minha forma de vista é o que foi **passado (ensinado)** pra mim desde criança...”	Claro é a minha forma de vista é o que foi **passado (ensinado)** pra mim desde criança e da forma que eu observei o mundo desde que eu me conheço por gente. (Aluno 1: 00:06:42, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	03	“Mas tinha que ter mais **debate, palestras** e participar disso, acho que desde do início, assim desde a quinta **série.”**	Então, eu acho que o povo, pra isso poder mudar tinha, não rebelião é claro. Mas tinha que ter mais **debate, palestras** e participar disso, acho que desde do início, assim desde a quinta **série.** (Aluno 4: 00:02:46, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Educação	02	“...ou seja trabalhar isso na **sala com os alunos**...”	Como ele estava falando no vídeo, ele trata muito sobre a desigualdade de

			emprego. Os brancos têm mais prioridade, ou seja trabalhar isso na **sala com os alunos**, é complicado porque aqui na nossa região é difícil isso (racismo) ocorrer, a gente vê alguma coisa, mas vê na internet. (Aluno 4: 00:12:17, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 26.05.2022)
Educação	01	"muito básico o **conteúdo do livro** pra nós. "	Ah falam só da data, falam que os negros conseguiram a libertação deles, falam também sobre os manifestos que faziam e tal, só que fala assim de uma forma bem básica assim não conta realmente como foi isso, então tipo assim muito básico o **conteúdo do livro** pra nós. (Aluno 4: 00:06:01, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
Educação	02	"Nos livros de **escola,** não explica detalhadamente [...]" "[...]isso que falam os **livros de história** pra nós."	Nos livros de **escola,** não explica detalhadamente como é que foi as coisas. Explica só lá que os negros trabalharam para os brancos e assim os brancos eram superiores e é isso que falam os **livros de história** pra nós. (Aluno 4: 00:18:02, vídeo: Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? 31.05.2022)
Educação	01	[...] não é tão bom quanto passa no **livro** de histórias.]	"Espero pelo menos que todo mundo já conheça que não é tão bom quanto passa no **livro** de histórias. Eu gostei bastante,

			porque não é mais um tipo um comentário histórico, só passando como foi a história e tal. (Aluno 6: 00:03:35, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
	02	"[...]sempre um **conteúdo básico [...]"** "[...]não colocaram isso no **livro [...]"**	**"...**sempre um **conteúdo básico** eles não contam a verdadeira história pra gente, assim nossa, por que será que eles não colocaram isso no **livro** né?" (Aluno 4: 00:07:15, vídeo Porque Isabel não era fada sensata? - A verdade sobre a abolição e a Lei Áurea,02.06.2022)
	Total número de frequência: 37		

Fonte: Autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa (2022).

APÊNDICE B